



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

VANESSA CRISTINA SANTOS MATOS

**GÊNERO E TRABALHO:  
um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro  
de 1919 (Bahia - Salvador)**

SALVADOR  
2008

VANESSA CRISTINA SANTOS MATOS

**GÊNERO E TRABALHO:**  
um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de  
1919 (Bahia - Salvador)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Alice Alcantara Costa  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA)

SALVADOR  
2008

Revisão e Formatação: Vanda Bastos

---

M433 Matos, Vanessa Cristina Santos  
Gênero e trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia - Salvador) / Vanessa Cristina Santos Matos. – Salvador, 2008.  
183f. il.:

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Alice Alcantara Costa  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

1. Relações homem - mulher. 2. Classes sociais. 3. Trabalho. 4. Produção. 5. Reprodução. 6. Greve e lockouts. I. Costa, Ana Alice Alcantara. II. Sardenberg, Cecília Maria Bacellar. III. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
IV. Título.

CDD – 305.4

---

## TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA CRISTINA SANTOS MATOS

### **GÊNERO E TRABALHO:** um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia - Salvador)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Salvador, 15 de agosto de 2008

---

Ana Alice Alcantara Costa - Orientadora

Doutora em Sociologia Política pela *Universidad Autonoma de México* (1996)  
Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA  
PPGNEIM/FFCH/UFBA

---

Maria Cecília Velasco e Cruz

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1998)  
Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA  
PPGHIST/UFBA.

---

Cecília Maria Bacellar Sardenberg – Co-orientadora

Doutora em Antropologia, *Boston University* (1996)  
Professora do Departamento de Antropologia da UFBA  
PPGNEIM/UFBA.

*Dedico este trabalho a minha mãe, minha maior incentivadora e fonte de inspiração, a força que me sustenta em todos os momentos; ao meu pai (sempre presente ao meu lado) que, mesmo não expressando, se orgulha das minhas conquistas; a minha irmã, avó e família querida.*

*A Anderson, meu companheiro de longa caminhada. Às minhas amigas e meus amigos.*

*Em memória: a meu avô, Edgard Severiano dos Santos, a luz que ilumina a minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Uma longa caminhada foi percorrida até a conclusão deste trabalho. Muitos foram os conflitos experimentados. As incertezas passaram a ser a minha principal companhia. Nunca imaginei que produzir conhecimento fosse tão doloroso; talvez fosse o peso e a responsabilidade de estar enveredando num campo novo, num período em que as mulheres estavam totalmente à margem dos processos sociais e políticos (pelo menos era o que indicavam as fontes sobrepujadas pelo viés androcêntrico), o que me estimulava a ir além, a analisar cuidadosamente os documentos, buscar as entrelinhas, “resgatar” as experiências de mulheres e homens, dada a lacuna na historiografia em dialogar, pelo menos nesse período, gênero e classe. Enfim, aí está o resultado de meses de dores (de cabeça, no corpo), insônia e cansaço e o prazer de encerrar um ciclo que, de antemão, anseio crer, traz a possibilidade de desdobramentos futuros.*

*Espero não cometer injustiças, pois muitos foram os apoios que tive, não necessariamente sobre a dissertação, mas pelas palavras de incentivo, de estímulo, pelos abraços calorosos, pela cumplicidade de verdadeiras(os) amigas(os), para que eu não me dobrasse diante dos meus medos e angústias.*

*Para começar, gostaria de agradecer a toda a minha família: meu pai, Antônio, minha mãe, Ana Lúcia, minha irmã, Sasquia, que me cedeu o computador nessa empreitada, a minha avó querida, tias, tios, afilhada, primas e primos e, em especial, a Júnior, sempre disposto (me auxiliando nas pesquisas) e a me contagiar com a sua alegria.*

*A meu companheiro de todas as horas e que nunca me faltou, Anderson; aos meus amigos do coração: Edemir (grande companheiro), Punk (meu conselheiro), Fábio (pelas risadas), Juza (se não, fica com ciúme), Mário, Marivaldo e César; a minhas amigas queridas: Isabela (pelo companheirismo e pelos papos ao telefone), Daniela (que tanto me ajudou e que não tenho nem palavras para agradecer), a Fabi, Yacy, Ceci, Mila, Nanda, Meire, Cris, Zilmar, Érica e Miriam, pelo apoio dado em todos os momentos.*

*Ao meu fiel companheiro de noites perdidas, Alemão, aos carinhos de Poupée, nas manhãs angustiantes.*

*Enfim agradeço a todas(os) que, direta ou indiretamente, me ajudaram a ser o que sou hoje. Sei que estou no início do que espero ser uma longa estrada, mas cujo primeiro passo foi dado.*

*Não posso de, sobremaneira, deixar de reforçar os meus agradecimentos a Ione Celeste, a Lina Aras, a Cecília Sardenberg (pela base teórica e apoio), a Cecília Velasco (pelas dicas na qualificação), a minha querida Ana Alice Alcantara Costa, por tudo que passamos juntas, pelas orientações, pelas referências e experiências passadas, nas discordâncias (sempre respeitosas), e pelas boas risadas.*

*Por fim, agradeço a todas as instituições de pesquisa pelas quais passei, as(aos) minhas (meus) colegas do PPGNEIM (Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) e ao NEIM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher).*

## A MULHER OPERÁRIA

Definha, carne em flor, nessa estufa doentia  
Onde impera o trabalho e reina a tirania,  
Onde a fome, roa, brama de sol a sol.  
Brotaste na miséria e estas predestinada  
A sofrer, trabalhar e morrer estiolada  
Sem que brilhe em teu seio a luz de um arrebol

Neste inferno a que foste tirada – a oficina  
A burguesia vil corruptora, assassina,  
Com sólidos grilhões te enleou e te prendeu.  
E o infame capital o teu suor devora  
Como a água que o industrial devora em seu covil.

Para o mundo atual, tu és, unicamente,  
A fonte do dinheiro, a máquina inconsciente,  
O ventre fértil que produz, a preço vil,  
A carne do prazer para os grandes da terra,  
A carne do Canhão para dar pasto à guerra  
E a carne que o industrial devora em seu covil

Ó mulher infeliz, luta, trabalha, morre  
Mas o sangue, o suor que da fronte te escorre  
Vai firmando esse mar de fúria e indignação  
Que há de, enfim, subverter o despotismo  
E de onde há de emergir, após o cataclismo  
Um mundo, mais humano e sem falta de pão

(PENA, Maria Valéria Juno. **Mulheres e trabalhadoras.**  
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981).



## RESUMO

### GÊNERO E TRABALHO:

#### um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia - Salvador)

O presente trabalho analisa sob a perspectiva de gênero, o processo de constituição da classe operária baiana, identificando o lugar das mulheres no mercado de trabalho, as relações, experiências e conflitos entre os “sexos” e as especificidades do trabalho feminino, focalizando os ramos de maior eminência ou visibilidade das mulheres. Através da articulação teórica entre o conceito de *classe* e a categoria *gênero* e das relações entre os processos de *produção* e *reprodução social* formulamos análises sobre os mecanismos históricos de legitimação das desigualdades entre os “sexos”. O contexto da crise internacional pós Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos na conjuntura nacional – flutuações econômicas, crise interoligárquica, carestia e tensão social; os dilemas de um processo de industrialização face uma política econômica pautada no modelo agro-exportador são aqui investigados através de pesquisa bibliográfica e da análise de documentos e jornais. Daí a necessidade de entender o processo de constituição e o perfil da classe operária baiana; o regime de trabalho; o sistema de moralização e controle social, com a consolidação do sistema de fábrica-vila (sob a égide de uma estrutura paternalista que estrategicamente confundia os espaços: público e privado). Além de lançar mão sobre as origens, o processo, a dinâmica e os desdobramentos da greve geral, seus mecanismos de organização, tática de ação e pauta de reivindicação: geral e específica e sua relação com a greve das tecelãs(ões). As particularidades de um movimento que tem como vanguarda a União Sociedade dos Tecelões (as lutas para garantir a sua consolidação, as pressões (industriais), a coação (periódicos) e os meios de resistência encontrados através dos laços de solidariedade. Após o processo de ascensão, evidenciamos as dissidências no interior do movimento operário, a repactuação entre os grupos políticos e as elites (indústrias e os grandes comerciantes).

**Palavras-chave:** Gênero. Classe. Trabalho. Produção. Reprodução. Greve.

## **ABSTRACT**

### **GENDER AND WORK:**

#### **A look about the strikes of workers in June and September 1919 (Bahia - Salvador)**

This research analyzes about the perspective of gender, the process of formation of the baiana class workers, identifying the place of women in work, relationships, experiences and conflicts between “gender” and the specificities of women's work, focusing on the branches of greater eminence or women visibility. Through the theoretic link between the class concept, gender and the relations between production and social reproduction processes made analysis about the mechanisms of legitimation of inequalities between the “sexes”. The context of international crisis after First World War and its development in national conjuncture – economic cyclical fluctuations, interoligarchical crisis, high prices and social tension, the dilemmas of industrialization process face an economic policy based on the agro-exporting model. Then, the necessity to understand the process of formation and the profile of the baiana worker class, and the system of work, the system of moral and social control, with the consolidation of the factory-village (under the protection of paternalistic structure that strategically confused the areas: public and private). Besides resort the origins, the process, the dynamics and ramifications of the general strike, the mechanism of organization, tactic action and claim registers: general and specific, and its relation with the weavers strike. The features of a movement that has as vanguard the Weavers Union Society, The conflicts to guarantee its consolidation, the (industrial) pressure, the (periodicals) constraint and the resistance ways found by the ties of solidarity. After the process of ascendancy, highlighting the dissent within the worker movement, the new alliances between political groups and elites (industry and high merchant)

**Keywords:** Gender. Class. Work. Production. Reproduction. Strike.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição das Fábricas têxteis – Bahia, 1919 .....	47
Quadro 2	Comparação de preços dos gêneros de primeira necessidade – Rio de Janeiro e Bahia, 1918 .....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura populacional, por sexo – Bahia e Salvador, 1872-1920 .....	52
Tabela 2	Estrutura populacional por nacionalidade e sexo - Bahia e Salvador, 1920 .....	52
Tabela 3	Estrutura social ocupacional por profissão e sexo – Salvador, 1920 ..	55
Tabela 4	Distribuição ocupacional da classe operária por sexo – Bahia, 1920 ..	58
Tabela 5	Distribuição Ocupacional da Classe Operária por Sexo de Salvador – 1920 .....	58
Tabela 6	Composição da classe operária por sexo e idade Censo Industrial – Bahia, 1920 .....	63
Tabela 7	Exportações de gêneros de primeira necessidade em toneladas – Brasil, 1914-1918 .....	86
Tabela 8	Estrutura populacional segundo sexo e estado civil – Salvador, 1920	90
Tabela 9	Estrutura populacional segundo sexo e estado civil – Bahia, 1920 ....	90
Tabela 10	Estrutura populacional segundo instrução, idade e sexo – Salvador, 1920 .....	138

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 UM ESTUDO TEÓRICO</b> .....	19
2.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E CLASSE .....	19
2.2 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO: FACES DE UM MESMO PROCESSO .....	31
<b>3 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA</b> .....	41
3.1 MODELOS: AGRÁRIO-EXPORTADOR/URBANO-INDUSTRIAL .....	41
3.2 UM NOVO SUSPIRO INDUSTRIAL .....	44
3.3 COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA POR SEXO .....	48
<b>4 UM NOVO OLHAR SOBRE A GREVE GERAL DE 1919 EM SALVADOR/BA</b> .....	66
4.1 ALGUNS TÓPICOS SOBRE O PANORAMA INTERNACIONAL E NACIONAL : POLÍTICA E SOCIEDADE .....	66
4.2 A IMPRENSA TRADICIONAL E A VOZ OPERÁRIA .....	73
4.3 REFLEXOS DAS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS NA VIDA DA CLASSE OPERÁRIA: CRISE E LUTAS SOCIAIS .....	77
4.4 O COTIDIANO OPERÁRIO: PÚBLICO E PRIVADO .....	86
4.4.1 Ser operária: uma questão de gênero e classe .....	86
4.4.2 As Vilas Operárias .....	98
4.5 A HORA E A VEZ DA CLASSE OPERÁRIA .....	105
4.5.1 Algumas Considerações .....	131
<b>5 OPERÁRIAS(OS)EM AÇÃO: A GREVE DAS TECELÃS/ÕES DE SALVADOR (SETEMBRO DE 1919)</b> .....	135
5.1 UMA DIFÍCIL REALIDADE: A REPRESSÃO .....	155
5.2 O MOVIMENTO E A IMPRENSA TRADICIONAL .....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	166
<b>APÊNDICE A – FONTES CONSULTADAS</b> .....	173
<b>ANEXOS</b> .....	176

## 1 INTRODUÇÃO

A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a 'humanidade' tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado. (SCOTT, 1992a, p. 39).

A produção do conhecimento histórico é um processo que tem como premissa a dialética continuidade e descontinuidade, cuja historicidade constitui o primeiro passo para encaminhar um método de estudo das relações sociais e feministas (DIAS, 1994). Nessa perspectiva, o passado humano não pode ser analisado como um agregado de histórias separadas, mas como processo das relações e do comportamento humano, em que cada aspecto se relaciona com outros, de determinadas formas, tal com os sujeitos se relacionam de variadas maneiras entre si – pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação, etc. (THOMPSON, 1981).

Ao pensarmos a história em uma perspectiva relacional e a importância dos sujeitos como força motriz das dinâmicas sociais, partimos do pressuposto de que a construção do ser social se dá em função do seu lugar no processo de produção dos bens necessários à sobrevivência e na reprodução da própria existência (ANDRADE, 2000), no contexto da luta de classes e nas relações hierarquizadas entre os "sexos"<sup>1</sup>.

A presente dissertação tem como objeto de estudo duas greves operárias acontecidas na Bahia no ano de 1919. A primeira greve geral, que se instalou, na Bahia, em junho daquele ano, envolveu um conjunto de categorias e paralisou,

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, o termo *sexo* quando utilizado entre aspas indica que está sendo utilizado numa acepção social.

praticamente, todas as atividades da cidade, com uma pauta de reivindicações bastante ampla, dialogando com as demandas dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as). Em setembro, aconteceu a greve das atividades fabris do ramo têxtil.

A conjuntura de efervescência das lutas da classe trabalhadora na Bahia, a visibilidade alcançada, graças ao impacto exercido na sociedade baiana, e a forte presença feminina orientaram a definição dos movimentos paredistas<sup>2</sup> a serem estudados. Vale ressaltar que, nesse período, ocorreu um significativo número de movimentação de trabalhadores, com características distintas, seja pela organização seja pelo tempo de duração das lutas, que não serão objetos de análise deste trabalho<sup>3</sup>.

Nas movimentações operárias em ascensão em Salvador, estão categorias essencialmente formadas por mulheres, o que contraria trabalhos historiográficos que as colocam como à margem dos acontecimentos. Procuramos assim, com este estudo, “descortinar” as experiências coletivas, recuperando os mecanismos das relações entre os “sexos”, seu cotidiano, suas lutas e as contribuições de cada um ao processo histórico.

Quanto aos estudos referentes à classe trabalhadora (com corte de gênero) e à sua movimentação na Primeira República na Bahia, é notável o silêncio por parte da historiografia baiana, o que se, por um lado, é inspirador, diante da possibilidade de mergulhar em mares pouco navegados, descortinando uma temática em aberto devido à insuficiência de trabalhos, ao mesmo tempo, representa

---

<sup>2</sup> Segundo o *Dicionário Aurélio Século XXI*, paredismo significa: “utilização de greves ou paredes como instrumento reivindicatório ou de ação política ou social”. É nesse sentido que nesse trabalho, se utiliza os termos *paredista*, *parede* e outros semelhantes.

<sup>3</sup> Em março de 1918, operários de uma fábrica de cigarros paralisaram as atividades reivindicando aumento salarial e, em maio desse mesmo ano, foram os(as) operários(as) da empresa União Fabril. Em junho, os carregadores da Companhia das Docas entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho e, no mês seguinte, motoristas e condutores da Linha Circular também paralisaram as atividades pelo atraso do pagamento dos salários.

Em janeiro de 1919, a Empresa de Asseio da Cidade teve as suas atividades paralisadas, por algumas horas, em virtude do atraso do pagamento de salários. Em maio, os marinheiros e remadores da Lloyd Brasileiro, assim como os padeiros, entraram em greve pela redução da jornada de trabalho e por aumento salarial; também os operários da fábrica de gelo paralisaram as atividades por aumento de salários. Em julho, os maquinistas da Companhia de Navegação Bahiana (CNB) entraram em greve, por dois dias, em virtude do atraso dos pagamentos dos salários e, no mesmo mês, funcionários do Gasômetro da Linha Circular paralisaram as atividades reivindicando a readmissão de operários demitidos. Em agosto, aconteceu a greve dos operários(as) da fábrica de tecidos do Tanque de Engenho da Conceição, por melhores condições de trabalho, dentre outras greves ocorridas, no período, em Salvador. (FONTES, 1982).

um grande desafio, pelos riscos próprios de um campo novo, logo, com restritos referenciais.

No entanto, cabe registrar trabalhos de grande relevância que auxiliaram no desenvolvimento desta dissertação: o de Aldrin Armstrong Castellucci (2001), sobre a greve geral de 1919 na Bahia, no contexto das tensões conjunturais da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e do imediato pós-guerra, que traça o perfil da classe operária de Salvador, os tensionamentos, conflitos e demandas dos trabalhadores enquanto grupo de pressão, e as suas formas de organização e luta frente à política oligárquica; o de José Luís Pamponet Sampaio (1975), trabalho pioneiro na Bahia, em que o autor se debruça sobre a constituição histórica da “Companhia Empório Industrial do Norte” no contexto da industrialização brasileira; e, por fim, o de José Raimundo Fontes (1982) que apresenta um levantamento sobre as manifestações operárias de 1888 a 1930. Se, por um lado, a abrangência dessa pesquisa permitiu conhecer as movimentações operárias no período, por outro, não aprofundou as análises sobre os processos de deflagração dessas paredes e as próprias greves.

Os trabalhos acima mencionados, muito embora tenham sido a base de apoio e inspiração para este trabalho, não projetam um novo olhar acerca das experiências da classe trabalhadora e das suas ações nas greves, não incorporando, portanto, as lutas e vivências das mulheres em seu cotidiano e nas movimentações de greve.

Zélia Lopes da Silva (1992)<sup>4</sup>, em suas reflexões, aponta que o leque de estudos no âmbito da classe trabalhadora não se esgotou na historiografia, apenas foi pensada em uma dimensão circunscrita às suas movimentações no espaço público. Quase nada conhecemos sobre as relações no interior da família e, ainda menos, sobre os hábitos, valores e costumes que deram formação às suas práticas culturais.

Estudar as greves a partir dos seus sujeitos requer pressupostos teóricos e metodológicos que abarquem o ser social a partir do seu lugar de gênero e classe e, para isso, é fundamental estabelecer diálogo com as fontes, problematizando-as. Paralelamente a essa tarefa, buscamos bibliografias que foram de muita utilidade

---

<sup>4</sup> Em “A história social em debate”, versão modificada do texto apresentado na mesa redonda *Tendências Historiográficas* realizada na Universidade Estadual de Maringá, em maio de 1992.



para o desenvolvimento deste trabalho por aprofundar os nossos estudos sobre as teorias de gênero, identificando a diversidade de documentações que esse tipo de abordagem proporcionou aos estudos históricos. (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997).

O(a) historiador(a), ao se debruçar sobre o seu objeto, parte da problematização das certezas e da formulação de novas perguntas e, assim, carrega inclinações ideológicas e valores que são próprios da subjetividade humana. As fontes históricas produzidas por determinadas gerações (em seu tempo histórico) carregam em seu conteúdo uma visão de mundo – instrumento de análise crítica e investigação histórica.

As matérias dos jornais, atas, estatutos, relatórios e recenseamentos populacional e industrial<sup>5</sup> são instrumentos que possibilitam, a partir de sua análise, visualizar uma realidade. De antemão, salientamos a sensibilidade que devemos ter para dar visibilidade às relações entre os “sexos”, sobretudo às mulheres, identificando-as em documentos produzidos por homens, a partir de uma perspectiva androcêntrica de sociedade, como bem situa Scott (1992a).

Dentre as fontes históricas analisadas, os jornais foram, sem dúvida, uma importante ferramenta para esta pesquisa, por se constituírem em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, fragmentos da realidade que se pretende conhecer. A periodicidade de circulação do conteúdo das matérias nos permitiu acompanhar a memória do dia a dia e a ação dos sujeitos sociais, estabelecendo uma cronologia dos acontecimentos, como ressalta Márcia Janete Espig (1998).

Um importante registro a ser feito, em relação à imprensa escrita, parte do princípio de não ser esse um veículo imparcial no que concerne à realidade política na qual se insere. Assim, na análise da cobertura jornalística dada às greves e aos seus sujeitos atentamos para a ausência de neutralidade dos órgãos de imprensa que, em alguns casos, pode servir, inclusive, como instrumento de manipulação e de intervenção na vida social, de acordo com Tânia Regina Luca (2005), para quem a imprensa periódica é um espaço de poder que controla, classifica, seleciona, ordena, estrutura e elege o que é digno de chegar ao público.

---

<sup>5</sup> Esse material de estudo foi coletado no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Associação Comercial da Bahia, Biblioteca Central dos Barris, Instituto Histórico e Geográfico e Arquivo Edgard Leuenroth. (APÊNDICE A)

Assim, cabe ao(à) historiador(a) dispor de ferramentas teórico-metodológicas que dêem condições para a realização da análise do discurso, cruzando informações e partindo do entendimento de que o discurso não cria o mundo, mas se apropria dele e lhe proporciona múltiplos significados Jenks<sup>6</sup> (apud RAGO, 1998), a partir de determinados interesses. Com esse olhar, foi possível perceber as disputas políticas, os jogos de poder e os interesses colocados enquanto instrumentos de legitimação de um modelo de sociedade. Porém, vale destacar que a missão do jornalismo não se limita a difundir idéias, a educar politicamente e a atrair aliados políticos, pois o jornal não é somente um agente coletivo da propaganda, mas, também, conforme Ulianov<sup>7</sup> (apud FERREIRA, 1978), um organizador social.

Levando-se em conta a luta travada no campo do jornalismo, em que se encontra o poder de incluir ou de excluir, qualificar e desqualificar, legitimar ou não dar voz e tornar público ou não, atentamos para as manchetes, fotos, jogos de palavras, notícias de primeira página, notas de rodapé e demais aspectos técnicos que permitiram separar o discurso ideológico desses órgãos de imprensa do conjunto de ações patrocinadas pelas categorias. A imprensa operária, além de importante veículo de comunicação entre o conjunto das categorias operárias, é, também, uma preciosa documentação primária para a história das classes trabalhadoras. (ULIANOV, apud FERREIRA, 1978).

Marco Pamplona (1996) caracteriza como competência do(a) historiador(a) o trabalho com a diversidade das fontes, a necessidade de problematizá-las, sem, com isso, hierarquizá-las, buscando uma abordagem pertinente ao objetivo do trabalho, o que possibilita uma multiplicidade de visões e diálogos, na busca de um estudo o mais próximo possível das experiências vividas pelos sujeitos sociais.

Para o relato do trabalho realizado estruturamos essa dissertação em cinco capítulos, dos quais, nesse primeiro, apresentamos os objetivos do trabalho, as fontes utilizadas e sua relevância.

O segundo trata da articulação teórica entre um conceito clássico como o de *classe* e a categoria de análise histórica *gênero* e, em seguida, das relações

---

<sup>6</sup> JENKS, Keith. **Re-thinking history**. London: Routledge, 1991.

<sup>7</sup> ULIANOV, V. I. **Arte, literatura y prensa**. Versão espanhola de Guilherme G. Nicolau. México: Grijalbo, 1969, p. 105.

entre os processos de produção e reprodução social formulando análises sobre os mecanismos históricos de legitimação das desigualdades entre mulheres e homens.

No terceiro capítulo, partimos para o estudo do contexto em que se deu o processo de industrialização na Bahia, traçando um perfil da composição da classe operária, identificando o mercado de trabalho e os ramos de maior concentração feminina, a partir dos censos industriais e populacionais, orientados através de tabelas, e tendo como suporte as bibliografias existentes.

O quarto capítulo traz a análise das relações políticas (a crise no interior das elites), as flutuações econômicas e as tensões sociais provenientes da conjuntura, a dinâmica das relações entre os “sexos” no processo de incorporação no mercado de trabalho, as jornadas enfrentadas pelas trabalhadoras, nas esferas pública e privada, os mecanismos de moralização e controle social perpetrados no interior das vilas operárias, para. a partir daí. focar a análise na greve operária de junho de 1919 (Primeira Greve Geral da Bahia), suas ações e reivindicações, e, principalmente, as questões referentes à especificidade do trabalho feminino.

No quinto e último capítulo, nos debruçamos sobre a greve das(os) tecelãs(ões) ocorrida em setembro do mesmo ano, em Salvador-BA, as relações com a movimentação anterior e as motivações e particularidades das ações, em se tratando de uma greve que teve como vanguarda um setor essencialmente feminino, o de produção têxtil, além de apresentar os seus desdobramentos.

Por fim, apresentamos algumas considerações acerca do tema estudado.

## 2 UM ESTUDO TEÓRICO

### 2.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E CLASSE

Para interpretar essa realidade de opressão e exploração (sem, no entanto naturalizá-la), estudiosas(os) construíram conceitos ou categorias de análise que são suporte para a compreensão das relações sociais humanas e dos seus mecanismos de transformação. Assim, a partir do diálogo entre gênero e classe, procuramos, aqui, retratar o cotidiano das lutas operárias na Bahia.

As teóricas feministas, no decorrer de sua trajetória acadêmica, vêm travando uma disputa demarcadamente ideológica por novas perspectivas e novos olhares, no que tange à produção do conhecimento, questionando referenciais universalizantes: o androcentrismo, a exclusão das mulheres da história e a sua condição de subordinação na sociedade. A ocupação desses espaços através de um novo campo de pesquisa mexe com as estruturas e as relações de poder acadêmicas, que se baseiam na autoridade masculina, refletindo-se em novas práticas sociais. Segundo Eni Samara, Raquel Sohiet e Maria Izilda Matos, “a expansão dos estudos sobre a mulher vincula-se a uma redefinição do político ante o deslocamento do campo do poder das instituições e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano” (1997, p. 89).

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a categoria analítica gênero na historiografia é um fenômeno recente e está relacionada à conjuntura de lutas das mulheres, à sua inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas, a uma conquista do espaço público e, também, à crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história associada às novas perspectivas que procuram dar conta da dinâmica das relações entre os sexos.

Instituída na constatação da negação e do esquecimento, a história das mulheres, que surgiu por volta da década de 60, emergiu e “ganhou musculatura”, a partir de 1970, atrelada à explosão do feminismo e articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como da história social, com os estudos sobre a memória popular. As feministas, portanto, fizeram a história das mulheres, antes mesmo dos(as) historiadores(as). Impulsionando debates, pouco a pouco, foram-se abrindo aos grupos de pesquisa as portas dos centros universitários para abrigar reflexões e produções sobre essas questões, como relata Mary del Priore (1998), e, assim, a história das mulheres foi escrita: através de contribuições recíprocas entre a intelectualidade e o movimento feminista.

Por volta de meados da década de 70, pesquisadoras já utilizavam o *gênero* como uma categoria analítica, então cercada de iniciativas para ser integrada à terminologia das Ciências Sociais, o que levou a uma reapropriação do termo “história das mulheres” que caminhou para “gênero”.

Para Joan Scott (1992b), isso não implicou, necessariamente, na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, não constituindo, portanto, uma ofensiva ou ameaça crítica à hegemonia acadêmica, pois, ao incluir as mulheres, sem nem, ao menos, nomeá-las, os(as) historiadores(as) das mulheres não questionavam explicitamente as leis da academia; buscavam, tão somente, o seu reconhecimento como intelectuais. Porém, o que as pesquisadoras feministas não pretendiam fazer era, exatamente, caminhar na mesma direção que a história tradicional, ou mesmo, fazer com que a história das mulheres mais parecesse um “adendo” à história geral, ou seja, feita por mulheres e totalmente à margem das produções acadêmicas. Para Priore (1998), a questão que necessitava ser discutida era a relação “umbilical” entre feminismo e história da história das mulheres, sendo uma subproduto ou parte do outro, mas com objetos distintos.

Diante dessas impressões trazidas por Scott (1998), já muito debatidas e questionadas, o que não se poderia fazer, sob hipótese alguma, seria minimizar o teor subversivo daquilo que as feministas estavam propondo, pois não se tratava, simplesmente, de “adicionar”, ou “incluir”, as mulheres na história, mas sim de construir um novo paradigma do conhecimento, pois, ao sugerir uma história das mulheres e, posteriormente, a utilização da categoria relacional gênero, já se estava, de antemão, suscitando modificações na história, questionando os parâmetros científicos definidores de *quem* poderia ou não ser *sujeito do conhecimento*, do *que*

poderia consistir *conhecimento* ou mesmo do *que poderia ser conhecido*, como adverte Cecília Sardenberg (2002). Assim, subvertiam-se as regras sobre as condições da produção do conhecimento, as suas bases conceituais e premissas epistemológicas, provocando rupturas nos padrões normativos científicos paralelamente às incertezas que a história tradicional ganhava nesses tempos devido às inflexões, ainda que discretas, mas, definitivas, em sua trajetória, tanto na área da etnologia, quanto da história. (PRIORE, 1998).

Para se ter uma real dimensão do que estava sendo proposto, é preciso considerar a trajetória percorrida pelas feministas, com os impasses e avanços conquistados, sem perder de vista o diálogo permanente estabelecido entre o movimento e o pensamento feminista, ou seja, a teoria e a práxis política.

Mesmo que os(as) historiadores(as) das mulheres não buscassem, diretamente, questões referentes à origem dessas desigualdades na produção do conhecimento, os seus trabalhos implicavam em entender os processos históricos construídos pelos quais “as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram submetidas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada [...]” (SCOTT, 1992b, p. 23), já que as ciências reproduzem e/ou legitimam essas assimetrias sociais.

Reivindicar a importância da trajetória da mulher na história significa ir de encontro às tradicionais abordagens históricas, romper com as “verdades” estabelecidas. As ações e experiências das mulheres não poderiam ser “adicionadas”, como complemento, em um contexto construído sob os pressupostos do sujeito universal masculino enquanto uma categoria homogênea, ou tratadas de forma suplementar, como em várias teses realizadas no período, em que historiadores recorriam a capítulos extras sobre as mulheres numa “espécie de generosa esmola com que se premiava a nascente movimentação feminista” (PRIORE, 1998, p. 221). Era preciso uma redefinição teórico-metodológica que desafiasse as premissas disciplinares, que lançasse mão de uma nova leitura da realidade social, na perspectiva relacional das vivências coletivas dos sujeitos sociais; daí se origina a categoria ou leitura social de gênero.

O conceito de *gênero* foi desenvolvido e utilizado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino e em oposição ao que é biologicamente dado: uma rejeição explícita à idéia

de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, base do essencialismo. O conceito de “sexo”, até então, corroborava a idéia da imutabilidade dessas diferenças com raras possibilidades de mudanças. No entanto, as feministas da virada da década de 60 para a de 70 se reapropriaram do conceito de “sexo” como constitutivo do *gênero*, concebido como suplementar ao conceito de sexo, incorporando o biológico como a base sobre a qual os significados socioculturais são constituídos. (NICHOLSON, 2000).

Na década de 80, os estudos feministas concretizaram a incorporação do gênero no contexto da “emergência da história das mulheres como um campo de estudo que envolveu, como anteriormente dito, uma ‘evolução’ do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (SCOTT, 1992c, p. 65).

É imprescindível, ainda, frisar que existe uma ampla literatura envolvendo o conceito de gênero, gestada nos espaços acadêmicos, nas organizações não-governamentais (ONGs) feministas e não-feministas, em entidades internacionais e no aparelho do Estado e é em decorrência dessas apropriações que são dirigidas inúmeras acusações quanto ao esvaziamento do seu conteúdo político, que é ajustado às mais variadas concepções ideológicas, o que se reflete na sua redução, a depender das circunstâncias e de sua potencialidade de transformação.

Já em relação ao Brasil, somente a partir de 1987, a proposta dos estudos feministas como “substitutivos” dos estudos das mulheres possibilitou dar maior percepção à configuração histórica das gerações do movimento feminista e à produção acadêmica, diferentemente do ocorrido nos EUA e Europa. Julia Kristeva identifica três gerações de feministas nas quais se dá essa articulação: a do igualitarismo, a da especificidade e/ou diferença radical e a da multiplicidade de diferenças e alteridades, segundo Lia Zanotta Machado (1992).

É importante ressaltar que o feminismo como movimento social questionou a hegemonia masculina e construiu as suas bases políticas pautando as suas intervenções na ocupação de espaços entronizados pelo androcentrismo. A academia é um dos lócus estratégicos da luta das mulheres, por produzir e reproduzir conhecimentos, idéias e discursos que respaldam as relações desiguais de poder, invisibilizando-as e reforçando os estereótipos entre os “sexos”.

O processo de apropriação e transformação do conhecimento científico implicou na construção de trajetórias individuais e coletivas das relações de gênero, transgredindo limites e fazendo incursões em territórios “proibidos”, estabelecendo relações entre o público e o privado<sup>8</sup>, incorporando o cotidiano e, portanto, ressignificando os espaços e as relações interpessoais e travando um embate, no campo das idéias e das relações sociais entre os sexos.

Sobre isso Maria Izilda Matos pontua que “os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se em função um do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente, num tempo e espaço e cultura determinadas [...]” (1997, p. 97). Assim, o conceito de gênero é relacional, uma maneira de indicar as construções sociais acerca dos papéis próprios aos homens e às mulheres.

Gênero, então, seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações às diferenças corpóreas percebidas historicamente, que são diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” e que se expressam, dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na reprodução e produção, sendo, portanto, uma categoria de análise histórica constitutiva das relações sociais.

O gênero é uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) produzem conhecimento histórico a partir do conceito de gênero, caminham no sentido de construir novas práticas sociais que, gradativamente, irão se refletir nas relações sociais entre mulheres e homens tornando perceptível a maneira pela qual a ação política constrói o gênero e como o gênero constrói a política (SCOTT, 1992b).

Historicamente, vivemos em uma sociedade em que dominam relações de gênero patriarcais, cujas construções simbólicas e elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas – no caso, o masculino se sobrepõe ao feminino, o que resulta em uma condição de prestígio, privilégios e poder maior, para os homens, e de subordinação, para as mulheres – que se edificam e reproduzem nas relações de trabalho, na produção e na reprodução, baseadas na diferenciação entre os sexos. “Dessa forma podemos pensar que as identidades

---

<sup>8</sup> Segundo Céli Regina Pinto, “o espaço público: por excelência o lugar da história, arena privilegiada das questões políticas e econômicas e esfera privada: referente ao espaço doméstico/familiar” (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992).



sexuais não são dados inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, históricas e culturalmente específicas, passíveis de transformação” (SARDENBERG, 1998, p. 2).

São os seres humanos que, através das condições sociais dadas e criadas no decorrer da história, constroem e compartilham experiências entre os sexos. Contudo, isso se dá com premissas e em bases muito determinadas, ou seja, de acordo com os termos sociais disponíveis e nos contextos vivenciados. Dessa forma, o gênero dá ênfase a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por esse. (SCOTT, 1992a).

Gênero é uma categoria de análise histórica eminentemente interdisciplinar que possibilita o diálogo com uma diversidade de campos do saber (Ciências Sociais, Psicanálise, Lingüística, etc.) e a articulação com outros conceitos, na perspectiva de estabelecer uma nova interpretação da realidade social, incorporando a ação de homens e mulheres em seus respectivos contextos. Segundo Verena Stolcke:

O conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre mulheres e homens chama atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam. (1991, p. 104).

É importante notar que a organização de gênero constrói duas visões de mundo; assim, a perspectiva da mulher, seus interesses, diverge do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Essas experiências, quando adquirem um colorido de gênero articulado com o de classe e raça, promovem elementos comuns, mas, também, diferenças, o que nos permite considerar que a vida não é vivida da mesma forma pelos sujeitos históricos, conforme adverte Heleith Saffioti (1992).

Quando se promove essa articulação, os estudos sobre a classe trabalhadora na Bahia e no Brasil, sobretudo o objeto desta pesquisa – as relações de gênero nas greves de 1919, em Salvador-BA –, ganham vitalidade pois, através dela, percebemos de que forma o conceito de *classe* integra a categoria de *gênero*, permitindo construir um entendimento sobre o universo de trabalho de mulheres e homens, no processo de produção, reprodução e lutas de trabalhadoras(es), a partir de sua condição social e histórica.

Em se tratando dos historiadores da classe operária, muitos vivenciam sua trajetória acadêmica entrecortada com a militância, em um encontro entre a política e a academia, entre compromissos com a teoria e a prática, buscando interpretar o mundo e transformá-lo. Em função disso, parte dos estudos sobre a classe operária se originou do interior dos movimentos operários ou de áreas próximas, em sua grande parte, produzidos por lideranças dos movimentos, dirigentes sindicais ou partidos políticos, sem ligação com a academia, mas com grande teor panfletário. Destacamos, nesse campo de pesquisa, o trabalho não universitário, mas de grande valor, *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson (1987), produzido enquanto o autor era professor de educação de adultos do movimento operário e que, somente após a publicação, tornou-se professor universitário, segundo Eric Hobsbawm (1987).

Hobsbawm (1987) chama a atenção para a história operária construída de dentro do movimento e, em certa medida, fora das universidades, pela recorrente tendência de se identificar as “classes operárias” com o “movimento operário” ou mesmo com organizações, ideologias e partidos políticos, o que, segundo ele, poderia confundir a história das classes trabalhadoras com a das suas organizações. Outra questão levantada diz respeito ao papel histórico atribuído aos movimentos operários, que lhes concede uma importância extremada, acarretando um auto-isolamento em relação ao resto da história e, ainda, à história clássica desse movimento que tendeu a produzir um modelo como sendo a versão oficial da história.

A história social da classe operária deve prezar pela clareza conceitual e metodológica; logo, qualquer que seja a base teórica a lhe dar suporte é preciso partir de três importantes considerações: de que “a história operária é parte da história da sociedade”; de que a história é multifacetada; e, que os níveis de realidade ou de análise formam um todo – trabalhadores, movimentos, bases e líderes, as questões socioeconômicas, políticas, culturais, ideológicas –, uma combinação de diferentes tipos de quantificação com enunciados qualitativos (HOBBSAWM, 1987).

A produção historiográfica sobre os movimentos operários e/ou sindicais no Brasil ganhou fôlego a partir da década de 60, com os primeiros trabalhos acadêmicos. Nesse primeiro momento, permeada por modelos explicativos e generalizações – que não davam conta da complexidade e da dinâmica dos

movimentos operários e sindicais, além de estar centrada nas movimentações operárias ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como uma espécie de paradigma da história das lutas sociais no período – não dialogava com as especificidades conjunturais e regionais da formação da classe trabalhadora baiana e com as suas formas de intervenção social e política. Ao identificar tais lacunas historiográficas, buscamos “reconstruir” as relações de gênero vivenciadas no contexto das greves em Salvador, buscando, como diz Sandra de Cássia Pelegrini,

A história do trabalho em suas análises e preocupações em perceber as dimensões sócio-culturais e políticas do movimento operário, de modo a propiciar uma investigação sobre as suas lutas reais, expressas por intermédio de organizações formais (sindicatos, associações e partidos ou sob forma de resistências cotidianas). (1995, p. 34).

A história social da classe trabalhadora com o entrecortar de gênero requer a utilização de uma metodologia que abarque outra concepção de história que faça dialogar o geral com o específico, pois as relações particulares, e tão complexas, traduzem as hierarquias entre os sexos, refletem as divisões e desigualdades em “vivências e experiências distintas, nos permitindo identificar necessidades e interesses diferentes ou até mesmo conflitantes entre homens e mulheres, mesmo quando membros de uma mesma classe” (SARDENBERG, 2001, p. 136).

Para E. P. Thompson (1987), a classe social é resultado das relações sociais, das experiências que se articulam e desdobram em identidades comuns, em formas de lutas e organizações, sobretudo, porque a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

Assim, do ponto de vista thompsoniano, a experiência comunitária do trabalho e da religião, a luta por melhores preços e condições de existência engendrariam a consciência de classe cuja experimentação culminaria em diferentes formas de ação social e política. (PELEGRINI, 1995, p. 30-31).

Se, por um lado, a chamada corrente culturalista propunha que a história deveria ser pensada apenas como produto da ação humana, reduzindo as relações sociais e econômicas em favor do empirismo e da experiência de vida, os estruturalistas abstraíam o homem e a mulher da cena histórica, substituindo a sua ação pelo determinismo do capital. “O modo de produção e o corpo social que o integra determina a consciência da sociedade”, diz Pelegrini (1995, p. 31).

Para Hobsbawm (1987), as relações de classe, qualquer que seja a sua natureza, são relações entre classes ou camadas que não podem ser analisadas isoladamente ou, apenas, em termos dessas divisões e isso implica o conhecimento do que são as sociedades e de como funcionam, em termos das relações estruturais, pois se assim não fosse, “o conceito de classe seria convertido numa experiência subjetiva, conseqüentemente condenando o historiador a um contínuo relativismo” (PELEGRINI, 1995, p. 31).

Ao relacionar gênero e classe buscamos caminhos que nos auxiliem no processo investigativo do nosso objeto, orientando uma quebra de paradigmas, ao conceber classe a partir das relações sociais de produção e reprodução, distanciando-nos de uma visão mecanicista e ortodoxa da história. Entendemos que uma classe se constitui historicamente quando seus membros se identificam (têm interesses comuns), no contexto das relações sociais<sup>9</sup>. Desta sorte, uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, que consiste, basicamente, na identificação dos interesses comuns e, mais do que isso, do antagonismo que a separa de outras classes. (SAFFIOTI, 1969, p. 200).

O conceito de classe tem importância central na teoria marxista. A concepção de classe é o ponto de partida de um sistema teórico que compreende a luta de classes como força motriz da história. Marx, em suas análises, apresenta a classe operária engajada na luta contra o capital e a classe burguesa, estabelecendo uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto, é entre a condição de classe e a consciência de classe.

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que, nos estudos sobre o sistema de relações humanas, por estarmos tratando de dinâmicas sociais complexas, relação pode significar contradição, antagonismo, disputas pelo poder, conflitos, implicando em uma recusa em hierarquizar essas relações sociais.

Muitas questões levantadas acerca do conceito de classe social remetem à não captação do lugar das mulheres na produção, já que as relações que forjaram a sua constituição não foram pensadas, também, a partir do processo de reprodução social da vida. Daí a necessidade da reinterpretação do conceito, no bojo do feminismo, para evidenciar a forma pela qual o marxismo deixou essa fundamental contribuição para a compreensão da formação e da estrutura de classes. Helena Hirata e Daniele Kergoat colocam que:

A conceitualização marxista de classes sociais foi, nos anos 70, criticada pela primeira vez do ponto de vista de gênero, mostrando como o pertencimento de classe para a mulher foi construído a partir de um referencial exclusivo, o homem. (HIRATA; KERGOAT 1988, p. 93-94).

Na sociedade, a situação de classe de homens e mulheres é determinada pela sua origem, inserção social e identidade. Assim sendo, as relações de classe, tais como as relações de sexo, são relações estruturantes. Por isso, quando afirmamos que a classe operária tem dois sexos, estamos nos referindo às relações assimétricas que se desenvolvem a partir das diferenças entre os sexos que, por sua vez, são refletidas nas práticas sociais, na consciência, nas representações, nas condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras e, como não poderia deixar de ser, nas formas de luta e na especificidade das reivindicações (HIRATA; KERGOAT, 1988, p. 93-94).

Sobre as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe na história, uma importante reflexão necessita ser feita: Marx jamais escreveu, de modo sistemático, sobre o assunto. Segundo Hobsbawm, Marx utilizava o termo classe social em dois sentidos distintos que, de acordo com o contexto, poderia significar:

[...] aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser utilizados sobre uma classificação segundo um critério objetivo, por manterem relações similares com os meios de produção e, mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontradas em todas as sociedades humanas que ultrapassassem a fase primitiva comunal. (HOBSBAWN, 1987, p. 34).

Com isso, não é intenção de Hobsbawm esgotar ou esvaziar o significado de *classe*, na primeira acepção usada por Marx, mas distingui-la da segunda, que introduz um elemento subjetivo nesse conceito, a consciência. “Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias, como tal” (HOBBSAWM, 1987, p. 34).

Para tanto, partimos da idéia de que a dinâmica da formação do proletariado urbano só pode ser entendida se enfocarmos os mecanismos internos de funcionamento do capitalismo e do patriarcalismo, um sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade ou do conjunto das relações sociais e que organiza, estrutura e determina maior poder, prestígio e privilégios de um “sexo” sobre o outro, legitimando a opressão e a subordinação das mulheres. Só assim podemos entender que é da relação patriarcal articulada às relações de classe do sistema capitalista que o homem emerge como provedor, o principal ganha-pão familiar, e a mulher, como trabalhadora complementar.

Podemos pensar a experiência de *classe*, assim como a de *gênero*, como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciam de forma diferente essas experiências, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social. Essa compreensão deve ser entendida em termos estruturais (relação entre infra e superestrutura).

O sentimento de pertencimento e a consciência de classe são forjados a partir das experiências comuns, das vivências coletivas – porém, distintas –, da construção de sentimentos e identidades comuns entre os “sexos”, na dinâmica das relações sociais de produção de bens e de reprodução da vida. A classe trabalhadora é sujeito de sua própria história, por isso, a ênfase é dada à questão da experiência de classe e do fazer de uma cultura de classe. Assim, pensar em termos de unidade de classe, só é possível ao se considerar as relações entre os sexos, como relações sociais fundantes que se entrelaçam, contradizem, articulam e dinamizam todos os campos do social, atravessando e intervindo nas estruturas da sociedade, pensando as relações entre os sexos como “classistas”, assim como as de classe são “sexuadas”.

Historicamente, o movimento operário colocou a questão da opressão feminina em um plano secundário, pois a grande causa a ser enfrentada era o fim da exploração do “homem pelo homem”, logo, do antagonismo de classe, e, para isso, toda a classe operária deveria estar integrada à causa comum de todo trabalhador.

Dessa forma, sob a justificativa de garantir a unidade, defendia-se a separação das lutas, como se fosse possível tratar isoladamente das funções socialmente dirigidas ou identificadas às mulheres como esposas, mães e operárias (extensão das suas funções domésticas), fragmentando-as, subordinando-as, definindo e legitimando a separação entre o espaço privado e o público e as esferas da produção e da reprodução.

Zillah Eisenstein (1980), apesar de considerar de extrema relevância a análise marxista, por proporcionar uma análise de classe, diz que as mulheres em *O Capital* não têm existência como sexo social, mas, fazem parte, tal como outras categorias do exército de reserva industrial, invisibilizadas em todo o processo necessário à renovação da força de trabalho e de reprodução do capital. Em seus estudos, Eisenstein articula dois sistemas, patriarcado e capitalismo, utilizando a expressão “patriarcado capitalista” para “acentuar uma relação dialética que se reforça mutuamente entre a estrutura de classes capitalista e a estruturação sexual hierarquizada” (1980, p. 15). A compreensão dessa interdependência é importante para entender de que forma se articulam e se reproduzem as assimetrias sociais entre os sexos.

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e, mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macrossistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o utiliza, alimenta e reforça, na sua estrutura de relações desiguais de poder, tornando-o parte de sua própria dinâmica, sem com isso estabelecer, nas análises, qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre o capitalismo e o patriarcado.

O diálogo aqui empreendido com as fontes empíricas e a bibliografia sobre gênero e classe pressupõe dar voz aos historicamente oprimidos e silenciados, o que implica em olhar, ouvir e escrever sobre os processos históricos, enfocando as relações sociais entre mulheres e homens, identificando o papel da classe trabalhadora, relacionando a sua constituição histórica, a sua realidade e identificando a sua capacidade de organização, mobilização e transformação da realidade social, sua percepção de mundo e seus mecanismos de resistência e luta.

## 2.2 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO: FACES DE UM MESMO PROCESSO

Esse debate teórico é resultado de uma inquietação acadêmica, da necessidade de refletir sobre a condição de opressão e exploração universal e histórica das mulheres trabalhadoras a partir da análise dos mecanismos sociais que legitimam as relações de desigualdades entre os “sexos”.

Articular produção e reprodução é central, na medida em que analisamos, simultaneamente, dois grupos de relações sociais: as relações entre os sexos e as relações de classe (opressão e exploração). Nesse sentido, partimos do entendimento de que qualquer análise que problematize os mecanismos que legitimam a subordinação de um “sexo” por outro, de uma classe por outra, tem como ponto de partida a história, forjada pelos sujeitos em seu processo de socialização e na construção das práticas sociais. Assim, pensamos que os homens e as mulheres são seres sociais determinados pela história das relações sociais por eles(as) próprios(as) criadas nas quais a conformação corpórea natural é condição necessária, porém, não suficiente, para a sua constituição como seres humanos.

Isso nos leva a compreender que a humanização do ser biológico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade (MARX; ENGELS, 1998), ou seja, que é em um processo de construção social de vivências/experiências coletivas, no contexto das estruturas, que nos tornamos mulheres e homens, que definimos papéis elaborados a partir das diferenças percebidas e que se reproduzem nas assimetrias entre os sexos. Sobre essa questão, Joan Scott pontua:

A história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. As representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente. (1994, p. 13).

Partindo do referencial teórico marxista, entendemos que, de acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata, sendo a produção e a reprodução de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, higiene, habitação, etc. e, de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. (ENGELS, 2002).



A produção, ou trabalho produtivo, envolve as atividades relativas à elaboração e fabricação de bens materiais e serviços necessárias ao processo ou que o prolongam, na esfera da circulação – transporte, manutenção (armazenamento) e distribuição –, e que são criadoras de valor e mais-valia.

A reprodução, por sua vez, está associada ao conjunto de atividades que têm como objetivo criar as condições para que as pessoas nasçam, se desenvolvam e envelheçam. Assim, o trabalho doméstico é, por excelência, uma atividade reprodutiva, pois é um serviço que envolve força de trabalho, possui horários e horas extras, ritmo próprio e gasto de energia, mas que não tem valor social e de mercado, ingrediente essencial da produção capitalista.

Segundo Daniele Combes e Monique Haicault (1987), a partição desigual dos sexos na reprodução traduz uma divisão sexual que estrutura relações entre os sexos designando, prioritariamente, às mulheres, a atividade reprodutiva que é acompanhada de sua exclusão, ou inviabilização, do campo sociopolítico.

Mesmo considerando a existência histórica de uma organização social prévia, os seres humanos possuem autonomia para forjar as condições necessárias para que as mudanças aconteçam. Dessa forma, os sujeitos sociais, ao passo que produzem os meios necessários à sua sobrevivência, se perpetuam através da reprodução. Na medida em que a reprodução da espécie pode orientar mudanças no processo produtivo, diante das necessidades criadas pelo convívio social, todo processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução social e, assim, podemos considerar que o ser social se objetiva através da produção e reprodução da sua existência, processos que, mesmo sendo autônomos, são indissociáveis, mutuamente constitutivos: um é definidor do outro.

É fato que ninguém pode questionar que os “sexos” são distintos, na sua constituição biológica: as mulheres dão à luz e amamentam os filhos e esse fato tem conseqüências importantes na vida social. Mas a observação, por si só, das diferenças físicas nos informa pouca coisa sobre o mundo social em que vivemos. O sexo é o significado social das diferenças anatômicas entre macho e fêmea, no contexto das relações de gênero; contudo, o sexo não define o gênero, mas o constitui, haja vista que em toda formação social coexistem a produção social de bens e a produção social de seres humanos, visto que as mulheres estão sempre presentes na produção e na reprodução. Historicamente, associa-se sexo/biologia/

natureza às mulheres, identificando-as, pelo caráter biológico, às funções reprodutivas, e o cultural/social, aos homens.

As análises marxistas proporcionam um estudo da exploração humana, por apresentarem uma perspectiva de classe necessária para o estudo das relações de poder e por terem desenvolvido um método de análise histórico e dialético (EISENSTEIN, 1980), construindo uma concepção revolucionária da classe trabalhadora; porém, embora a “exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 1988, p. 94).

O marxismo, ao deixar de lado a análise dos processos internos da família que geram a mercadoria força de trabalho, não construiu uma teoria que fizesse dialogar produção e reprodução, impedindo a construção de uma explicação satisfatória do uso da força de trabalho feminina para expandir a mais-valia, já que, de acordo com Marx em *O Capital*, a manutenção e a reprodução da classe trabalhadora é uma condição necessária à reprodução do capital. (HIRATA; KERGOAT, 1988).

Os estudos feministas marxistas identificam as lacunas nessas análises e se apropriam da teoria, através de um outro olhar, pois que não existe possibilidade de projetar mecanicamente ou, mesmo, de aplicar conceitos marxistas oriundos da análise do trabalho assalariado, nas sociedades capitalistas. Para ir além, seria necessário partir do estudo do próprio trabalho doméstico, de como a família organiza os recursos procriativos das mulheres, que consistem em mecanismos de operação de reprodução da força de trabalho e das relações sociais, e, portanto, do processo de acumulação capitalista, pois só assim compreenderemos os instrumentos de opressão e construção dos meios para a libertação das mulheres. Dessa forma, consideramos a articulação entre essas análises fonte de inspiração para interpretar a realidade e transformá-la, em se tratando da condição feminina como força de trabalho nas sociedades capitalistas.

Nessa perspectiva, redefinimos, neste trabalho, o sujeito social, que precisava ser incorporado e analisado a partir do seu lugar de classe e de gênero, fazendo a ressalva de que, hoje, as feministas não mais procuram respostas sobre as origens da subordinação feminina. Refletir sobre tais questões ainda pode ser o ponto de partida, embora tenhamos como objetivo estratégico entender de que

forma os instrumentos de opressão se constituíram historicamente para perpetuar as desigualdades.

No que se refere ao modelo de família (ao se pensar, principalmente, a família operária) e à sua estrutura patriarcal, chamamos a atenção para o fato de que esse modelo não foi criado pelo capitalismo, mas que este se serviu das construções de gênero dominantes para explorar as mulheres em sua dupla jornada de trabalho. Assim, o capitalismo apenas ressignificou o modelo, mantendo o caráter social dos seus membros, a partir da sua própria lógica (de exploração). Nesse contexto, o trabalho doméstico se relaciona, diretamente, à produção da mercadoria força de trabalho, já que a família é a unidade onde a atividade reprodutiva é executada, sendo uma instituição historicamente constituída e sujeita a transformações, em sua organização, segundo Maria Valéria Juno Pena (1981), ou seja, estruturada distintamente em diferentes momentos históricos.

A burguesia, de acordo com Alexandra Kollontai (1982), ao conquistar uma posição social hegemônica, tratou de universalizar as suas regras de conduta e códigos civis, que tinham como objetivo proteger o seu *status quo*, tornando-os, pouco a pouco, lei obrigatória para as outras camadas da população. Vale salientar que as idéias da classe dominante são dominantes, em cada época, tomando proporções de verdades coletivas, tendo, portanto, validade para toda a sociedade, sobretudo, para as classes a serem submetidas (MARX; ENGELS, 1998). Quando nos referimos à ideologia da classe dominante, devemos associá-la a um modelo de organização social de gênero, na sociedade, na família, no trabalho, por meio do qual o poder, também, é articulado.

Em relação aos paradigmas iluministas constitutivos de uma nova concepção de mundo legitimadora do ascenso burguês, estabeleceu-se que as relações hierárquicas entre os sexos fossem definidas como parte da ordem natural das coisas. As mulheres foram caracterizadas como parte da natureza, estando, portanto, destinadas ao mundo interior, enquanto o homem se destinava ao mundo exterior, estruturando-se, assim, uma dicotomia – mulher/natureza, homem/cultura, como ressalta Maria Betânia Ávila (2001), e definindo-se uma distinção dos espaços sociais: o público e o privado.

A ideologia patriarcal, dessa forma, reforçou as representações do feminino caracterizando-o como frágil, moralmente fraco, vil, incapaz, intelectualmente pouco dotado e, reforçando uma inclinação natural para a família,

os ideólogos burgueses se esforçaram, segundo Zuleika Alambert (1986), “cientificamente” em explicar a inferioridade das mulheres, afirmando que o seu estado de humilhação na sociedade se explicava por suas particularidades biológicas.

Entre os pioneiros da teoria política moderna, John Locke argumentava contra o poder absoluto do rei e a favor das relações contratuais livres entre homens; no entanto, não incluiu as mulheres como integrantes da sociedade civil e justificava que o lugar dela, por natureza, era o lar, onde estaria subordinada à autoridade e ao julgamento do homem. Rousseau, também, sentenciou as mulheres a estarem destinadas à reprodução e não à vida pública; consideradas sedutoras, vãs e ardilosas, as mulheres deveriam ser educadas para servir aos homens e à família, aos quais cabia governar essas frívolas criaturas conforme Andréa Nye (1995).

Em contrapartida, as representações masculinas foram construídas pautadas na força, virilidade, capacidade de comando (autoridade) e inteligência, de forma a legitimar a sua dominação, a ocupação do espaço público e as relações desiguais de poder. Essas relações hierárquicas de gênero, assim como a hegemonia de classe, foram promovidas pelos organismos ou entidades responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias (família, igreja, organizações profissionais, meios de comunicação, etc.), que trataram de construir, no imaginário coletivo, um modelo seguido de uma padronização das relações sociais que se tornou a norma para toda a sociedade e que foi introjetado no cotidiano das classes trabalhadoras e por essas internalizado.

Assim, os membros das famílias das classes trabalhadoras (homens, mulheres e crianças) foram recrutados para o processo produtivo, vivenciando uma realidade de salários baixos, precárias condições de trabalho, autoritarismo patronal, moradias inadequadas, dentre outras questões. O capitalismo, seguindo a sua dinâmica de expansão, descobriu, pelas condições criadas/alimentadas por ele mesmo, uma mina de ouro a ser explorada, o trabalho feminino, cujo efeito podia ser sentido na redefinição das formas de diferenciação social a partir dos sexos, influenciando na estrutura da força de trabalho.

De poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a máquina transformou-se imediatamente, em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador sem distinção de sexo e idade sob o domínio direto do capital.<sup>10</sup> (MARX apud LEITE, 1984, p. 50).

À medida que a capacidade produtiva fabril se expandia, a burguesia se apropriava das riquezas e buscava mecanismos de reprodução de sua ideologia, cristalizando as relações de trabalho nas quais a demanda crescente de mão-de-obra barata deslocava a mulher do “mundo” privado para incorporá-la ao mercado, a partir da sua dupla determinação de gênero e de classe. Diante disso, não podemos deixar de registrar o papel social feminino de produtor e reproduzidor da força de trabalho como responsável pelos trabalhos domésticos (manutenção da casa, conservação dos alimentos e cuidado com os filhos), cumprindo, assim, uma dupla jornada de trabalho: a privada e a pública.

Partimos do entendimento de que a participação da mulher como força de trabalho não depende, exclusivamente, dos mecanismos internos da produção capitalista; fatores referentes à sua articulação com o trabalho na produção social realizado no âmbito doméstico são elementos fundamentais na caracterização do trabalho feminino. Podemos considerar que o capital se beneficiou da exploração direta do trabalho feminino doméstico e extra-lar (fabril) para pagar às mulheres salários inferiores aos dos homens, o que contribuiu para a desvalorização da força de trabalho como um todo (SARDENBERG, 2000), redefinindo as formas de diferenciação social entre os sexos, na estrutura produtiva. Assim, a sociedade capitalista pôde tratar o emprego de mulheres e crianças como trabalho complementar o que teve como consequência direta a queda geral dos salários.

O avanço da máquina capitalista criou uma tensão real na distribuição do tempo diário entre o uso para a produção econômica e a utilização para reprodução social, física e mental, segundo Cláudio Dedecca e outros (2004), cuja centralidade podia ser sentida pela utilização de instrumentos de regulação e padronização do cotidiano de trabalho e familiar. Os espaços, unidades e modalidades concretas da reprodução se tornaram parte integrante da luta de classes, devido ao controle exercido pela classe dominante que, através de uma tentativa de organização das condições de moradia e de vida da classe trabalhadora, moralizava, disciplinava, e

---

<sup>10</sup> MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

moldava o(a) operário(a), no âmbito de uma família adequada à exploração e, de forma inseparável, à opressão específica das mulheres na produção e na reprodução. (COMBES; HAICAULT, 1987).

Devemos considerar que, para o capitalista, nunca existiu uma dissociação entre produção e reprodução, pois essa última também é um processo contínuo de produção da mercadoria força de trabalho vendida pelos(as) trabalhadores(as) em troca de um salário, que é o preço de seu trabalho, e que é determinado pelos meios de subsistência necessários à sua renovação e perpetuação através da procriação. Tratada como uma mercadoria, a força de trabalho não é produzida como as outras mercadorias, já que a sua reprodução é resultado do trabalho doméstico, do papel exercido pela mulher, que não é assalariado, mas é parte do processo de produção.

A força de trabalho possui a propriedade particular de ser uma força criadora, uma fonte viva que atribui valor através da quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado a uma determinada mercadoria (MARX, 1987). Saffioti (1992) reforça, em suas análises, o caráter essencialmente humano da força de trabalho, ao considerar que, através das relações sociais, são produzidas não apenas as mercadorias, mas, também, sentimentos de toda ordem (amor, ódio, desejo e tristeza) e se forjam expectativas de vida que podem se desdobrar em laços de solidariedade, hostilidade, em defesa da liberdade, opressão e luta pela emancipação.

Por sua vez, Marx caracteriza a força de trabalho da seguinte forma:

O possuidor da força de trabalho é um ser mortal. Portanto, para que sua presença no mercado seja contínua, como requer a transformação contínua de dinheiro em capital, é necessário que o vendedor da força de trabalho se perpetue, como se perpetua todo ser vivente, pela procriação, a soma dos meios de vida dos substitutos, isto é, dos filhos dos operários, para que esta raça especial de possuidores de mercadorias possa perpetuar-se no mercado. (MARX apud LEITE, 1984, p. 50).

Saffioti (1992) critica Marx e Engels, assim como os seus seguidores, por investirem no estudo do ser humano como força de trabalho, descurando-o como protagonista de outros papéis sociais. Para que a produção dos homens seja situada no nível da produção de mercadorias, é preciso partir da perspectiva de

desconstrução da subordinação de um processo ao outro, além de abolir a dicotomia razão/emoção, agregando a subjetividade e os sentimentos à força de trabalho que, de seu lado, incorpora essa gama de emoções e conflitos na produção de mercadorias, da mesma forma que o ato da reprodução não é, exclusivamente, um ato de amor, mas, também, um ato racional. Para a autora, não faz sentido afirmar que a produção de mercadorias é presidida pela razão e a produção dos seres humanos, pela emoção, já que ambas estão presentes em qualquer ação humana, sendo faces de um mesmo processo de produzir vida (SAFFIOTI, 1992).

A reprodução do capital, assim como a de seres humanos, é parte integrante da luta de classes e, ao mesmo tempo, da luta pela igualdade de gênero. O capitalismo se caracterizou pela constante mutação e pela lógica da acumulação permanente de capital, pela exploração e desumanização da força de trabalho e por uma demarcada divisão sexual. Diante do projeto hegemônico de sociedade e das contradições próprias de um sistema que reforça as assimetrias sociais, a burguesia lançou mão de uma organização da produção que submete a reprodução (através dos mecanismos de controle), estabelecendo regulamentos internos nas fábricas e nas vilas operárias.

Os componentes da ideologia patriarcal orientam as relações cotidianas entre homens e mulheres no trabalho, na família, na política e na sociedade como um todo, atribuindo papéis sociais, a partir das relações de poder dominantes, legitimadas pelos estereótipos constituídos para as mulheres em contraposição aos dos homens, que tomaram proporções universais e absolutas. Esse é um falso consenso, forjado a partir da naturalização das diferenças e que tem como objetivo garantir a manutenção da “ordem social”. Dessa forma, a ideologia dominante busca encobrir as verdadeiras relações de dominação/subordinação e, portanto, os efeitos da exploração/opressão em nossa sociedade (LEITE, 1984). Assim, descortinar a mística feminina<sup>11</sup>, que estabelece padrões, modelos, conceitos, representações e mitos que orientam e configuram a identidade de toda mulher, nos permite desmontar/desarticular a dominação de gênero.

Marx e Engels (1998) disseram que o Estado é o órgão de dominação da classe que está no poder revestido de uma aparência ideológica que cria a falsa

---

<sup>11</sup> “Referido à forma como socialmente foi construído o caráter feminino: a sua adaptabilidade ao mundo privado e a sua docilidade quando eventualmente a mulher se incorpora ao mercado de trabalho formal” (PENA, 1981, p. 16).

ilusão de defesa dos interesses comuns com a finalidade de dissolver as contradições de classe e conter as tensões sociais. Assim, o Estado é uma entidade representativa do exercício de dominação e de relações de poder desiguais, cristalizada em uma ideologia de exploração de uma classe sobre a outra e da opressão de um gênero pelo outro, que garante a hegemonia, através das suas ações no campo da macropolítica. No entanto, mesmo estando a serviço de uma classe, essa dominação não se mantém, apenas, pela força e pela coerção legal, pois, para que seja sutil e eficaz, ela deve ser orientada por um consenso, no interior da sociedade.

Gramsci (apud SADER, 1992), ampliando a concepção de Estado, em Marx, compreende-o a partir da combinação entre a sociedade política e a sociedade civil<sup>12</sup>, de forma que o Estado não é, apenas, coação, mas, também, direção intelectual e moral, visando o consenso, identificando o político com o coercitivo e considerando a sociedade civil como zona de hegemonia onde as superestruturas culturais e ideológicas produzem a adesão ao consentimento, ou seja, constroem os mecanismos que legitimam o exercício do poder da classe dominante e das relações de gênero assentadas nas desigualdades.

O Estado, na sociedade capitalista, exerce uma intervenção tentacular e multiforme, que se assenhora das esferas de habitação, educação, saúde, etc., mantendo e desenvolvendo um aparelho policial e judicial (normas legislativas) para garantir a hegemonia burguesa. A família, por sua vez, é, também, de forma indissociável, resultado desse Estado, expressão do sistema patriarcal e da dominação capitalista, que produz suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a super-exploração das mulheres, indiscriminadamente, e permitindo a interiorização das normas sociais de sexo e classe.

Dessa forma, concluímos que a religião, a educação, a ciência e a política são organismos que criam concepções normativas, que se expressam, dentre outras maneiras, nas representações do cotidiano, em categorizações do feminino e do masculino e nas hierarquizações das relações de gênero e classe, nos espaços de

---

<sup>12</sup> A sociedade política (Estado-coerção) é formada pelos mecanismos que garantem o monopólio da força pela classe dominante, e a sociedade civil, pelo conjunto dos organismos responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composto pelo sistema escolar, igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais e culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa, etc.) e espaço privilegiado de contra-hegemonia e do acúmulo de forças. (GRAMSCI apud SADER, 1992).



reprodução e produção. A partir dessa separação em dois universos é que vai se desenvolver o processo histórico de recrutamento e “treinamento” da força de trabalho, sobretudo, nas fábricas com grande concentração feminina, que, segundo Santos (2001) são as têxteis e de vestuário e toucador.

Assim, a industrialização baiana se assentou em um modelo agrário-exportador, tendo como matriz a sociedade escravagista na qual, primeiro, a escravidão e, depois, a miséria (conseqüência dessas relações) arrastavam as famílias (homens, mulheres e crianças) para as fábricas, estabelecendo um caráter administrativo patriarcal com relações opressivas e de intensa exploração.

### 3 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

#### 3.1 MODELOS: AGRÁRIO-EXPORTADOR/URBANO-INDUSTRIAL

Analisar a realidade política e socioeconômica do Brasil, na última década do século XIX, a partir do estabelecimento de um novo regime – a república oligárquica das alianças e tensões no seio das elites, da dinâmica da produção industrial mesclada ao modelo da economia agroexportadora, das crises econômica e social –, é a base para se refletir e entender a efervescente conjuntura de lutas sociais no Brasil, sobretudo na cidade de Salvador, Bahia.

Na virada do século XIX para o XX, as lutas da classe trabalhadora já haviam ganhado o mundo, com ritmo e alcance distintos determinados pelas condições políticas, socioeconômicas e culturais que, por sua vez, orientaram o grau de consciência de mulheres e homens. Fazemos, de antemão, essa ressalva visando uma compreensão dos caminhos e limites enfrentados pelas(os) operárias(os) nas jornadas de junho e setembro de 1919.

Nesse período, no Brasil, já se faziam presentes as movimentações das feministas sufragistas, tendo Nísia Floresta Brasileira Augusta<sup>13</sup> como marco do despertar de uma consciência feminina, em nosso país. Ainda que não se tenha registro, nesse momento, de organizações de mulheres (embora já existissem as manifestações) ou da influência dessas, mesmo que de forma subliminar, nas lutas das trabalhadoras, não podemos negar o simbolismo histórico de mulheres que ousaram desafiar a norma vigente questionando os padrões sociais.

---

<sup>13</sup> Cf. FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres, injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

Após a Proclamação da República, aprofundou-se a rebeldia das mulheres letradas, que continuavam privadas da participação política, reforçando a luta nos jornais femininos, pela garantia de seus direitos<sup>14</sup>. Esse momento histórico brasileiro assumiu contornos regionais, integrando-se às respectivas particularidades históricas. Partindo desse ponto de vista, Mario Augusto da Silva Santos (2001) afirma que, na Bahia, os grupos dirigentes promoveram uma reorganização da administração pública, estabelecendo uma recomposição das forças políticas dentro da mesma classe agromercantil que permaneceu dominante, enquanto a economia regional, embora estruturalmente idêntica ao que fora no Império, passou a apresentar maior diversidade em suas atividades.

Economicamente, a Bahia continuou agromercantil, dirigindo as suas atividades para o mercado externo. O comércio de importação e exportação era a principal atividade econômica da cidade de Salvador, no século XIX: cacau, fumo, café, açúcar, couros, peles, madeiras, piaçava, pedras preciosas, etc. eram os produtos comercialmente mais requisitados e a agroindústria açucareira, o ramo de produção mais protegido pelos auxílios governamentais, concessões e pela cobrança de impostos mínimos, segundo Luis Henrique Dias Tavares (2001).

Centro político e econômico do Estado da Bahia, Salvador manteve, historicamente, uma estreita relação com a região do Recôncavo. Por sua posição geográfica privilegiada e pelas condições socioeconômicas e políticas criadas, era uma cidade essencialmente portuária e comercial, escoadouro dos produtos advindos do interior direcionados para o mercado externo, além de exercer monopólio sobre a entrada de mercadorias – seda, objetos de vidro, ouro, prata, perfumaria, instrumentos musicais, medicamentos, vinhos, especiarias, farinha de trigo, óleo de oliva, charque, bacalhau etc. – oriundas de países como os EUA, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda, Bélgica, dentre outros, redistribuindo-as, por meio de seu porto, para o interior das províncias.

Durante a Primeira República, foram realizadas modificações urbanas impulsionadas pelos comerciantes que, com o intuito de expandir os seus interesses imobiliários e comerciais pressionaram as autoridades a realizar as tão necessárias

---

<sup>14</sup> Francisca Diniz, editora do jornal *Sexo Feminino*, em função dos acontecimentos, modificou o título do jornal para o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Em 1901, temos, em Diamantina (MG), o jornal *A Voz Feminina*, dentre outros jornais que travaram uma disputa ideológica pelo voto feminino no Brasil (direitos civis) e pela garantia do acesso à educação, segundo Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (1994).

reformas, promovendo uma reestruturação na cidade que, assim, demonstrava o dinamismo administrativo e o empreendedorismo de suas realizações. Nessa perspectiva e contando com a contribuição de capitais franceses e de subvenções da União, de 1906 a 1930, foram efetuadas grandes obras na Baía de Todos os Santos: aterro de larga faixa do mar, linhas férreas no cais, canalização de água para fornecimento aos vapores, redes de esgoto, bondes elétricos, iluminação, calçamentos, entre outras.

Sem dúvida, as reformas dos governos de J. J. Seabra (1912-1916 e 1920-1924), intercalados pela administração de Antonio Moniz (1916-1920), seu aliado político, promoveram profundas mudanças na cidade de Salvador, com a derrubada dos sobrados, igrejas, aberturas de ruas e avenidas, fazendo com que muitas das características da Salvador do século XVIII se perdessem (TAVARES, 1966). Reformas como essas, não eram parte de uma ação administrativa isolada; refletiam a movimentação política nacional, sem, no entanto representar qualquer reorientação da política social e econômica.

Historicamente, a Bahia manteve um intenso fluxo de entrada e saída de navios através do comércio de importação e exportação. O destino agrícola parecia ser o caminho natural da economia, pelos rumos dados pelo setor dirigente que transferia os excedentes acumulados com a produção açucareira para a ampliação e sustentação das atividades agrícolas que, mesmo quando as sucessivas crises atingiram a economia baiana, nunca deixaram de ser prioridade. Essa foi a solução encontrada para “resolver” o problema da substituição de um produto primário por outro que, conjunturalmente, desfrutasse de boa cotação no mercado internacional, sem que se deixasse entrever quaisquer sinais de mudanças ou de reordenamento econômico. Os investimentos na atividade industrial eram meramente complementares à produção do sistema agroexportador. Assim, as primeiras fábricas na Bahia não foram o resultado de um programa de investimento e desenvolvimento urbano-industrial estando subordinadas às grandes firmas comerciais, através dos mecanismos de consignação. (TAVARES, 1966).

Na metade do século XIX e durante as duas primeiras décadas do século XX, a Região Sudeste do Brasil consolidou o centro econômico agromercantil, com o predomínio e a expansão da produção cafeeira cujos capitais auxiliaram a substituição, nas fábricas, da força hidráulica por turbinas a vapor (produzido a partir do carvão importado). À medida que a exportação do café assumia proporções

consideráveis e um significativo excedente, surgiu a necessidade de agilizar o escoamento do produto, solução encontrada com a implantação da rede ferroviária, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, e com a construção das estradas que, por sua vez, impulsionaram o desenvolvimento desses centros urbanos. A posição alcançada pelo café, no mercado internacional, apressou a formação de capital para investimento no processo de industrialização.

Quanto ao Nordeste, no início do século XX, registrou-se, nessa região, uma forte concorrência externa que desencadeou um redirecionamento de seus produtos (cana e algodão) para o mercado interno, a fim de abastecer o Centro-Sul. No intuito de fazer frente a essa concorrência, implantaram-se usinas de açúcar, que esbarraram no atraso tecnológico e, mais adiante, na disputa pela concorrência, também sofrida no mercado interno. Pouco a pouco, a região se tornou um fornecedor marginal, com profundas dificuldades de penetração interna e externa. Com isso, a Bahia, mesmo mantendo uma relativa importância no panorama político nacional, perdeu importância como centro comercial e portuário. O declínio da produção açucareira, provocado por crises econômicas (concorrência) e demográficas, segundo Elisiário Andrade (2000), fez com que as oligarquias baianas começassem a transferir os excedentes para outras atividades produtivas tais como tabaco (fumo) e indústrias.

### 3.2 UM NOVO SUSPIRO INDUSTRIAL

As primeiras fábricas de tecidos surgiram, ainda na década de 1830, na Bahia que, tão logo, já figurava como o primeiro centro têxtil do Brasil, com mais da metade das empresas desse setor no país. O Estado da Bahia, especialmente Salvador e arredores, foi o primeiro núcleo das atividades do ramo e, de 1844 até pouco mais da metade da década de sessenta, reuniu cinco das nove fábricas existentes no país, segundo Stanley Stein (1979,) para quem a concentração inicial da indústria nessa região pode ser atribuída à facilidade de acesso a matéria-prima, a fontes de energia (queda d'água) e aos mercados rural e urbano. O Nordeste possuía 46,7% da população do país e a Bahia, 13% do conjunto populacional. Assim, havia, "naturalmente", na Bahia, um mercado para o consumo de tecidos grosseiros, destinados à sacaria (para a indústria auxiliar do açúcar) e roupas para os escravos e trabalhadores livres, que constituíam a maior parte da sua população.

No intervalo entre 1866 e 1885, um novo ciclo se abriu para a indústria têxtil na Bahia, com o processo de estagnação e declínio da indústria de fiação e tecelagem, que começou a perder espaço para o Rio de Janeiro e São Paulo como resultado da inexistência de um projeto conseqüente de industrialização, no plano nacional e regional, evidenciado nas intervenções governamentais (reformas tarifárias alternando concessões e revogações de proteção à indústria) que, mesmo tendo exercido um importante papel para o aparecimento das fábricas, eram medidas resultantes da debilidade da economia agrária (lavoura de exportação), estruturada no modelo agrário-escravocrata, já em flagrante declínio. Nos primeiros anos da República, o surto inflacionário, fruto da política do encilhamento<sup>15</sup>, fez com que as emissões de papel-moeda pelos bancos e a expansão de crédito para a agricultura desencadeassem práticas puramente especulativas.

Na Bahia, mesmo em escala menor, esse movimento especulativo aconteceu com a criação de bancos, firmas comerciais e companhias industriais: foram 32 no período de 1890 a 1891. Assim, o engessamento do desenvolvimento industrial estava localizado no insuficiente desenvolvimento agrícola, mas, principalmente, na persistência de um capitalismo fundado na especulação comercial (SAMPAIO, 1975). O capital mercantil financiou a assistemática industrialização da Bahia, nos setores de alimentos (açúcar, café, trigo, padarias, fábricas de macarrão, biscoito, chocolate e bombons), calçados, luvas e chapéus, fumo, química e farmacêutica, velas, perfumes, fósforos, bebidas, metalurgia, etc. (TAVARES, 1966), destacando-se, nesse, processo, segundo Santos (2001), a indústria têxtil e de toucador, pela grande presença da força de trabalho feminina.

O desenvolvimento industrial, no âmbito de um sistema econômico demarcadamente agrário, significou, para a Bahia, a incorporação de mulheres e crianças na força de trabalho, no setor secundário, o que, também, implicou em

---

<sup>15</sup> “Encilhamento foi o nome pelo qual ficou conhecida a política econômica adotada durante o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca [...] que ocorreu num momento de graves desajustes econômicos. Um dos efeitos da crise foi a falta de dinheiro circulante no país. Para resolver o problema, o governo pôs em prática uma política de incentivo à emissão de papel moeda. Historicamente associado ao nome do ministro da Fazenda Rui Barbosa, o programa buscava contornar o problema da falta de dinheiro para pagar os trabalhadores assalariados - cujo número havia aumentado sensivelmente com o fim da escravidão e a imigração de mão-de-obra livre - e viabilizar o processo de industrialização nacional”. (ANGELO, Vitor Amorim de. **Encilhamento**. Política econômica tentou impulsionar a industrialização. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/encilhamento.jhtm>).

profundas contradições no processo contínuo de produção do capital, que necessitava das mulheres para a reprodução e a conseqüente renovação da força de trabalho, a partir da apropriação do trabalho infantil. Por outro lado, isso fazia com que a família operária inserisse todos os seus membros no domínio do trabalho assalariado, sem que com isso as mulheres deixassem de assumir o trabalho doméstico – reprodutivo e de conservação da força de trabalho. (PENA, 1981).

A presença de mulheres operárias nessas áreas de produção foi socialmente justificada pelas suas habilidades latentes (agilidade e delicadeza). Apropriar-se da força de trabalho feminina e infantil para operar as primeiras unidades fabris correspondia a uma alternativa viável, dada à conjuntura de escassez de mão-de-obra que a economia essencialmente agrária enfrentava. Segundo Pena (1981), tudo parece indicar que o industrialismo se desenvolveu no Brasil fazendo uso da divisão sexual, no interior da classe operária (família patriarcal), o que permitia que o trabalho feminino fosse tratado como complementar.

A partir de 1875, quando foi fundada a Fábrica São Braz, ocorreu uma pausa, que durou quinze anos, na fundação de novas indústrias têxteis, um fenômeno que, graças à expansão do crédito, foi revertido em 1887, quando se processaram fusões das indústrias até então existentes (formação das sociedades por ações), como a “Empresa Valença Industrial”, que englobava duas fábricas, a Todos os Santos e a Nossa Senhora do Amparo e que se tornou uma Companhia, em 1899. “A crescente perda de posição da Bahia no quadro da economia nacional faz com que os anos 90 apareçam como o último surto industrial da Bahia até a segunda fase do século XX” (SAMPAIO, 1975, p. 126).

No ano de 1890, foi fundada a “Companhia Fabril dos Fiais”, com capital misto, nacional e estrangeiro (inglês), e, em 1891, a União Fabril da Bahia, junção de seis fábricas existentes desde o Império, cinco das quais na cidade do Salvador – Santo Antônio do Queimado, Nossa Senhora da Conceição, Modelo, São Salvador, Nossa Senhora da Penha e uma na cidade de Cachoeira, São Carlos do Paraguaçu – porém, desde a sua fundação, em nenhum período, as seis fábricas estiveram funcionando conjuntamente. Nesse mesmo ano, surgiu a “Companhia Progresso Industrial da Bahia”, com a incorporação da São Braz e da Bonfim, que, em 1905, passou para o controle do comerciante Bernardo Martins Catharino e de Antônio Lopes Figueira, ocorrendo, no ano de 1919, a inserção de novas fábricas: a São João e a Paraguaçu. Ainda, em 1891, foi fundada a “Companhia Empório Industrial

do Norte”, por Luiz Tarquínio, Leopoldo José da Silva e Miguel Francisco de Moraes, um empreendimento inovador, resultado de um planejamento criterioso e de uma visão arrojada que a transformou na maior fábrica de tecidos da Bahia e em uma das mais lucrativas. (BAHIA, 1923).

COMPANHIA	FÁBRICA	LOCAL	Operários (as) N°
Empório Industrial do Norte	Fábrica da Boa Viagem	Av. Luiz Tarquínio (Largo da Boa Viagem) Distrito dos Mares	1.400
União Fabril da Bahia	Nossa Senhora da Conceição	Engenho Tanque da Conceição Distrito dos Mares	731
União Fabril da Bahia	São Salvador	Largo da Fonte Nova – Bairro de Nazaré	130
União Fabril da Bahia	Nossa Senhora da Penha	Ribeira de Itapagipe – Distrito da Penha	90
União Fabril da Bahia	Santo Antônio do Queimado	Largo do Queimado – Distrito de Sto. Antônio	90
União Fabril da Bahia	Modelo	Rua Dr. J. J. Seabra – Baixa dos Sapateiros	110
União Fabril da Bahia	São Carlos do Paraguaçu	Cachoeira (cidade)	125
Progresso Industrial da Bahia	São Brás	Fazenda Plataforma – Pirajá	1.300
Companhia Progresso Industrial da Bahia	Bonfim	Largo da Mangueira (Bonfim) Distrito de Pilar	535
Progresso Industrial da Bahia	São João	Porto dos Tainheiros Distrito da Penha	165
Progresso Industrial da Bahia	Paraguaçu	Praça Santos Dumont (Largo do Papagaio) Distrito da Penha	400
Valença Industrial	Todos os Santos	Cidade de Valença	650
Valença Industrial	Nossa Senhora do Amparo	Cidade de Valença	650
Valença Industrial	Fábrica dos Fiéis	Praça Deodoro, nº 33 Cais do Bulcão	150

Quadro 1 – Distribuição das fábricas têxteis – Bahia, 1919

Fonte: Relatório dos Serviços da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920, Caixa 2386, Maço 178, Doc. 746; Jornais Diversos; Diários Oficiais do Estado da Bahia; Relatórios de Fábricas; Almanques (apud CASTELLUCCI, 2004).

A “Companhia Empório Industrial do Norte” foi estruturada em novas bases, dispondo de apenas uma unidade fabril, não sendo, portanto, resultado do aproveitamento de fábricas anteriormente existentes. Para construí-la, os seus fundadores foram criteriosos, desde a escolha do local onde o prédio foi edificado, no bairro da Boa Viagem – próximo ao cais, à estação ferroviária e à beira mar, o que facilitava o embarque e desembarque de matérias-primas e a saída dos



produtos da fábrica –, até as instalações, a estrutura física dos prédios, os equipamentos (maquinários mais modernos) e peças, importadas, isoladamente, da Inglaterra, EUA, Bélgica e Alemanha. Constituiu um dos maiores núcleos de trabalho do Brasil, no período, produzindo tecidos de algodão, brina, riscados, sephyres, bulgarinas e algodões em geral. (A TARDE, jul. 1923). Mas, foi, principalmente, a Vila Operária aí criada, o marco de uma nova concepção de relação entre capital e trabalho (no contexto da produção e reprodução), na Bahia. Na seqüência, apresentamos as Companhias do setor têxtil, com as suas respectivas fábricas, localização e operárias(os).

### 3.3 COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA POR SEXO

A estrutura mercantil da economia baiana, que era voltada para as atividades comerciais e prestação de serviços, imprimiu um caráter bastante peculiar à composição social da força de trabalho no Estado, ao passo em que a vigência, até 1888, do sistema escravista no Brasil imprimiu uma estrutura dual e bastante particular ao mercado de trabalho em Salvador. Segundo Kátia Mattoso:

Salvador era uma cidade eminentemente comercial, especializada no comércio exportador-importador e de distribuição de mercadorias no âmbito regional e inter-regional; essas atividades comerciais, acrescidas aos serviços que a cidade então oferece, geram oportunidades de emprego para a população trabalhadora de Salvador. (1978, p. 277).

O surgimento das primeiras fábricas, em meados do século XIX, ocorreu no contexto das relações escravistas. De 1876 até 1887 se dá a fusão de várias unidades, sendo o trabalho escravo a base da força de trabalho utilizada no processo produtivo.

Ao tratarmos do mercado de trabalho livre<sup>16</sup> e/ou escravo, em Salvador, identificamos as nuances comuns a ambas as formas de trabalho, assim como elementos específicos de cada uma. Para começar, a força de trabalho livre era composta de brancos, pretos e mulatos. De acordo com Mattoso (1978), os brancos

---

<sup>16</sup> “Livre na terminologia, na prática, socialmente dominado, porque implica a existência de duas categorias de indivíduos: aqueles em condições de comprar a força de trabalho e os que são obrigados a vendê-la para assegurar a sua sobrevivência” (SILVA, 1979, p. 101).

tinham, em geral, as melhores oportunidades, no mercado de trabalho: os que tinham algum preparo ou instrução podiam ingressar no serviço público, privado ou no comércio, instituições de caridade, etc.; aqueles que possuíam ofícios se incorporavam nos serviços de pedreiro, carpinteiro, carteiro, pintor, ferreiro, serralheiro, dentre outros, assim como se integravam aos serviços considerados mais nobres: ourives, talhador, relojoeiro e marceneiro.

Em relação às mulheres brancas, essas podiam ser empregadas como professoras e eram, principalmente, absorvidas em funções tradicionalmente definidas como femininas: bordadeiras, doceiras e, de acordo com a necessidade, ainda exerciam trabalho como lavadeiras ou engomadeiras.

Com exceção feita das professoras, das enfermeiras nas instituições hospitalares e de caridade, das regentes de casa de recolhimento, que recebiam um salário mensal, todos os trabalhos femininos são remunerados por tarefa feita [...]. (MATTOSO, 1978, p. 283-284).

Ainda segundo Mattoso (1978), na categoria de trabalhadores livres, encontravam-se negros e mulatos, que ocupavam as funções mais baixas na estrutura do mercado de trabalho, pois, trabalhavam como estivadores, saveiristas e marinheiros mas, ainda assim, rejeitavam exercer ofícios que os nivelassem à população escrava:

A Bahia possui uma numerosa população, contudo há dificuldade de conseguir-se de todos os obreiros livres, geralmente há queixa nisto; existem, Exmo. Sr. em meu poder mais de 60 pedidos para lugares de feitores, apontadores, mas ninguém para trabalhar, há repugnância, eis ai o exemplo mais evidente em que vivem, preferem, pois a vadiação a um trabalho honesto pelo qual conseguem o pão necessário para o sustento de suas famílias [...].<sup>17</sup>

Mattoso (1978) chama a atenção para a população livre que, na ausência de serviços que viabilizassem o sustento diário e melhores salários, na maioria das vezes, optava por se dedicar ao pequeno comércio ambulante, garantia de maior autonomia nos horários e nas tarefas a serem executadas, como no caso das mulheres negras escravas colocadas no ganho pelos seus proprietários e das

---

<sup>17</sup> Documento assinado pela Junta Administrativa de Obras Públicas. (apud MATTOSO, 1978, p. 285).

mulheres negras livres e libertas que, como “ganhadeiras”, garantiam o sustento próprio e o de seus filhos.

O mercado de trabalho ligado ao pequeno comércio era marcado por uma forte concorrência entre os trabalhadores livres e cativos, sobretudo, na medida em que crescia a população livre na cidade e determinadas atividades passavam a ser a essa direcionadas, o que se refletiu no acirramento da disputa entre os escravos por uma colocação no mercado em atividades até então desprezadas. Dessa forma, os negros africanos, mulatos e negros nascidos no Brasil constituíam parte significativa dos trabalhadores encarregados dos serviços domésticos, dos responsáveis pela execução dos trabalhos mais pesados e fisicamente extenuantes. No contexto de uma sociedade escravista, era problemático falar em um mercado de trabalho eminentemente assalariado, mesmo pós-abolição, ainda que, de forma gradual e assistemática, vislumbremos o surgimento de “novas” relações que se delineavam em confluência com as antigas.

O lançamento no mercado de trabalho de um forte contingente de população trabalhadora livre que vai disputar seu lugar ao sol, na luta diária para seu sustento, num momento em que as forças tradicionais produtoras definham [...] a sociedade baiana define-se torna-se intolerante e fecha-se dentro de um esquema de estratificação rígida. O qual adota como linha de demarcação o elemento cor da pele. (MATTOSO, 1978, p. 154).

O curto período de tempo decorrido desde a abolição é importante para compreendermos o processo de formação do(a) trabalhador(a) livre. A partir daí diz Mattoso (1978), “a sociedade baiana torna-se intolerante”: de um lado, os “patrões brancos”, do outro, os “pretos pobres”. Assim, a existência de uma emergente classe operária sem forte tradição de classe, graças à origem recente, criou condições para o surgimento de redes de solidariedade, denotando uma consciência da condição/situação de ser pobre forjada pela identificação/origem comum, mas que ainda não havia se efetivado/transformado numa consciência de classe, pelo menos, naquele momento. Para entendermos o processo de formação da classe operária, é preciso associá-la à conjuntura, às estruturas e transformações, no mercado de trabalho, vinculando a emergência do trabalho livre face ao longo passado, à sombra visível da escravidão.

Relata Eliana Dumêt (1999) que, nos primeiros anos de funcionamento da “Companhia Empório Industrial do Norte”, um registro no livro de visitas, feito por um visitante, evidencia, através de uma característica peculiar, as marcas da escravidão na dinâmica do trabalho fabril. Declara o visitante que, de tudo, duas coisas lhe chamaram a atenção: o penteado das mulheres, de todas as idades, cores e tamanhos, e os pés descalços das(os) operárias(os).

Na Bahia e, em particular, em Salvador e no Recôncavo, a dinâmica de crise da estrutura econômica mercantil que subordinou o desenvolvimento urbano-industrial promoveu a coexistência das relações escravistas com novas relações sociais de trabalho livre (assalariado) criadas para atender à demanda de acumulação industrial. Processou-se, assim, a transição das relações escravistas para as relações recriadas pelo mercado comercial, combinando as condições de produção industrial nos limites da economia agroexportadora, onde, segundo Bóris Fausto, “em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista” (1977, p. 16). Assim, a incipiente e débil implantação do trabalho assalariado, coexistindo com múltiplas formas de trabalho compulsório, figurou-se insuficiente para possibilitar a criação de um mercado consumidor que viabilizasse o processo de industrialização (FUNDAÇÃO...,1980), daí a debilidade do sistema produtivo e a precariedade das bases industriais na Bahia.

A estrutura ocupacional, no trabalho produtivo em Salvador, assumiu um caráter bastante particular, a partir das condições históricas e regionais, pelo nível de desenvolvimento urbano, pelos investimentos públicos e pela própria questão demográfica que criavam as condições para o aumento ou a redução da oferta e da procura de mão-de-obra.

No recenseamento populacional de 1920, a população brasileira alcançava 30.665.605 habitantes, registrando-se, na Bahia, 3.334.465 habitantes, o equivalente a 11% dos brasileiros. Em 1872, a população baiana equivalia a 13,9% da brasileira e, em 1890, esse percentual caiu para 13,4% (Tabela 1). Sua taxa de crescimento era de 1,96% ao ano contra 1,85% para a população total do país (MATTOSO, 1992, p. 99) de forma que se pode perceber que o crescimento populacional da Bahia, não acompanhou o índice nacional.

Tabela 1 – Estrutura populacional, por sexo – Bahia e Salvador, 1872-1920

ANO	BAHIA					SALVADOR				
	Homens		Mulheres		TOTAL	Homens		Mulheres		TOTAL
	N°	%	N°	%		N°	%	N°	%	
1872	719.447	52,1	660.169	47,9	<b>1.379.616</b>	68.020	52,7	61.089	47,3	<b>129.109</b>
1890	960.270	50,0	959.532	50,0	<b>1.919.802</b>	82.602	47,3	91.810	52,6	<b>174.412</b>
1900	1.056.314	49,9	1.061.642	50,1	<b>2.117.950</b>	-	-	-	-	-
1920	1.646.104	49,4	1.688.361	50,6	<b>3.334.465</b>	132.128	46,6	151.294	53,4	<b>283.422</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1922, 1925. v. 4, 4ª parte.

Analisando as informações do ano de 1872, na Tabela 1, observamos que, no Estado da Bahia, a população masculina era superior à feminina. Em Salvador, também registramos a superioridade numérica da população masculina, com percentual um pouco menor que o do Estado. O censo de 1890, um ano após a Proclamação da República, registra, na Bahia, praticamente, uma equivalência entre mulheres e homens e, na capital, a superioridade numérica feminina.

No censo de 1900, na Bahia, a distribuição populacional de mulheres já ultrapassava o universo masculino em 5.328, consolidando e ampliando esse índice, em 1920. No Estado da Bahia, encontramos, naquele ano, 1.646.104 ou 49,3% de homens e 1.688.361 ou 50,6% de mulheres, caracterizando um crescimento numérico de 42.257 habitantes do sexo feminino. Outro dado importante é que, ao passo em que se evidenciava o crescimento demográfico, a população feminina ascendia e superava a masculina, no conjunto da população baiana.

Tabela 2 – Estrutura populacional por nacionalidade e sexo - Bahia e Salvador, 1920

NACIONALIDADE	BAHIA					SALVADOR				
	Homens		Mulheres		TOTAL	Homens		Mulheres		TOTAL
	N°	%	N°	%		N°	%	N°	%	
Brasileira	1.636.463	49,3	1.684.551	50,7	<b>3.321.01</b>	126.140	45,8	149.362	54,2	<b>275.502</b>
Estrangeira	8.052	76,0	2.548	24,0	<b>10.600</b>	5.906	76,1	1.857	23,9	<b>7.763</b>
Ignorada	1.589	55,7	1.262	44,3	<b>2.851</b>	82	52,2	75	47,8	<b>157</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.646.104</b>	<b>49,4</b>	<b>1.688.361</b>	<b>50,6</b>	<b>3.334.46</b>	<b>132.140</b>	<b>46,6</b>	<b>151.294</b>	<b>53,4</b>	<b>283.422</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse de recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920; população do Brasil. Rio de Janeiro, 1926.

Permanecendo como o município mais populoso da Bahia durante a Primeira República, em 1900, Salvador apresentou um incremento demográfico muito modesto em relação ao ritmo do Rio de Janeiro e de São Paulo, que ascendiam economicamente consolidando um núcleo burguês industrial e um mercado consumidor a partir do setor cafeeiro no qual ocorreu um forte incremento imigratório. De segundo centro urbano, no Brasil Império, Salvador foi se deslocando para o terceiro lugar.

A análise das informações do censo de 1920 referentes à população da Bahia e de Salvador aponta que a transferência de estrangeiros para o Estado, nos primeiros anos republicanos, alcançou um índice de 3.000 imigrantes (predominando portugueses, espanhóis e italianos), seguindo uma trajetória descendente. De acordo com a Tabela 2, identificamos que, dos 3.334.465 habitantes da Bahia, 99,9% eram brasileiros e um insignificante percentual de 0,3% eram estrangeiros, além de 0,09% de nacionalidade ignorada que, se somados ao total de estrangeiros(as), não alcançaria 0,5% da população baiana.

Salvador, por sua vez, tinha 283.422 habitantes, dos quais, 275.502, ou seja, 97,2% eram brasileiros, 2,7% estrangeiros e 0,06%, de nacionalidade ignorada. Assim, podemos afirmar que, dos 10.600 imigrantes que viviam na Bahia, nesse período, 7.763, ou seja, 73,2% estavam estabelecidos(as) em Salvador sendo que, desses, 5.906 (76,0%) eram homens e 1.857, mulheres (23,9%), um índice, portanto, bem inferior, em relação aos principais centros industriais do Brasil, como São Paulo, para o qual o censo de 1893 sinalizou que 54,6% da população total eram constituídas de estrangeiros e um índice ainda maior formava a força de trabalho. Segundo Castelluci (2001), como a Bahia não recebeu levas significativas de imigrantes, a população negra e mestiça é que determinou a estrutura social da classe trabalhadora em Salvador,

Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) sinaliza, em seus estudos, que o elemento nacional livre, formado em sua maioria de negros, mestiços pobres, que durante toda a escravidão vivera à margem da grande produção exportadora continuaria “vegetando”, marginal e dispensável, a não ser em regiões de fraco desenvolvimento econômico em que não chegaram imigrantes, ou os mesmo foram irrelevantes (caso de Salvador e arredores).

Mário Augusto da Silva Santos (2001), diante das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera que as migrações internas ou

o ingresso de pessoas vindas de outras partes do Brasil para Salvador era insignificante, dado que o quadro econômico e social não apresentava atrativos profissionais que incentivassem o deslocamento de pessoas e famílias para essa cidade. Assim, diante das diminutas imigração e migração, avaliamos que o movimento demográfico foi essencialmente vegetativo, ou seja, decorrente da suplantação dos índices de mortalidade pelos de natalidade<sup>18</sup>, principalmente, feminina.

A composição social da classe operária em Salvador, no que diz respeito à sua constituição histórica, na perspectiva racial, tem um traço bastante característico. O censo de 1972 “baseou-se em critérios estabelecidos após um recenseamento experimental empreendido em 1870 no Município Neutro da Corte (cidade do Rio de Janeiro)”. Para os técnicos do IBGE, os critérios utilizados foram inadequados. Apesar de todas essas restrições, foi considerado relativamente rigoroso e merecedor de crédito. Quanto ao de 1890, seus métodos e resultados são quase que unanimemente contestados, segundo Mattoso (1992), e o censo de 1920 não incorpora a variável cor. Por isso, tomamos o censo de 1872 como referência para as nossas análises e estimativas já que esse discrimina, por cor, o movimento demográfico. Vejamos os dados: 24,0% eram brancos; índios e caboclos, 3,6% do total; já os negros e mulatos representavam 60% da população (MATTOSO, 1992, p. 119). Levando em consideração esse ritmo e a média de crescimento, um cenário de fluxo imigratório irrelevante e de índice vegetativo podemos concluir, com Castelluci, que a composição da classe trabalhadora era essencialmente constituída de negros(as) e mestiços(as).

Brasileira, em grande parte feminina e acima de tudo mestiça, mas nem por isso passiva, a classe trabalhadora de Salvador, era então uma multidão, saída da escravidão, formada por homens e mulheres que labutavam nas ruas, proletários(as) fabris, totalmente desprovidos dos meios de produção e tendo como único meio de vida a venda de sua força de trabalho a um capitalista em troca de trabalho. (CASTELLUCI, 2001, p. 34).

Em relação ao “sexo”, percebemos a forte presença feminina na produção fabril. As contradições sociais inerentes à distribuição do tempo de trabalho das

---

<sup>18</sup> “A movimentação demográfica não deve ser compreendida de forma linear, mas como resultado das oscilações conjunturais políticas e socioeconômicas: alteração de preços, pestes, secas, condições sanitárias etc”. (SANTOS, 2001).

mulheres, nas esferas privada e pública, foram socialmente solucionadas a partir das necessidades de sua condição de classe e vistas como um mal necessário para o complemento da renda familiar. No entanto, o trabalho das mulheres só era aceito se não subvertesse a ordem natural das coisas, a função máxima de toda mulher de executar os trabalhos domésticos. Diante de tais questões, entre o que foi culturalmente construído e o que era “naturalmente” estabelecido, definiu-se o que poderia ser considerado como socialmente aceito.

Pensemos: a mulher, em toda a sua condição histórica de subordinação, foi deslocada do âmbito doméstico para o público – o que podemos considerar, pelo menos naquele momento, como uma brecha da insurgência capitalista para implementar e garantir objetivos estratégicos à acumulação –, sem que isso representasse uma conquista desse espaço, uma alteração de sua condição, nesse processo de inserção. As operárias permaneceram limitadas a determinadas funções e condicionadas a uma posição desprivilegiada em relação aos homens. Eram, então, meras ferramentas da produção, subordinadas aos seus maridos, no contexto familiar, e à autoridade patronal, no processo produtivo, e, assim, submetidas a uma dinâmica de opressão e exploração.

Tabela 3 – Estrutura social ocupacional por profissão e sexo – Salvador, 1920

ATIVIDADES PROFISSIONAIS	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Exploração do solo e subsolo	13.334	90,1	1.325	0,9	<b>14.659</b>
Indústrias	25.417	57,6	18.698	42,4	<b>44.115</b>
Transportes	9.401	99,0	93	0,1	<b>9.494</b>
Comércio	14.283	90,5	1.497	9,5	<b>15.780</b>
Força Pública	2.857	100,0	–	–	<b>2.857</b>
Administração Pública	2.787	96,3	107	3,7	<b>2.894</b>
Administração Particular	1.062	89,6	123	10,3	<b>1.185</b>
Profissões Liberais	3.690	62,2	2.242	37,8	<b>5.932</b>
Pessoas que vivem de suas rendas	378	58,6	267	41,4	<b>645</b>
Serviço doméstico	2.214	19,7	9.033	80,3	<b>11.247</b>
Mal definidas	9.015	80,5	2.189	19,5	<b>11.204</b>
Profissão não declarada/sem profissão	47.690	19,2	115.720	70,8	<b>163.410</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.128</b>	<b>46,6</b>	<b>151.294</b>	<b>53,4</b>	<b>283.422</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse de recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920; população do Brasil. Rio de Janeiro, 1926.



A partir da análise da estrutura profissional, em Salvador (Tabela 3), o censo populacional de 1920 registrou a presença de mulheres em, praticamente, todas as áreas de trabalho, excetuando-se a Força Pública, o Exército, a Armada, a Polícia e os Bombeiros; na área de exploração do solo e subsolo, apresentavam uma pequena participação na agricultura, criação e na caça e pesca; na extração de materiais minerais, não foram encontrados registros da presença feminina; nos transportes, estavam concentradas nos correios, telégrafos e telefones, onde, em um total de 419 trabalhadores, atuavam 93 mulheres, representando 22,2% da força de trabalho; no comércio, constituíam um percentual de 9,5% do conjunto da categoria (15.780); na administração pública (federal, estadual e municipal), 3,7% de 5.932; e na administração privada, o índice aumentava para 10,3% de 1.185. No quesito *profissão não declarada e/ou sem profissão*, o índice de mulheres era de 70,8% de 163.410, o que, possivelmente, pode ser explicado pelo contingente de mulheres que realizava trabalhos domésticos em seus respectivos lares, ou fora deles, como doceiras, quituteiras, lavadeiras, costureiras, etc., como analisa Susan Besse:

Segundo o censo do Brasil de 1872, 30,6% das trabalhadoras fora da agricultura era costureira: seu número de importância dentro da mão de obra feminina foi decaindo durante o século XX, sendo parte das mulheres absorvidas na indústria de confecção e parte continuando a prestar serviços pessoais as suas freguesas [...]. (1999, p. 157).

É evidente que, pelo caráter androcêntrico da sociedade, os censos desconsideravam o trabalho feminino executado no cotidiano familiar, no cuidado com os(as) filhos(as), marido, alimentação e manutenção da casa (limpeza, comida etc.), que não era contabilizado como jornada de trabalho, ou seja, como trabalho produtivo, mas sim, tratado, como o papel “socialmente legítimo” de toda mulher. Feita essa consideração, registramos, na estrutura profissional do censo de 1920, uma forte presença feminina no serviço doméstico, de acordo com Santos

A grande massa de serviços domésticos formava uma categoria ocupacional das mais exploradas. Havia dois tipos de empregadas: a domiciliada em sua própria casa e a domiciliada no local de trabalho. As do primeiro tipo iniciavam suas tarefas antes das 8 da manhã e saíam entre 8 e 10 da noite. As do segundo, não tinham horário fixo. (2001, p. 51).

As relações de trabalho e o cotidiano dessas mulheres nos remetem a um período passado, porém recente, da nossa história: a escravidão. Essas serviçais, muitas vezes, dormiam na entrada das casas, para receber, na madrugada, o alimento necessário à sua subsistência (pão, leite, mingau), podendo ainda ter os seus serviços requisitados a qualquer horário do dia ou da noite, atendendo a solicitações dos patrões sem, no entanto, ter qualquer tipo de direito ou garantias pelos serviços prestados. Nessa dinâmica de vida, criavam os seus filhos nos porões, quartos do fundo, onde esses, a partir de uma certa idade, começavam a realizar tarefas como entregadores(as), portadores(as) de recado ou como ajudantes não remunerados. (SANTOS, 2001).

A utilização dessa mão-de-obra nas atividades domésticas, com maior ou menor concentração, foi ajustada para extrair maior eficiência e racionalidade, através do direcionamento das mulheres para “funções apropriadas às suas habilidades inatas”. Assim, o setor de serviços, em contínua expansão no período, empregou-as como professoras, enfermeiras, assistentes sociais, balconistas, recepcionistas e secretárias, partindo do princípio de que eram “naturalmente” qualificadas para o exercício de tais funções. Os empregadores construíram, assim, as bases sociais para que o trabalho das mulheres fosse mais eficiente, seguro, rápido e, sobretudo, mais barato, cabendo-lhes, apenas, a execução das tarefas que lhes foram encaminhadas.

Como observamos, nesse modelo de sociedade que se delineava na nova economia urbano-industrial, o trabalho assalariado feminino se tornou uma necessidade básica, pois os salários ganhos pelas mulheres faziam a diferença entre a sobrevivência precária e o mínimo conforto. Assim sendo, elas não somente foram absorvidas pela produção industrial, como, também, aquelas que tinham instrução secundária passaram a preencher cargos em bancos, no comércio, na administração pública, além, é claro, do serviço social (BESSE, 1999). E para não comprometer a divisão sexual do trabalho, a estabilidade e a moralidade da família, o emprego assalariado feminino foi socialmente apresentado como uma extensão dos papéis familiares.

Sabendo-se da centralidade da força de trabalho feminina, sobretudo na produção têxtil, partimos para a análise das informações referentes à distribuição da classe operária, por sexo, na Bahia e em Salvador (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 – Distribuição ocupacional da classe operária por sexo – Bahia, 1920

RAMOS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Têxteis	1.840	32,7	3.784	67,3	<b>5.624</b>
Couros e Peles	105	74,5	36	25,5	<b>141</b>
Madeiras	212	100,0	–	–	<b>212</b>
Metalurgia	22	100,0	–	–	<b>22</b>
Cerâmica	198	79,2	52	20,8	<b>250</b>
Produtos Químicos e Análogos	93	48,4	99	51,6	<b>192</b>
Alimentação	1.745	25,9	4.985	74,1	<b>6.730</b>
Mobiliário	110	100,0	–	–	<b>110</b>
Edificação	143	91,0	14	9,0	<b>157</b>
Vestuário e Toucador	446	37,7	738	62,3	<b>1.184</b>
Aparelhos de transporte	138	100,0	–	–	<b>138</b>
Produção e transmissão de Forças Físicas	19	79,2	5	20,8	<b>24</b>
Ciências, Letras e Artes. Indústria de Luxo	–	–	–	–	–
<b>TOTAL</b>	<b>5.071</b>	<b>34,3</b>	<b>9.713</b>	<b>65,7</b>	<b>14.784</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1922, 1925, 1930. v. 5, 1ª parte.

Tabela 5 – Distribuição ocupacional da classe operária, por sexo – Salvador, 1920

RAMOS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Têxteis	924	37,2	1.563	62,8	<b>2.487</b>
Couros e Peles	67	9,7	3	4,3	<b>70</b>
Madeiras	396	100,0	–	–	<b>396</b>
Metalurgia	3.081	100,0	–	–	<b>3.081</b>
Cerâmica	38	95,0	2	5,0	<b>40</b>
Produtos Químicos e Análogos	125	94,7	7	5,3	<b>132</b>
Alimentação	1.145	86,3	181	13,7	<b>1.326</b>
Vestuário e Toucador	6.281	28,0	16.161	72,0	<b>22.442</b>
Mobiliário	1.578	100,0	–	–	<b>1.578</b>
Edificação	8.753	100,0	–	–	<b>8.753</b>
Aparelhos de Transporte	71	100,0	–	–	<b>71</b>
Produção e Transmissão de forças físicas	742	100,0	–	–	<b>742</b>
Ciências, Letras e Artes. Indústria de Luxo	1.392	96,5	50	3,5	<b>1.442</b>
Outros	824	53,0	731	47,0	<b>1.555</b>
<b>TOTAL</b>	<b>25.417</b>	<b>57,6</b>	<b>18.698</b>	<b>42,4</b>	<b>44.115</b>

**Fonte:** BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse de recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920; população do Brasil. Rio de Janeiro, 1926.

A industrialização, na Bahia, concentrou-se em Salvador e no Recôncavo e, mesmo no Censo Industrial, mais abrangente, por corresponder ao Estado, observamos que, no levantamento dos(as) trabalhadores(as), de acordo com a sua distribuição nos estabelecimentos industriais, os índices se apresentaram inferiores aos dados do Censo Populacional de Salvador. A metodologia utilizada na pesquisa, ao desconsiderar, para efeito do inquérito, as indústrias de pequeno porte ou, ainda, por ter agrupado os(as) operários(as) pelo ramo de produção em que trabalhavam e não pela natureza de suas funções pode explicar essa diferença.

Para Maria Cecília Velasco e Cruz<sup>19</sup>, em sua análise sobre a composição da classe operária no Rio de Janeiro em 1917, a diferença dos resultados obtidos na comparação entre os censos é produto dentre outras coisas, do fato do inquérito industrial não considerar para efeito de contagem as pequenas unidades, que produziam em pequena escala ou sob encomenda. (CASTELLUCCI, 2004, p. 59).

Partindo desse pressuposto, ao mesclar as informações dos recenseamentos, ainda assim, podemos considerar os ramos de *produção têxtil*, de *alimentação* e de *vestuário e toucador*, como os de maior preeminência na indústria, nesse período. No Censo Industrial, esses setores são os que possuem os maiores números de operários(as), não só no grupo dos adultos (37,1%, 17,3% e 9,4%), como também no grupo dos menores de 14 anos (3,6%, 1,5% e 0,9%), respectivamente. Do total dos(as) 14.784 trabalhadores(as), 5.071 (34,3%) eram homens e 9.713 (65,7%), mulheres. (BRASIL, 1922, p. 78).

No sexo masculino, as mais elevadas relações proporcionais se verificam nas indústrias de madeiras e edificação (990%), onde apenas figuram 10 operários do sexo feminino em 1000 recenseados. O conjunto das mulheres é mais evidente nas indústrias têxteis, onde o sexo feminino atinge a proporção de 492 em 1.000 trabalhadores de todas as categorias. (BRASIL, 1922, p. 74-75).

Dessa forma, em *vestuário e toucador*, foram registrados 446 homens (37,7%) e 738 mulheres (62,1%), aumentando o índice de participação feminina; o

---

<sup>19</sup> Cf. VELASCO, Maria Cecília C. **Amarelo e negro**: matizes do comportamento operário na República Velha. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1981.

setor *têxtil* possuía 1.840 homens (32,7%) e 3.784 mulheres (67,3%); e o de *alimentação* contava com 1.745 homens (25,9%) e um percentual ainda maior de mulheres, 74,1% (4.985) (Tabela 4). Desses setores, excetua-se o de edificação com 143 homens (91,0%) e 14 mulheres (9,0%). Considerando a área de trabalho da construção civil como intimamente associada ao quesito força e habilidade física, logo, de esperada presença masculina, identificamos mulheres exercendo atividades nesse setor. Em termos nacionais, a Bahia foi o estado que consignou o maior número de mulheres na exploração industrial, sendo 657 dentre 1.000 operárias(os) recenseadas(os).

Em relação aos setores da produção industrial, os dados empíricos apontam a indústria têxtil baiana como aquela que, historicamente, empregou mais mulheres do que homens e que, de acordo com Fausto (1977), se caracterizou como o único ramo, por excelência, fabril, apresentando o maior grau de mecanização, de concentração de operários(as) por unidade e de utilização de energia elétrica. Outro ponto relevante, sobre esse ramo, diz respeito à introdução de máquinas no processo produtivo que se refletiu, automaticamente, no valor da força de trabalho, além de lançar no mercado, em vultosas proporções, mulheres e crianças, um fenômeno não restrito aos têxteis.

O trabalho mecanizado, tanto na fiação como na tecelagem, consiste, principalmente, em reatar os fios que se rompem, o que exige dedos ágeis. Os homens não só deixam de ser indispensáveis, como o desenvolvimento maior do músculo e dos ossos de suas mãos torna-os menos capacitados para esse tipo de serviço. (FAUSTO, 1977, p. 112).

Em relação à questão salarial, a análise dos dados indica a inferioridade salarial do setor têxtil em relação às demais categorias, nas quais, em regra, existia baixa mecanização e reduzida presença de mulheres e crianças, o que nos permite concluir que o valor da força de trabalho é determinado pelo grau de mecanização, mas, sobretudo, pela qualificação e composição da força de trabalho. Assim, a predominância feminina e as relações desiguais de classe articuladas com as de gênero serviram para justificar a diferenciação salarial: os vencimentos das mulheres chegavam a ser até duas vezes menores que os dos homens.

As mulheres que se integravam ao setor formal ou hegemônico exerciam atividades em condições ainda mais desprivilegiadas que as masculinas: recebiam salários mais baixos, em postos inferiores na hierarquia de trabalho e em tarefas mais desqualificadas (mesmo porque apresentavam nível de escolaridade médio mais baixo que o masculino). (PENA, 1981, p. 17).

Desde o século XIX, as mulheres eram empregadas na fabricação de produtos de consumo duráveis e não duráveis<sup>20</sup>, passando a ingressar, no século XX, nas indústrias tradicionalmente dominadas pelos homens. Em 1920, de um total de 88.369 operários(as) têxteis, 57.548 eram mulheres, ou seja, 65,1% do conjunto dos trabalhadores. Em relação a Salvador, o censo populacional identifica um índice de 62,8% de mulheres inseridas no processo de produção fabril têxtil, destacando-se, com um percentual ainda maior, o setor do *vestuário e toucador*<sup>21</sup> que incluía os artesãos das centenas de oficinas de sapateiros, costureiras e alfaiates: 16.116 (72%) de mão-de-obra feminina do total de 22.442 operários (Tabela 5). A grande massa de mulheres nesse ramo se deve ao caráter artesanal dessa produção e à baixa qualificação tradicionalmente direcionada ao trabalho feminino.

No contexto da atividade industrial de Salvador, a análise dos dados indica que coexistiram, paralelamente, indústrias mais “complexas”, com destaque para o setor têxtil, pelo caráter de complementaridade do setor de exportação, e, com maior preponderância, as classificadas como “simples”, tais como fábricas de bebidas, vinagre, gelo, água gasosa, sabão, vela, unidades de pequeno ou médio porte, com maquinários e instalações precárias, que contavam com reduzida mão-de-obra e insuficiente tecnologia, o que, possivelmente, confirma que a maior parte dos estabelecimentos industriais em Salvador era de empresas de pequeno porte.

Outra característica do perfil urbano de Salvador, nesse período, é a proliferação de atividades artesanais, que se estendiam por toda a cidade, exercidas individualmente ou realizadas em oficinas, como as de alfaiates, costureiras, chapeleiros, cabeleireiros, ferreiros, sapateiros e tipógrafos, etc. (FUNDAÇÃO...,

---

<sup>20</sup> “Duráveis: roupas, chapéus, sapatos, etc., não duráveis: produtos alimentícios, e bebidas, cigarros, vassouras e cestas, velas, sabão e fósforos, bem como produtos de luxo”. (BESSE, 1999, p. 157-158).

<sup>21</sup> “Essa indústria englobava a produção de chapéus masculinos, e femininos, roupas masculinas, camisas e roupa branca, coletes femininos, cintas polainas, perneiras, pastas, bolsas e carteiras, gravatas, flores artificiais e coroas, chapéus de sol e bengala, calçados de couro e chinelos de trança, tamancos tecidos elásticos, luvas, pentes e botões [...]” (BRASIL, 1926).

1980). Daí as contradições, ao tomarmos como referência as informações levantadas pelos censos, industrial e populacional, ambos de 1920, advertindo-se que o primeiro trata do contexto industrial da Bahia e o segundo de Salvador.

Assim sendo, o Censo Industrial (Bahia) apontava, no período, a existência de um total de 14.784 operários(as) nos diversos setores de produção, sendo os de maior destaque: alimentação com 6.730; têxtil, com 5.624; e, por fim, vestuário e toucador, com 1.184 (Tabela 4). Já com base no censo populacional, tem-se um total de 44.115 operários(as) empregados(as), destacando-se vestuário e toucador, com 22.442, em seguida, edificação, com 8.753, metalurgia, com 3.081, e, por fim, o têxtil, com 2.487 (Tabela 5).

A primeira tentativa de esboçar os princípios básicos de uma legislação do trabalho relativa ao trabalho das(os) menores nas fábricas ocorreu em janeiro de 1891. O decreto proibia a contratação de menores de doze anos em todos os ramos de produção, excetuando o têxtil (no qual, na categoria de aprendizes, podiam ser aceitos(as), a partir dos oito anos), o que, aliado a outras questões como menores salários e jornadas pesadas, comprova o alto grau de exploração exercido sobre a categoria:

A jornada de trabalho máxima a que as crianças podiam ser submetidas era de 7 horas não consecutivas – o trabalho contínuo não podia ultrapassar 4 horas. Tais determinações eram válidas para menores do sexo masculino entre 12 e 14 anos e para menores do sexo feminino entre 12 e 15 anos. Era vedado o trabalho noturno infantil e os(as) aprendizes das fábricas de tecidos somente poderiam trabalhar um máximo de 3 horas. Em relação à legislação trabalhista no Brasil esta peça legal estabeleceu a determinação diferencial para os sexos. (PENA, 1981, p. 151).

A relação sexo/idade é bastante característica da formação da classe operária em Salvador. Na prática, as crianças com idade inferior a 14 anos eram incorporadas ao trabalho fabril. A partir dos 12 anos, meninos e meninas começavam a se integrar às atividades produtivas familiares e da estrutura econômica. Em 1920, havia trabalhadores(as) menores de 14 anos em quase todos os ramos fabris e de comércio, em Salvador. As meninas menores de 14 anos estavam concentradas, essencialmente, nas indústrias *têxtil* e de *alimentação* e no *serviço doméstico*; já os menores de sexo masculino, apesar de serem encontrados

registros em, praticamente, todos os ramos industriais, o índice numérico apresentado não foi muito superior à presença feminina.

A oferta de mão de obra reflete uma situação em que grande parte dos menores estava à margem das unidades de ensino. Em 1891, apenas 10% das crianças em idade escolar freqüentavam escolas públicas. Nos anos subseqüentes não houve alterações. (SANTOS, 2001, p. 50).

Tabela 6 – Composição da classe operária por sexo e idade – Censo Industrial – Bahia, 1920

SEXO	MAIORES DE 14 ANOS		MENORES DE 14 ANOS		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Homens	4.653	33,2	418	55,4	<b>5.071</b>
Mulheres	9.377	66,8	336	44,6	<b>9.713</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.030</b>	<b>100,0</b>	<b>754</b>	<b>100,0</b>	<b>14.784</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1922, 1925, 1930. v. 5, 1ª parte.

Segundo os dados do recenseamento industrial apresentados na Tabela 6, no geral, o trabalho infantil masculino (menores de 14 anos) apresentava percentual um pouco superior ao feminino, já que, entre os 754 operários menores, 418 eram do sexo masculino e 336 do sexo feminino, números relativamente próximos, e que constituía 5,1% do total dessa mão-de-obra operária. Já em relação aos operários(as) maiores de 14 anos, a superioridade numérica feminina é de 9.377 (66,8%) *versus* 4.653 (33,2%) do sexo masculino, constituindo, no total, 14.030, representando um percentual de 94,9%, considerando o conjunto da força de trabalho operária maior de 14 anos.

Vale ressaltar que, em relação ao cruzamento entre sexo e idade, foi levado em consideração o conjunto das atividades fabris, haja vista que, a depender do ramo de produção, a prioridade poderia ser feminina ou masculina, como é o caso das fábricas têxteis, em que se procurava empregar, prioritariamente, mulheres e crianças, em detrimento dos homens adultos, e que recebiam, pelo que efetivamente faziam, um terço ou metade do salário de um operário.

Em relação ao trabalho infantil nas fábricas, a utilização dessa força de trabalho, a princípio, inexperiente, era essencial para o processo de aprendizagem,



de adequação ao regime, para que fossem ensinados conforme convém à dinâmica de produção e reprodução do capital, devendo isso ser feito desde tenra idade, preferencialmente, antes dos dez anos. (ENGELS, 1985).

No caso das mulheres adultas, no período, havia uma flexibilidade, pois o seu trabalho ficava na dependência do Código Sanitário, federal, estadual ou municipal, de acordo com as especificidades regionais, assim como qualquer iniciativa legal a elas referente estava sempre associada à maternidade, em nome da fecundidade e da reprodução humana da força de trabalho.

Em 1917 foi criado o Departamento Nacional do Trabalho proposto por Maurício de Lacerda na Câmara Federal desde 1915, forneceu o primeiro esboço de uma legislação social estruturada para o país: limitava a jornada de trabalho para oito horas, propunha a criação de juntas de conciliação e arbitragem, determinava os contratos de aprendizes e fixava as condições de trabalho fabril das mulheres, de um lado limitando suas atividades noturnas e, de outro propondo a criação de creches nos locais de seu emprego. (PENA, 1981, p. 152).

De acordo com Pena (1981), paulatinamente, o Estado passou a intervir no domínio do trabalho e da organização das relações entre as classes sociais, no contexto da produção. Desde 1919, o Brasil era membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No mesmo ano, o então candidato à presidência e delegado brasileiro na Conferência de Paris, Epitácio Pessoa, expôs as resoluções ali definidas: direito de associação, proibição de trabalho de menores com idade inferior a 14 anos e igualdade de salário para homens e mulheres. O Código Sanitário do mesmo ano reiterava algumas dessas determinações como, também, proibia o trabalho noturno feminino. A sucessão de regulamentos referentes à mesma temática refletia o não cumprimento das medidas anteriores, o que, possivelmente, inspirou e alimentou a classe operária a lutar e defender a garantia de seus direitos trabalhistas com as greves de 1919.

Ainda com relação ao Censo Industrial da Bahia, de 1920, contabilizando o pessoal empregado nos estabelecimentos industriais segundo a categoria profissional e o sexo, chega-se a um total de 16.174 pessoas – 6.426 homens, (39,7%) e 9.748 mulheres (60,3%) – entre proprietários e membros de firmas comerciais, administradores, engenheiros e empregados técnicos, escriturários,

estenógrafos, vendedores e outros empregados não operários, além dos(as) próprios(as) operários(as), num total de 14.784.

Assim, concluímos que os(as) operários(as) representavam 91,4% do pessoal em serviço nas fábricas; os demais equivaliam a 1.390, ou seja, a apenas 8,6% do pessoal. Do conjunto (o que incluía operários e não operários), as mulheres formavam 60,3%, o que nos permite inferir que as operárias ocupavam a parte inferior da escala das classificações profissionais atuando, direta e ativamente, no processo de produção fabril (linha de produção) e subordinadas aos homens. O que explicaria tal situação? A ausência de formação/qualificação para galgar outros postos de trabalho? Ou seria a ausência de consciência para que lutassem por qualificação na relação capital/trabalho?

Ao contrário da afirmação de que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada, conforme os discursos hegemônicos acerca da inferioridade feminina, as mulheres possuíam uma formação adaptada aos empregos industriais que lhes eram propostos, cujo aprendizado foi adquirido e desenvolvido na sua formação de futuras mulheres (como filhas, esposas e mães - donas de casa), ainda quando eram meninas, mediante uma orientação contínua dos trabalhos domésticos.

Quando essas foram apropriadas pelo mercado de trabalho nos setores de produção de bens e prestação de serviços, na medida em que se procurava racionalizar a produção, a indústria exigia uma mão de obra bem treinada, disciplinada, mas que correspondesse às demandas, ou melhor, às determinações sociais, ou seja, que o emprego assalariado das mulheres fosse uma extensão de seus papéis familiares. Assim, as mulheres foram socialmente forjadas pela totalidade do trabalho reprodutivo. Daí a indissociabilidade dos elementos da produção e reprodução para compreender a dinâmica das lutas sociais na Bahia, na greve geral de junho e na das(os) tecelãs(ões), de setembro de 1919.

## **4 UM NOVO OLHAR SOBRE A GREVE GERAL DE 1919 EM SALVADOR/BA**

### **4.1 ALGUNS TÓPICOS SOBRE O PANORAMA INTERNACIONAL E NACIONAL: POLÍTICA E SOCIEDADE**

O contexto do pós Primeira Guerra Mundial configurava-se em uma instabilidade econômica que redundou em descontentamento social (carestia dos gêneros de primeira necessidade, compressão salarial, especulação) e crise política (cisão interoligárquica), anunciando os conflitos que estavam por vir, as greves do início do ano que culminaram na greve geral de junho de 1919 e na de setembro do mesmo ano (CASTELLUCI, 2001). O encadeamento dialético dos condicionantes históricos determinou as possibilidades e limites das lutas operárias e da participação feminina na Primeira Greve Geral de Salvador.

Não há dúvida de que as conjunturas, internacional e nacional, exerceram forte influência sobre as ações do proletariado baiano. As lutas da classe trabalhadora no mundo e no Brasil, que faziam parte dos noticiários de todos os jornais em circulação, serviam aos interesses dos setores oligárquicos, em disputa interna pelo controle político do Estado na qual os(as) trabalhadores(as) eram instrumento de barganha/disputa política.

De 1916 a 1920, a administração pública do Estado da Bahia esteve sob o comando de Antônio de Aragão Muniz, aliado político de José Joaquim Seabra (seu antecessor). Segundo Consuelo Novais Sampaio:

A própria sucessão de Seabra revelava a precariedade de líderes na política baiana, circunscrevendo as disputas políticas em torno de interesses pessoais, abrindo caminho para futuras deserções, que o poder carismático e a habilidade política de Seabra vinha contendo. (1998, p. 134-135).

Sempre polêmico e temido pelos antigos líderes da política baiana, J. J. Seabra conseguiu sobreviver graças à sua perspicácia e ousadia, pois se aproveitava das pendengas e intrigas que uniam e desuniam Luis Viana, Severino Vieira, José Marcelino e Araújo Pinho para firmar acordos e alianças pontuais, sempre se mantendo exclusivamente fiel às suas convicções, melhor dizendo, a si mesmo. Centralizador e arrojado, construiu a sua trajetória política como um dos mais importantes líderes políticos da Bahia, mantendo-se como principal referência política do Partido Republicano Democrata (PRD). Já ao seu sucessor, faltavam esses requisitos necessários ao exercício de uma liderança política. Assim, em 29 de março de 1916, Antonio Muniz assumiu o governo do Estado e em outubro do mesmo ano, Seabra foi eleito deputado federal. Antes mesmo da posse do governador, o PRD da Bahia, em Assembléia Geral, reelegeu uma Comissão Executiva e o Conselho Geral, firmando-se, ainda nessa reunião, a substituição da *Gazeta do Povo* (que deixava de circular), por *O Democrata*, como órgão de divulgação do partido. (SAMPAIO, 1998).

Consideramos que as questões conjunturais oriundas das relações políticas articuladas às dinâmicas socioeconômicas na Bahia possibilitaram a compreensão da singularidade das lutas operárias em Salvador. O perfil personalista, identificado pela vinculação dos grupos políticos aos nomes de suas principais lideranças – ruistas, seabristas, severinistas, marcelinistas, dentre outros –, e os interesses pessoais, faziam com que os partidos não se consolidassem e os projetos políticos assumissem um papel menor diante do peso do nome e/ou sobrenome de uma determinada família com tradição, forjando as oligarquias, o que revela, de modo sintomático, toda a artificialidade e inconsistência dos partidos da Primeira República, como assinala Sampaio (1998). Daí a inexistência, no Estado, de uma oligarquia hegemônica que fosse capaz de assegurar a estabilidade das instituições republicanas, que reconduzisse os rumos da economia e contivesse os conflitos sociais. Essas questões faziam da política, uma arena de profundos conflitos.

A nascente e assistemática industrialização na Bahia nada alterou nas relações do poder político, que permaneceram assentadas no prestígio social, concessões, paternalismo, apadrinhamento, nos compromissos de fidelidade e, principalmente, nas alianças para ampliação das bases de apoio e sustentação política. No entanto, as articulações políticas e a composição dos cargos do governo

de Antônio Muniz, ao seu bel prazer, pela prática do nepotismo, segundo Sampaio (1998), foi um dos fatores de reativação das forças oposicionistas, desarticuladas desde a queda do PRC (antigo partido de Seabra).

Essa situação, profundamente agravada pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, se refletiu, de forma contundente, na debilidade do governo e no fortalecimento da oposição. A inabilidade política e o autoritarismo de Antônio Muniz, substituindo intendentess “menos dóceis” nomeados por Seabra, abriu brecha para possíveis deserções. Segundo Pang (1975), “tal política foi uma faca de dois gumes: se fortaleceu a oposição pessoal do governador, provocou, de imediato, a irritação de muitos chefes políticos do PRD, por não terem sido previamente consultados”<sup>22</sup> (apud SAMPAIO, 1998, p. 136). O PRD, fragilizado, começava a perder importantes aliados políticos no Estado.

A oposição, estimulada pela tensão situacionista e pela crise generalizada, recebeu o apoio declarado de Rui Barbosa. “O controle oligárquico estabelecido pelos Monizes não só vivificou a inanimada oposição, como tornou iminente a cisão do partido situacionista. Procurando evitar deserções”, frente à manipulação dos ‘Monizes’, “Seabra ameaçou renunciar à chefia do partido”. No entanto, esse não demoraria a retomar com firmeza “as rédeas da política estadual” ainda segundo Pang (1975 apud SAMPAIO, 1998, p. 140).

O ano de 1919 representou um marco para a história política nacional e regional dado que acentuou as tensões internas no seio das elites baianas. Numa crise política, estadual e nacional, precipitada pela morte, por gripe espanhola, do recém-eleito presidente Rodrigues Alves (eleito para o exercício de 1918-1922), o mineiro Venceslau Brás deveria ser empossado presidente, entretanto, as antigas oligarquias se realinharam em torno de uma nova candidatura, a de Ruy Barbosa, alterando a dinâmica de sucessão pautada na política do café-com-leite<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> PANG, Eul-Soo. Oligarchical rule in Brazil; the politics of ‘coronelismo’ in Bahia, 1889-1934. Berkeley of Califórnia, 1970. No Brasil, **Coronelismo e oligarquias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, São Paulo: Difel, 1975. Tomo III, v. 1.

<sup>23</sup> A política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro. O nome desse acordo era uma alusão à economia de São Paulo e Minas, grandes produtores, respectivamente, de café e leite. ANGELO, Vitor Amorim de. **Política do café-com-leite**: acordo marcou a República Velha. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/politica-do-cafe-com-leite.jhtm>>.

Por força das oligarquias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, criou-se condições para a indicação, na última hora, de uma candidatura de conciliação, a do paraibano Eptácio Pessoa, como alternativa ao cenário de crise colocado. A convenção situacionista, reunida no Senado da República, referendou a candidatura do político paraibano, antigo ministro de Campos Sales (CARONE, 1969), apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, de onde J.J. Seabra e demais políticos do PRD se colocaram em campanha, opondo-se, definitivamente, aos “ruistas”.

De acordo com Rubim & Rubim (1982), nos primeiros cinco meses de 1919, aconteceram três greves com características bastante singulares para a época, em que a tônica das manifestações proletárias era dada pelas associações e setores “colaboracionistas” que organizavam comícios com até 3.400 pessoas na campanha presidencial, em apoio ao candidato ligado a J.J. Seabra.

Ruy Barbosa, que perdeu espaço político graças a sua posição de revisar a Constituição e a suas idéias consideradas liberais e perigosas, “perdeu o apoio dos que detinham o controle do país”. Entretanto, o senador baiano, apoiado por Nilo Peçanha e pelas minorias oposicionistas de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, logo que se anunciou a candidatura, se colocou em campanha pela Presidência da República, na condição de candidato de oposição a Eptácio Pessoa e como apoiador e defensor da candidatura de Paulo Fontes ao governo do Estado da Bahia, para o que buscou o apoio de suas bases eleitorais baianas, consolidando o apoio da Associação Comercial do Estado da Bahia e do Centro Industrial do Algodão. “A vinda de Ruy Barbosa motivou concorridas manifestações, a despeito do temor de que se repetissem as violências policiais cometidas dias antes no comício em que Simões Filho e Medeiros Neto foram baleados” afirma Tavares, (2001, p. 339).

Porém, mesmo com uma campanha expressiva e de grande repercussão, Ruy Barbosa saiu derrotado; Seabra consagrou-se vitorioso e, aparentemente, fortalecido na política. O governo atribuiu a derrota à ineficaz atuação do chefe de polícia, Álvaro Cova, “simpático à candidatura de Rui Barbosa”<sup>24</sup>, segundo Aragão (1923 apud SAMPAIO, 1998, p. 136). Rui Barbosa, por sua vez, se pronunciou, em um manifesto ao povo brasileiro, e fez referência à sua derrota, sobretudo na Bahia:

---

<sup>24</sup> ARAGÃO, Antônio Ferrão. **A Bahia e os seus governadores na República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

O governo baiano perdeu a eleição na capital [...] perdeu nos seus maiores núcleos de riqueza mercantil, agrícola, pastoril, mineral e industrial. [...] Perdeu, ainda, no total dos seus grandes municípios sertanejos [...]. (apud TAVARES, 2001, p. 340).

Além desse pronunciamento, os ruistas derrotados dirigiram denúncias públicas ao então governador, Antônio Moniz, por corrupção, manuseio indevido da máquina governamental e desvio de verba pública, dentre outras, acirrando, ainda mais, a crise e a disputa interoligárquica na Bahia.

Garantida a vitória na esfera federal, Seabra lançou mão de um plano político para garantir o seu retorno ao governo, promovendo modificações no Partido. Para começar, buscou dar um freio à independência política dos Monizes, excluindo-os da Comissão Executiva, que foi ampliada, assim como o Conselho Geral, com a admissão de novos chefes políticos de sua confiança nas conturbadas e violentas disputas nos municípios.

A oposição apontava o governo como o responsável por todos os males que afligiam a sociedade. Explorou, em seu proveito, o descontentamento que atingia a burguesia agro-comercial, os profissionais liberais, o funcionalismo público, o operariado, enfim, todas as camadas sociais. Ativamente, passou a arregimentar as forças políticas da capital e do interior. (SAMPAIO, 1998, p. 146).

Nessa conjuntura de pós-guerra, profunda tensão política, flutuações econômicas, queda/baixa da produção, depressão salarial, alta do custo de vida e do conseqüente acirramento da luta de classes, Moniz, então Governador do Estado, além das denúncias acima mencionadas, também era alvo de críticas por inoperância administrativa e paralisia frente ao descontentamento popular que crescia, cotidianamente, em manifestações de rua contra a carestia de vida fazendo com que a oposição anti-seabrista ganhasse e demarcasse espaço político. Assim, a crise no interior da classe dominante, os conflitos no seio das oligarquias e as dissidências políticas fizeram com que os setores conservadores disputassem a classe operária e os rumos do movimento, na greve geral de 1919, utilizando os órgãos de imprensa como meio de construir um convencimento ideológico.

A princípio, todos os setores dominantes, por omissão ou com a intenção de avaliar o quadro social para, possivelmente, definir uma estratégia de ação, apoiaram a greve. O Governo do Estado (a ala seabrista), acuado, resolve não

utilizar os mecanismos de repressão contra os grevistas, que se aproveitam dessa aparente neutralidade do governador. Do outro lado, a oposição, também pressionada pela Associação Comercial do Estado da Bahia, passa a atacar, publicamente, o “caos” em que se encontrava a cidade assim como os possíveis atos de violência cometidos pela classe operária em suas manifestações. Já os meios de comunicação eram os canais em que se delineavam as principais disputas políticas.

Rui Barbosa, (juntamente com Simões Filho, Bráulio Xavier etc., além dos jornais A Tarde, O Imparcial, Diário da Bahia, Diário de Notícias, A Hora), acusa Antonio Muniz de maximalista e exige a ação da polícia contra os grevistas. (RUBIM; RUBIM, 1982, p. 25).

O jornal *Diário da Bahia*, oposicionista, em matéria do dia 5 de junho de 1919, que tinha como título “O problema do operariado” se dirige ao governo como indigno, corrupto e cruel, que só se lembrava dos operários quando precisava do prestígio moral da classe para os seus jogos políticos e embustes. Por outro lado, o Governo também tinha o seu órgão de imprensa, *O Tempo*, defensor dos interesses e da política do Estado e que se colocava como “legítimo defensor da causa operária”, assim como definia o então governador como um homem justo e solidário às reivindicações dessa classe.

As tensões no interior das elites políticas e a conjuntura socioeconômica criaram as condições para a integração na luta de um conjunto de categorias, com um nível de organização até então nunca visto e com um alcance espetacular. As greves de junho e setembro de 1919 marcaram a história das lutas operárias na Bahia.

Mesmo considerando as conjunturas internacionais e nacionais como determinantes, essas não nos fornecem elementos que expliquem as particularidades do movimento em Salvador. Para começar, a República ainda era uma novidade e dava os seus primeiros passos e os desdobramentos da Primeira Grande Guerra se refletiam na economia mundial e, no caso da Bahia, atingia, diretamente, os setores mais explorados da sociedade. O socialismo, como experiência da luta de classes, servia como fonte de inspiração, na luta por melhorias das condições de vida dos trabalhadores(as), influenciando as lideranças e orientando o movimento operário. Essa referência é sentida nos discursos de



abertura do “I Congresso dos Trabalhadores Baianos”, realizado em julho de 1919, e na execução do hino da Internacional Comunista com hasteamento de bandeira, nas comemorações do Primeiro de Maio de 1920, na Bahia, assim como no conteúdo dos textos que se referiam ao movimento proletário internacional e nacional.

A imprensa tradicional, por sua vez, cumpria o papel de veículo da classe dominante bombardeando a insurgente movimentação operária no mundo e os indícios da presença dos ideais socialistas nas manifestações em Salvador, o que pode ser percebido em trechos de periódicos, como é o caso de *O Imparcial*, de 4 de junho de 1919:

Da hipertrofia tendenciosa dos ideais do operariado, originou-se o contingente perigo maximalista [...], a adulteração dessas idéias desatou sobre o mundo o montante da anarquia que aí está a se propagar por toda parte, com rapidez do rastilho inflamado. E não é mal que nos precatemos contra a sua invasão.

Ou, ainda, como constatava o jornal operário *Germinal*, auto-intitulado “órgão da propaganda socialista na Bahia”, em 19 de março de 1920, cujo conteúdo se refere ao socialismo como o caminho a ser trilhado para o triunfo da luta do proletariado e a garantia da liberdade, sinalizando a orientação ideológica encabeçada pelas lideranças e os rumos do movimento paredista: “a Bahia proletária se vai já integrando no mesmo anseio libertador que faz pulsar mais forte o coração dos trabalhadores de todo o mundo”. Mas, que socialismo era esse pregado pelas lideranças grevistas?

Nesse primeiro momento, na Bahia, o socialismo vai assumir várias facetas: flerta com o anarco-sindicalismo, ao defender o boicote nas fábricas – pelo menos, *O Germinal* aponta como erro tático a não utilização adequada desse método para alcançar os objetivos estratégicos, pautado no fortalecimento dos sindicatos; passa a ser coletivista<sup>25</sup>, no I Congresso de Trabalhadores Baianos; e, por fim, assume o caráter parlamentar, sobretudo com a criação, em 1920, do Partido Socialista Baiano (PSB) e com as candidaturas de Maurício Lacerda e Agripino Nazareth.

---

<sup>25</sup> Pauta-se na defesa da coletivização dos meios de produção e na ênfase que o papel dos sindicatos desempenharia na emancipação da classe trabalhadora. (Cf. FAUSTO, 1977).

## 4.2 A IMPRENSA TRADICIONAL E A VOZ OPERÁRIA

No ápice da crise política e social, os meios de comunicação (periódicos) se constituíram em legítimos instrumentos para travar essa disputa, numa tentativa de definir os rumos políticos do Estado, consolidando uma hegemonia. Se, por um lado, os setores da elite dirigente tentaram se apropriar do movimento, utilizando os meios de comunicação, não há como negar que, por outro, as categorias envolvidas no processo de greve, por intermédio da sua direção, tiveram uma percepção do cenário colocado, apropriando-se das condições criadas pela conjuntura para conseguir o “apoio” dos órgãos de imprensa. O jornalismo, como veículo de comunicação, foi um instrumento valioso de orientação coletiva, um organizador social; nessa perspectiva: “uma das principais resoluções das ‘classes laboriosas’ foi pedir, na defesa de seus direitos, o apoio da imprensa”, diz o *Diário da Bahia*, de 5 de junho de 1919.

Assim, os órgãos de imprensa resolveram se posicionar frente aos acontecimentos, colocando-se, por vezes, como “interlocutores” da causa operária e na ofensiva ao governo, responsabilizando-o por omissão, ao negligenciar os direitos da classe trabalhadora, assumindo uma postura conciliadora entre os interesses capitalistas e as reivindicações operárias e, assim, conclamando a atenção à “pseudo” proteção apregoada por alguns órgãos de imprensa, como o *Diário da Bahia* que, em 5 de junho de 1919, declarava:

O governo nada tem feito, até agora em proveito do operário [...]. Ainda não se levantou a sério por parte dos poderes públicos, que se constituem, em geral, em exploradores do povo e lhes estorvam as reivindicações mesmo quando fingem defendê-las; ainda não se levou a sério a regulamentação do trabalho, evitando que crianças dêem mais do que podem, proibindo a promiscuidade fatal, sob todos os aspectos, como elemento delitivo no que diz respeito à integridade física e moral. Calam os governos, emudecem e depois exploram, a bem de seus interesses, os sofrimentos do operariado.

A experiência dos trabalhadores na greve e a imprensa tradicional fomentaram as bases para o surgimento da imprensa operária na Bahia, ferramenta de diálogo, denúncias e formação política dos trabalhadores. Como os próprios jornais afirmavam, eles deveriam ser o baluarte de defesa da causa e de combate à imprensa burguesa, formadores de opinião, buscando forjar uma consciência

coletiva acerca da necessidade de criação de um canal (meio de comunicação) que servisse aos interesses dos(as) trabalhadores(as), fazendo frente às constantes e ameaçadoras investidas dos capitalistas. Assim, a imprensa operária constitui uma fonte privilegiada e indispensável de informações sobre a sociedade da época, sobre as condições de vida da classe subalterna, de denúncia à “opressiva e ultrajante” situação das operárias e suas manifestações, possibilitando reconstruir a dimensão política da história social da classe trabalhadora (FERREIRA, 1978).

Para ilustrar o trabalho de disseminação da imprensa operária no Brasil, no sentido de politizar e informar, mas, também, de organizar os trabalhadores brasileiros, Maria Nazareth Ferreira fez um levantamento cujo resultado demonstrou que, do último quartel do Século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, dos 343 títulos encontrados no período, 149 estavam em São Paulo, 100, no Rio de Janeiro, e os demais, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Desses, 60 foram editados em idioma estrangeiro – italiano (principalmente), espanhol e alemão – estando, em sua maior parte, circunscritos aos estados de São Paulo (53) e Rio de Janeiro (4) e os outros nos demais estados. Na Bahia, todos os jornais em circulação eram editados em língua portuguesa.

Em 1906, quando da criação da Confederação Operária Brasileira, ampliou-se a organização dos trabalhadores com a fundação das federações estaduais e regionais, efetivando-se o sistema de comunicação operária, com o lançamento, em 1908, do jornal *A Voz do Trabalhador*, editado pelo Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e Demais Classes, órgão oficial da Confederação e dos trabalhadores em geral, que se autodenominava “Semanário de propaganda socialista e defesa do proletariado”.

Esse jornal desenvolveu intensa luta ideológica contra a “desorganização” e inoperância da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), pelo seu “socialismo parlamentar”, buscando aproximar-se das entidades e categorias operárias e construir uma nova hegemonia, no movimento dos trabalhadores baianos, criando outra federação ou mesmo reestruturando a já existente sob novas bases. Os conteúdos temáticos das matérias desses periódicos, que constituíam um instrumento de disputa do movimento operário, variavam, entre a crítica ao Estado, a política, a questão ideológica, os sindicatos e a internacionalização da luta de classes. (RUBIM; RUBIM, 1982).

O *Germinal*, outro periódico operário, dirigido por Agripino Nazareth (advogado da causa operária), que se autointitulava “órgão da imprensa socialista na Bahia, com orientação ideológica marxista”, com sede na FTB e no Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e Demais Classes, de tendência “socialista”, em 1 de maio de 1919, defendia que a conquista da emancipação política e socioeconômica dos(as) trabalhadores(as), só seria possível através da luta.

Os trabalhadores baianos nada mais devem esperar dessa imprensa de aluguel a tanto por linha; ela nos dá uma pálida amostra de quanto se acha vazia de um ideal de justiça, de um ideal puramente humano, como os que acalentam em nós, os desesperados da terra.

Muitas foram as dificuldades desses jornais operários, no período, para manter uma regularidade na circulação, a começar pelas questões financeiras, devido à ausência de anunciantes, ao restrito público leitor, em sua maioria, de baixo poder aquisitivo, culminando com a repressão sofrida por parte da ordem estabelecida. Os jornais eram confiscados, os redatores ameaçados, os comícios proibidos ou, quando consentidos, sofriam dura coerção; daí a ausência de uma circulação sistemática desses meios de comunicação operária.

Em Salvador, o primeiro registro encontrado de um jornal operário, a *Tribuna Operária*, data do ano de 1891. Tempos depois, em 1903, temos notícias de *Imprensa Imparcial*; em 1908, *A Voz do Trabalhador*; em 1920, *O Germinal*; e, ainda, de 1920 a 1922, *A Voz do Trabalhador* (FERREIRA, 1978), reflexo das movimentações operárias do ano anterior. No ano de 1919, ápice das greves operárias, não encontramos registros de circulação de jornais operários.

Nesse cenário de instabilidade política, a imprensa representou uma poderosa arma, como meio de “validação” ou “reprovação” da administração pública. A classe operária, por sua vez, soube se apropriar da conjuntura de fragilidade, já denunciada pelas disputas e rachas das elites, acumulando forças para enfrentar o autoritarismo patronal, sem deixar de identificar a imprensa baiana como porta-voz dos setores dominantes. Com a intensidade dos acontecimentos, as categorias em greve, potencializaram a sua capacidade de intervenção, na defesa dos direitos trabalhistas.

A atitude manifestada em greve nas ruas e a percepção do papel da imprensa, naquela conjuntura de crise política, aliadas à habilidade de ação da

classe trabalhadora, instrumentalizaram a mobilização das categorias, agora vinculada a uma organização sindical, com uma pauta de reivindicações claramente definida e articulada às ações de mulheres e homens, ao longo das movimentações, reacendendo, dia a dia, o sentimento de luta. Posteriormente, como resultado de sua organização, ressurgiu como veículo de comunicação e expressão dos anseios e lutas, a imprensa operária, que teve breve duração, face às dificuldades enfrentadas.

Como já anteriormente mencionado, a imigração, no Estado da Bahia, foi inexpressiva, diferente do ocorrido no Sudeste do Brasil, que teve uma grande população imigrante que, de seus países, traziam novas visões e possibilidades de transformação da realidade, absorvidas pelo imaginário coletivo, inspirando as lutas em São Paulo e Rio de Janeiro, dentre outros estados.

Na Bahia, a disseminação dessas concepções ideológicas, principalmente do socialismo, foi impulsionada pelos(as) militantes e lideranças brasileiras, como Astrogildo Pereira e Agripino Nazareth<sup>26</sup>, propagando-se nos centros operários. No início de 1919, segundo o *Jornal de Notícias*, de janeiro de 1919, era uma preocupação da Secretaria de Segurança Pública do Estado a possibilidade de desembarque de “elementos indesejáveis e perniciosos”, tanto que essa intensificou a fiscalização sobre todos aquele(as) enquadrados(as) como desqualificados(as): mutilados(as), mendigos, anarquistas, ladrões, etc.

A princípio, a maior parte das movimentações operárias foi marcada pelo espontaneísmo das ações, pela brevidade das paralisações e, principalmente, pela ausência de instrumentos organizativos (sindicatos). A maioria das greves até então ocorridas tinha origem isolada em uma fábrica ou oficina específica e estava centrada em reivindicações pontuais, por salários atrasados, pela reincorporação de trabalhadores demitidos ou por aumento de salários. Ainda não acontecera um movimento grevista que articulasse um conjunto de categorias abarcando uma agenda de lutas com pauta de reivindicação geral e específica.

Dessa forma, a greve geral de 1919 foi fruto de um fenômeno que só veio a ocorrer com o crescimento da população operária e a institucionalização do trabalho assalariado trazendo consigo a emergência dos conflitos inerentes à relação capital-trabalho. Nesse cenário, a classe trabalhadora foi ocupando o seu

---

<sup>26</sup> Chegado, clandestinamente, à Bahia, oriundo do Rio de Janeiro, depois de fracassada a tentativa de insurgência anarquista.

lugar, tomando consciência de seu papel de sujeito, forjando os seus instrumentos de luta através dos movimentos de greve que irromperam pelo mundo, no Brasil e em Salvador-BA.

#### 4.3 REFLEXOS DAS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS NA VIDA DA CLASSE OPERÁRIA: CRISE E LUTAS SOCIAIS

Durante a Primeira República, o ramo mais importante da indústria, na Bahia, o têxtil, sofreu temporadas intercaladas de crescimento e crise. O período de 1891 a 1906 correspondeu a um dos mais favoráveis, seguido de uma crise significativa, em 1907. Nos anos subsequentes, 1909 a 1913, houve uma queda da taxa de lucros das empresas atribuída ao aumento dos preços da matéria-prima, tendo como referência anos anteriores. Os anos de 1911 e 1912 foram de relativa estabilidade. Em 1913, houve uma recessão econômica de caráter internacional que incidiu sobre as atividades industriais e resultou em uma acirrada competição interna entre as empresas, pelo mercado. Em 1914, essa situação tornou-se ainda mais aguda, remetendo ao caráter internacional da crise:

A crise monetária que tão nociva influência tem exercido nos mercados europeus repercutiu fortemente em nosso meio, pondo em sérios embaraços o comércio e conseqüentemente a indústria fabril. Agrava ainda tão temerosa situação a baixa da maior parte dos gêneros de exportação, resultando fatalmente o retraimento bem justificado da freguesia que, sem maiores necessidades de comprar, se vê ainda embaraçada pelas múltiplas ofertas; e a isso é que devemos enormes estoques de fazendas em todas as fábricas do país. (A TARDE, 1915).

Consideramos, assim, que o período de 1891 a 1913 foi de grande crescimento para a indústria têxtil brasileira, o que fez da “Companhia Empório Industrial do Norte”, a maior empresa têxtil do Norte-Nordeste e uma das sete maiores do Brasil (SAMPAIO, 1975). Nos anos de 1913 e 1914, na indústria têxtil, “houve diminuição drástica das vendas, retração do crédito bancário, agravamento da crise de superprodução e venda dos estoques a preços abaixo dos praticados no mercado” (CASTELLUCCI, 2004).

A insuficiente produção de algodão do Estado da Bahia para o consumo das fábricas de tecidos gerou a dificuldade de acesso à matéria-prima, dificuldade

que se arrastava desde o século XIX e que se agravava durante os anos de 1916 e 1917, e motivou a fundação, em 16 de agosto de 1916, do Centro Industrial do Algodão<sup>27</sup>, iniciativa de empresários das principais companhias de tecidos da Bahia – “Valença Industrial”, “Empório Industrial do Norte”, “Progresso Industrial da Bahia” e “União Fabril” –, com a finalidade de “conciliar os interesses da lavoura de algodão com a indústria de tecidos, servindo de intermediária entre uma e outra”.<sup>28</sup>

As companhias acima mencionadas registraram, em seus relatórios, o encarecimento e a escassez dos insumos necessários à produção têxtil; o algodão, por exemplo, teve o seu preço aumentado e passou a custar, em 1917, 60\$000 a arroba, quatro vezes mais do que se pagava em 1914 (13\$000) e que, antes da guerra, custava 11\$ e 12\$000; o carvão passou de 30\$000 para 180\$000, a tonelada; e as anilinas, dentre outros produtos, tiveram um aumento superior a 500%.<sup>29</sup> Para aprofundar a crise, a Bahia ainda registrava, no período, a epidemia da lagarta rósea e, ainda, somado a tudo isso, diz Miguel Bodea:

a política adotada pelo Governo Federal, face às contingências da guerra: os constantes déficits orçamentários, financiados através das emissões inflacionárias e a política de sustentação do café adotada em 1915, geraram um processo inflacionário a níveis até então desconhecidos na economia nacional. (s/d, p. 22).

*O Tempo*, em 29 de julho de 1918, assegurou que, em contrapartida ao aumento do algodão, carvão e anilinas, o metro da bulgarina, que antes da guerra custava 500rs, estava à razão de 1\$200, não tendo a “Companhia Empório Industrial do Norte” nenhum prejuízo com a alta da matéria-prima, o que significa que a

---

<sup>27</sup> “Instituição autorizada das Companhias de Tecidos criada com a finalidade de atender as necessidades da indústria e da lavoura algodoeira. Assim, de acordo com o Governo do Estado fundou-se um Centro Algodoeiro, que abraçando a idéia alvitrou a criação de uma lei que protegesse a lavoura do algodão, sendo incumbido da sua feitura e apresentação do projeto em câmara. A Lei foi então promulgada e sancionada, autorizando o governo a ceder, gratuitamente aos lavradores de algodão nacionais ou estrangeiros, lotes de terra devoluta pertencentes ao estado, e incrementar por outros meios a cultura do algodão, em detrimento a investimentos em produção de gêneros de primeira necessidade” (BAHIA, 1923).

<sup>28</sup> CENTRO INDUSTRIAL DO ALGODÃO. **Livro das Atas das Assembléias Gerais**: de 21.08.1916 a 26.12.1924. (apud SAMPAIO, 1975.)

<sup>29</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Relatório da Direção**: parecer do Conselho Fiscal apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 2 de abril de 1918, p. 6.

escassez e a alta dos insumos não interferiram nos rendimentos dos industriais que utilizavam os problemas conjunturais para justificar a exploração.

As flutuações econômicas e a crise de superprodução, aprofundada no imediato pós-guerra (1918/1919) graças ao cancelamento de encomendas e à suspensão dos pedidos, em virtude da disponibilidade de estoque não vendido para a comercialização, fizeram com que os industriais buscassem meios para enfrentar as contingências da guerra e reduzir os custos da produção. A alternativa encontrada foi potencializar e extrair a máxima capacidade produtiva nas fábricas através da superexploração da força de trabalho, estabelecendo, como prática corrente, no período, para assegurar o lucro, o fechamento ou a paralisação de algumas fábricas pertencentes às companhias e, em seguida, a contratação ou realocação de um número reduzido dos(as) operários(as) despedidos(as).

Em novembro de 1919, o periódico *O Tempo* registrou em matéria o recebimento de uma carta referente ao agravamento da realidade já acachapante das(os) operárias(os) da fábrica da Boa Viagem frente à atitude dos industriais pela baixa do algodão, segundo a qual o trabalho havia sido reduzido de seis para quatro dias, o que foi ratificado pelo relatório da Companhia: a “prolongação da crise de fins de 1918, que durou até maio de 1919 nos forçou a reduzir o trabalho a quatro dias na semana”<sup>30</sup>, assim como, grande quantidade dos teares teve as suas atividades paralisadas, fazendo com que as(os) operárias(os) recebessem apenas o necessário para o pagamento do aluguel, que era descontado, automaticamente, no escritório, nada restando para comprar o pão: “a fome na Vila Operária era uma coisa incontestável, estando os operários, sujeitos às maiores privações” diz o jornal *O Tempo*, em 11 de novembro de 1918. A carta termina pontuando que, mesmo durante a guerra, quando as indústrias tiveram os seus lucros auferidos com ganhos consideráveis, a situação das(os) operárias(os) permanecera idêntica, o que quer dizer que essa realidade de exploração independia da conjuntura, das perdas ou ganhos da empresa.

Em momentos de instabilidade, quando se pretende garantir a produtividade sem atingir os bolsos dos patrões, coube ao lado mais fraco, aos(às) operários(as), o ônus de toda a situação mas, especialmente, ao “sexo” destinado

---

<sup>30</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Relatório da Direção**: parecer do Conselho Fiscal apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 31 de março de 1920, p. 6.



ou, “naturalmente”, identificado às características do trabalho têxtil. Assim, para assegurar a dinâmica de produção e a reprodução do capital aliadas à contratação massiva de mulheres e crianças, estabeleceu-se a ampliação da jornada de trabalho.

O fechamento de algumas fábricas e a diminuição dos dias e horas de trabalho afetou diretamente a vida da classe operária, trazendo a precarização das condições e das relações entre patrões e operárias(os) que trabalhavam mais e recebiam salários ainda mais baixos, o que era justificado pelo patronato como fruto da conjuntura vigente. Na “Companhia União Fabril”, das seis fábricas, apenas a Nossa Senhora da Conceição manteve o funcionamento normal das atividades; as demais, São Salvador, Nossa Senhora da Penha, S. A. do Queimado Modelo e Paraguaçu, mantiveram-se fechadas ou funcionando parcialmente:

Os efeitos negativos da crise gerada pela guerra foram sentidos de maneira mais intensa pelos operários têxteis nos anos de 1914 a 1917, quando a taxa de desemprego alcançou um nível muito alto em função da paralisação parcial ou total, temporária ou de longo prazo de pelo menos 8 das fábricas existentes. Das 14 unidades de produção deste setor, apenas 6 funcionaram de modo regular e ininterrupto de 1912 a 1920. (CASTELLUCI, 2001, p. 64).

O custo de vida no Estado da Bahia havia subido, sistematicamente, nos três anos mais agudos da Primeira Guerra Mundial (1916-1918), acentuando a crise econômica, o que gerou o crescimento da insatisfação social e política e o surgimento, em Salvador, de manifestações de rua contra a carestia (TAVARES, 2001). A penúria da população não era um fenômeno recente; havia muito que as condições de vida da população em geral eram deploráveis. A Primeira Guerra Mundial só viera agravar uma situação já existente. Dadas às circunstâncias e por estímulos externos (dos opositores), a multidão faminta bradava, assustadoramente, em frente do Palácio da Aclamação. A situação, a cada dia, tornava-se, ainda, mais insustentável: não havia personalidade, popularidade e carisma (no caso de Seabra) que pudesse conter o ímpeto da “massa” desesperada face ao crescente aumento do preço do pão, da carne verde, do charque e de outros gêneros alimentícios.

Em 1911, foi registrada a primeira passeata popular contra a carestia, liderada por Cosme de Farias, advogado que possuía grande prestígio popular. Essa

manifestação foi seguida de um comício e da entrega de uma petição ao Intendente da Capital, exigindo providências. Em 1913, imprimiu-se à movimentação popular um caráter mais organizado, com passeatas nas ruas, reuniões e apelos a parlamentares, culminando com a criação do “Comitê Popular Contra a Carestia da Vida”, presidido por Cosme de Farias.

Para piorar a situação vigente, a oposição, até então letárgica, agora, oportunista, se apropriava da crise, estimulando o descontentamento, insuflando o povo contra o governo constituído (promovendo uma série de *meetings*). Moniz, por sua vez, mantinha-se firme respondendo que não permitiria “a perturbação da ordem e o desrespeito à propriedade”. “A população afrontada exasperou-se e só cedeu ante o incrível da força policial”. Em 1917, diferentemente das greves ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, na Bahia, prevaleciam as lutas contra a carestia de vida, com comícios, confrontos com a polícia, quebra-quebras, ferimentos e, inclusive, a ocorrência de uma morte. (SAMPAIO, 1998).

[...] o desabastecimento interno, a escassez de alimentos e a escalada dos preços movida pelas circunstâncias ditadas pelo livre mercado e pela especulação desenfreada, [tornava] ainda mais insuportáveis as condições materiais de vida da classe operária, que por sua vez irrompeu em movimentos reivindicatórios em todo país. (CASTELLUCCI, 2001, p. 43).

A virada do ano de 1918 para 1919 configurou o agravamento da crise econômica que culminou com a retomada das manifestações populares. Novamente, Cosme de Farias foi convocado para interceder em favor da população frente às autoridades e aos poderes competentes, no sentido de resolver a situação do conjunto dos(as) trabalhadores(as). Prontamente, colocou-se à disposição para conferenciar com o Governador do Estado, o Intendente Municipal, o Secretário de Segurança Pública, com o presidente da “União dos Varejistas” e o chefe executivo do “Centro Operário”, dentre outras representações sociais.

A imprensa local, por exemplo, *O Tempo*, de 9 de outubro de 1918, também se colocou como “mediadora” da crise social, solicitando providências da parte do Delegado do Comissariado de Alimentação na Bahia, Fabrício Barros, em favor dos(as) trabalhadores(as) baianos(as), vítimas da fúria de açambarcadores, verdadeiros algozes do operariado, que contribuía, de forma contundente, para a excessiva alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Diante da situação,

empresas se aproveitavam para extorquir dos consumidores de seu produto ou ramo de negócio quantia superior à que lhe era devida.

Os clamores que se levantavam contra a excessiva carestia da vida se deviam à enorme dificuldade de acesso aos transportes e, principalmente, à alta dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Negociantes (comerciantes) interessados em extrair gigantescos lucros se apresentavam como efetivos aproveitadores, através do escorchamento da população, segundo *O Tempo*, de 18 de setembro de 1918. Do outro lado, os salários das(os) operárias(os) se tornavam ainda mais deficitários, incompatíveis com a freqüente alta dos gêneros de primeira necessidade, insuficientes às necessidades básicas de alimentação, transporte, saúde, moradia, etc., daí a população estar, em grande parte, mal alimentada e vivendo em condições não condizentes com a própria reprodução humana. As mulheres, por sua vez estavam circunscritas ao espaço de trabalho produtivo e reprodutivo, submetidas, portanto, à exploração, às precárias condições de trabalho e à opressão, no âmbito familiar.

Quando identificamos o trabalho doméstico como o responsável pela produção de valores de uso, no interior do lar, para consumo direto dos membros da família, servindo à renovação da força de trabalho, buscamos instrumentos de entendimento da complexidade do comportamento e dos hábitos alimentares do conjunto das(os) operárias(os) baianas(os), partindo do princípio de que cabia às mulheres a responsabilidade das tarefas domésticas, ali onde se desenvolviam as funções reprodutivas de assistência aos seres humanos – filhas(os) – em suas necessidades básicas de alimentação, higiene, vestuário, saúde e educação.

Percebendo essa dinâmica como uma atribuição inerente à condição feminina, faz-se necessário conhecer as movimentações em torno das lutas pela garantia dos meios de subsistência e contra a carestia, para visualizar as mulheres em seu lugar de classe, no contexto das flutuações econômicas, instabilidade política e especulações comerciais. Dessa forma, pontuaremos alguns hábitos alimentares do operariado baiano.

Para começar, a carne fresca, para o trabalhador fabril, era artigo de luxo e esses, quando muito, adquiriam, consumiam o que era comumente conhecido como “carne virada” (parte do estoque que os açougues e talhos não haviam vendido), que era comercializada a preços mais baixos. O charque ou a carne de sertão, frita ou assada, assim como o bacalhau, “peixe do pobre”, (temperado com

vinagre e azeite-doce), eram os alimentos essencialmente consumidos pelo proletariado. O feijão mulatinho, principalmente “dormido”, era o consumo rotineiro, diário do operariado, assim como a farinha de mandioca, produto imprescindível quanto mais baixa fosse a renda do(a) trabalhador(a), que se comia como pirão, associada a um naco de charque ou bacalhau, ocupando, na maioria das vezes, o lugar do leite, na alimentação das crianças.<sup>31</sup> O café com pão (raramente com manteiga) associado à farinha de mandioca, por vezes, substituíam o almoço e o jantar. Na falta do trigo para o pão ou mesmo quando os preços subiam, logo se buscava substitutos como a batata doce, inhame, aipim, milho e fruta-pão. (SANTOS, 2001).

A precariedade ou inexistência de uma política de abastecimento, que regulamentasse o suprimento de gêneros alimentares, e as variações climáticas faziam com que Salvador tivesse profundas dificuldades em promover um abastecimento que atendesse à demanda da população. Mesmo quando o governo lançava mão de incentivos fiscais, não tinha ele a intenção de promover a produção para o mercado interno, mas, pelo contrário, estimular o mercado externo. A farinha de mandioca, por exemplo, era, prioritariamente, produto de exportação, o que desfalcava o mercado interno, provocando grande procura e o encarecimento, atingindo, diretamente, a mesa das camadas populares, como traz o jornal *O Tempo*, de 6 de setembro de 1918.

Há dias vem correndo com visos de verdade que se preparavam as principais casas comerciais para exportar a farinha de mandioca depositada em seus armazéns. Isto resultaria que o comércio retalhista fizesse a alta imediata do produto e o estado de desespero das classes menos protegidas.

A carne verde sofreu aumentos constantes, passando de 1\$200 para 1\$300 e 1\$400 reis o quilo, variações de preços, ocorridas em alguns dias, já a carne de porco era vendida por 1\$900 e 2\$00, fora da realidade de consumo dos(as) trabalhadores(as).

E, ainda, no mesmo jornal, em 17 de setembro de 1919: “O feijão e o toucinho também tiveram seus preços aumentados, piorando a situação de calamidade da população”.

---

<sup>31</sup> Mucilagem ou mingau = farinha, água e açúcar. Este hábito alimentar nos permite identificar o alto índice de desnutrição e conseqüente mortalidade infantil. (Cf. SANTOS, 2001).

Com a primeira Guerra Mundial, a existência de um projeto débil de desenvolvimento, pautado nos interesses agrários (latifundiários) e associado ao capital comercial, acentuou a carestia e as tensões sociais.

Em meio a essas dificuldades conjunturais, em 1917 e 1918, o então deputado Cosme de Farias denunciou o armazenamento e a exportação de alimentos, enquanto esses escasseavam na cidade. Nessas circunstâncias, o Governo Federal assumiu o controle sobre a regulação do mercado interno, criando, em junho de 1918, o Comissariado de Alimentação Pública<sup>32</sup>, logo extinto, graças às pressões sofridas, principalmente, da Associação Comercial do Estado da Bahia, assim como a Superintendência do Abastecimento, criada em 1920 (SANTOS, 2001).

A iniciativa de tabelar os preços dos alimentos, principalmente os gêneros de primeira necessidade, não passou de uma falsa tentativa de resolver a situação de crise social que se arrastava por todo país, e era, de fato e efeito, um engodo frente às expectativas da população, pois, em nada correspondia ao propósito de garantir (nem que fosse, minimamente) o bem estar da coletividade. Na verdade, o que se desenvolveu foi uma política econômica protecionista em defesa dos exploradores. O jornal *O Tempo*, de 14 de setembro de 1918, traz uma tabela comparativa dos preços adotados pelo Rio de Janeiro e o “tabelamento” feito para “resolver” o problema da carestia na Bahia (Quadro 2).

PRODUTOS	BAHIA	RIO DE JANEIRO
Arroz de primeira	<b>1\$200</b>	\$900
Arroz inferior	<b>\$900</b>	\$600
Banha em lata	<b>1\$800</b>	1\$500
Café moído	<b>1\$600</b>	1\$100
Charque (quilo)	<b>2\$700</b>	2\$000
Feijão mulatinho (quilo)	<b>\$500</b>	\$360
Sabão	<b>1\$800</b>	1\$200
Pão	<b>1\$300</b>	\$800

Quadro 2 - Comparação de preços dos gêneros de primeira necessidade – Rio de Janeiro e Bahia, 1918

Fonte: *O Tempo*, 14 set. 1918

<sup>32</sup> Segundo o jornal *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919: “Tinha a finalidade de controlar o abastecimento, tomando medidas para equilibrar exportação e consumo interno, mas nem sempre adotava medidas neste sentido, pelo contrário, por vezes autorizou o aumento bem como a exportação dos gêneros de primeira necessidade, aprofundando a crise social”.

É necessário frisar, mais uma vez, que a grave crise social não era exclusividade ou uma situação isolada do Estado da Bahia, mas um problema que atravessava o Brasil. Dito isso, percebemos, através da análise comparativa entre os preços dos principais gêneros consumidos nos dois estados, Bahia e Rio de Janeiro (Quadro 2), os reais interesses dos poderes públicos e as dificuldades da classe trabalhadora em garantir o seu sustento.

A introdução das mulheres na condição de exército de reserva marcou, profundamente, a sua presença na organização industrial, pela definição de um patamar salarial extremamente baixo, socialmente constituído como suplementar. Esse fato acarretou esforços adicionais para cuidar das necessidades de subsistência, para a família operária que, além de trabalhar nas atividades fabris, atuava no âmbito doméstico produzindo valores de uso para o consumo familiar, para a aquisição dos produtos necessários a uma alimentação condizente com a reprodução da força de trabalho que não estavam ao alcance da classe operária somente através de trabalho “produtivo”, pois os salários, já baixos, ainda passavam por uma série de ajustes, de multas e agiotagens, inerentes ao sistema fabril. “Não devemos esquecer que num mercado especulativo como o de Salvador, há principalmente interesse em lucrar ao máximo e não de oferecer gêneros de substituição mais baratos” (MATTOSO, 1978, p. 300).

A crise de abastecimento, os monopólios, as especulações comerciais (concentração de produtos), os incentivos fiscais circunscritos aos limites da grande lavoura para exportação e a superexploração da classe trabalhadora provocaram, na Primeira República, a eclosão de protestos e manifestações contra as precárias condições de vida.

O fato é que a Bahia agrária foi incapaz de se auto-abastecer. Mais interessante, ainda, é notar que o Brasil, paulatinamente, se transformara em um grande fornecedor de gêneros alimentícios de primeira necessidade para as populações civis e as tropas combatentes das nações da “entente”.<sup>33</sup> Antes mesmo

---

<sup>33</sup> Aliança militar dos Estados imperialistas, formada no princípio do século XX, inicialmente pela Inglaterra e França e posteriormente (1907) pela Rússia. Em 1917, aderiram à Entente os Estados Unidos o Japão e outros países capitalistas. No curso da Primeira Guerra Mundial, em torno da Entente, se agruparam 25 potências. A Entente se formou para a luta contra outro bloco imperialista agressivo - a Tríplice Aliança -, encabeçada pela Alemanha e integrado pela Itália e Áustria-Hungria. (MARXISTS INTERNET ARCHIVE. *Dicionário Político*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/e/entente.htm>>.

da declaração formal de guerra, desde 1916, as exportações passaram a crescer de forma mais acelerada (Tabela 7).

Tabela 7 - Exportações de gêneros de primeira necessidade em toneladas – Brasil, 1914-1918\*

PRODUTO	1914	1915	1916	1917	1918
Arroz	2	2	469	35.828	26.466
Batata	—	—	—	3.311	5.064
Carnes em Conserva	285	77	352	2.262	16.098
Carne Congelada	1	6.670	32.395	62.333	58.043
Charque	6	737	2.270	3.928	4.431
Farinha de Mandioca	4.342	3.890	4.534	16.517	57.669
Feijão	4	276	34.884	90.331	11.886

\* Dados correspondentes aos onze primeiros meses de cada ano do quinquênio. Os algarismos referentes ao ano de 1918 estão sujeitos a retificação.

**Fonte:** Dados da Diretoria de Estatísticas do Ministério da Fazenda. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 20 de fevereiro de 1919.

Vale notar que a considerável expansão das exportações dos gêneros de primeira necessidade deslocou uma parcela considerável da produção que, tradicionalmente, estivera direcionada para o mercado interno, resultando na insuficiência de produtos para a população em geral e no encarecimento dos mesmos.

#### 4.4 O COTIDIANO OPERÁRIO: PÚBLICO E PRIVADO

##### 4.4.1 Ser operária: uma questão de gênero e classe

O modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial em uma sociedade agrário-exportadora correspondeu a um perfil de trabalhador(a) urbano(a) sobre o(a) qual recaiu a forma mais absoluta de exploração do trabalho e de extração de excedente: jornadas estafantes, salários abaixo do nível de sobrevivência, ausência de repouso, férias, marcando uma contínua instabilidade e insegurança do trabalho, principalmente, pela ausência de qualquer tipo de direitos sociais ou previdenciários. As relações sociais de trabalho se situavam em uma dinâmica de imprevisibilidade, de acordo com as “pactuações” feitas nas diversas unidades de produção. Assim, a vigência do *laissez faire* no cotidiano operário

tornou-se algo inerente às relações de trabalho, já que não havia uma legislação “universal” que protegesse os direitos dos trabalhadores que, em regra, podiam ser demitidos a qualquer hora, após anos de serviços prestados, sem nenhum tipo de justificativa, muitas vezes, sem indenização por acidentes de trabalho. Portanto aos(às) trabalhadores(as) não cabiam sonhos, expectativas ou grandes perspectivas de melhoria da qualidade de vida. (FAUSTO, 1977).

No ano de 1919, por intermédio de publicação no *Diário Oficial*, de 26 de abril, o Ministério da Agricultura fez saber da criação de uma “lei de acidentes de trabalho” pela qual os(as) operários(as) vítimas de acidentes deveriam, imediatamente, se ausentar do espaço de trabalho acompanhado de alguém que tivesse presenciado o fato (testemunha) e relatar o ocorrido para a autoridade policial, caso o patrão não o fizesse, competindo ao juiz decidir se cabia ou não indenização e, em caso afirmativo, definir a sua natureza. Ainda que fossem firmados acordos entre vítimas e patrões, esses deveriam ser homologados pelo juiz, cabendo ao Ministério Público prestar assistência jurídica gratuita à vítima. O prazo para recursos, para ambas as partes, em caso de não concordarem com a determinação da justiça, era de dois anos. Num regime de trabalho em que coagir, pressionar e reprimir era a regra, na maioria das vezes, os acordos referentes aos acidentes de trabalho se firmavam sem interferências externas e (quando aconteciam), eram internos, feitos entre patrões e operários(as).

A sucessão de regulamentos referentes a leis trabalhistas era comum: em 1891, houve uma tentativa de esboçar os princípios de uma legislação do trabalho através de um decreto que visava regulamentar o trabalho de menores nas fábricas (jornada de trabalho máxima consecutiva, vinculada ao “sexo”). Esse decreto foi a primeira peça legal a estabelecer determinação diferencial entre os sexos: as meninas eram consideradas menores até os 15 anos, enquanto os meninos, até os 14. Em 1917, foi criado o Departamento Nacional de Trabalho (proposta de Maurício Lacerda) que elaborou um esboço de uma legislação que limitava a jornada de trabalho em oito horas, regulamentava os contratos de aprendizes (definindo 14 anos como idade mínima para admissão nas fábricas) e estabelecia condições para o trabalho feminino, limitando as atividades noturnas e propondo a criação de creches nos locais de trabalho, dentre outras questões.

Para Pena (1961 apud DIAS, 1977), a paulatina intervenção do Estado no domínio do trabalho e da organização das relações entre as classes sociais,



configurou-se uma sistemática ingerência. Em 1919, foram introduzidas indenizações por acidentes de trabalho e, em 1926, a Constituição colocava entre as atribuições do Congresso, legislar sobre o trabalho – Código de Menores e Plano de Licença para as mulheres grávidas, 30 dias antes e 30 dias depois do parto.

As resoluções elaboradas em convenções e conferências (como a de Paris, onde o Brasil foi representado pelo candidato à Presidência e Delegado Eptácio Pessoa)<sup>34</sup> giravam em torno das mesmas questões: direito de associação, abolição do trabalho infantil, igualdade salarial entre os “sexos”, jornada de trabalho de oito horas, etc., assim como o Código Sanitário de 1919 que proibia o trabalho infantil e o noturno para as mulheres.

Como podemos constatar, uma sucessão de decretos e regulamentos sobre as mesmas questões foi criada, o que se refletiu em perda de legitimidade (vigor), interferindo no cumprimento de tais resoluções, que deixavam de ser obedecidas. Essa questão nos leva a pensar se havia, de fato, a real intenção de regulamentar o trabalho infantil e feminino, já que, em todos os momentos, esses estavam associados, constituindo, portanto, faces de um mesmo processo de opressão e exploração, que garantia trabalho barato e, portanto mais rentável. “A relação das mulheres com a produção social era mediatizada por sua fertilidade e por suas funções reprodutivas geracionais”, diz, ainda, Pena (1981, p. 152). A maternidade era tema constante, pois se visava restringir o acesso das mulheres ao trabalho em nome da fecundidade, da vida e dos cuidados maternos: protegia-se, assim, futuros trabalhadores(as), garantia-se o trabalho doméstico não pago, além de assegurar a hierarquia entre os sexos, pois, ao minimizar a concorrência, fixava o “lugar dos homens” no mercado de trabalho. O que importava era garantir a produção e a reprodução da força de trabalho e do capital.

As condições de vida da classe operária, em Salvador, eram de profunda opressão e garantiam apenas a subsistência. A indústria capitalista mecanizada empreendeu a associação da exploração extensiva com a intensiva, através do prolongamento da jornada de trabalho e da produção, sem promover qualquer tipo de alteração do capital investido em maquinaria, edifícios e, muito menos, nos

---

<sup>34</sup> “O Brasil era membro de Organização Internacional do Trabalho desde sua fundação, em 1919 e, como tal, signatário de todas suas convenções e recomendações a respeito do trabalho da mulher; todavia só as vai ratificar em 1935” (PENA apud DIAS, 1977, p. 152).

salários: trabalhava-se muito e ganhava-se muito pouco (sendo o setor têxtil, dentre todos, o que possuía, proporcionalmente, a mais longa jornada de trabalho).

Para piorar a situação, o imediato pós-guerra, além de aprofundar a depressão salarial e a deterioração das condições e relações de trabalho, também se caracterizou pelo encarecimento e especulação dos preços dos aluguéis. E a quem coube o ônus de toda a conjuntura de crise política, social e econômica? Às camadas há muito oprimidas e exploradas, operárias(os) e desempregadas(os), que foram obrigadas a se afastar dos centros urbanos encaminhando-se para bairros cada vez mais distantes. E isso não se deu por força das circunstâncias, mas como resultado dos rumos da administração pública, a serviço dos interesses imobiliários, da ausência de uma política habitacional e pelos altos preços dos aluguéis impostos à população.

Assim, sem alternativa, a população pobre e o operariado passaram a morar em cortiços<sup>35</sup>; operários(as) de diversas categorias, chefes de família (homens ou mulheres) com seus filhos e filhas, socialmente marginalizados(as) que, nos cortiços, tinham uma vida privada sem qualquer comodidade, com péssimas instalações sanitárias, com lixos que se amontoavam aos detritos (e que causavam doenças), em becos escuros e de precária higiene. (CARDOSO, 2004). Era nessas condições que se encontrava uma multidão de crianças negras e mestiças, de pés descalços, maltrapilhas, subnutridas e condenadas às enfermidades. Podemos, dessa forma, concluir que a acomodação da força de trabalho que impulsionou a indústria baiana resultou na transformação de espaços, na maior parte das vezes, distantes, em subúrbios onde se concentravam as(os) operárias(os), em habitações atulhadas de gente.

Ao tomarmos as informações dispostas nas Tabelas 8 e 9, referentes ao senso de 1920, para identificar o estado civil da população baiana e soteropolitana, segundo o “sexo”, ampliamos a nossa lente de análise para visualizar os papéis e as relações operárias no âmbito da família. Logo percebemos que a maior parte dos extratos populacionais era formada por solteiras e solteiros, o que não significa dizer que estamos, necessariamente, nos referindo a indivíduos isolados, sem família e filhos para sustentar; pelo contrário, aí estão homens e, principalmente, mulheres

---

<sup>35</sup> Habitação coletiva, formada por pequenos cômodos (fechados), mal iluminados, conforme descreveu o jornalista João Varella, no Diário da Bahia, em tom jocoso; “cortiços nojentos, verdadeiras antecâmaras ou cemitérios [...] cômodos mal arejados e apertados”.

“separadas”, abandonadas pelos respectivos “companheiros” e com responsabilidades domésticas a cumprir, sem falar nas uniões estáveis ou informais (prática das camadas populares).

Tabela 8 – Estrutura populacional segundo sexo e estado civil – Salvador, 1920

ESTADO CIVIL	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Solteiros	106.406	80,6	117.387	77,6	<b>223.793</b>
Casados	22.101	16,7	21.929	14,5	<b>44.030</b>
Viúvos	3.185	2,4	11.592	7,7	<b>14.777</b>
Estado Civil Incomum	436	0,3	386	0,2	<b>822</b>
<b>TOTAL</b>	<b>132.128</b>	<b>100,0</b>	<b>151.294</b>	<b>100,0</b>	<b>283.422</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1926. v. 4, 1ª parte.

Tabela 9 – Estrutura populacional segundo sexo e estado civil – Bahia, 1920

ESTADO CIVIL	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Solteiros	1.268.854	77,1	1.265.597	74,9	<b>2.534.451</b>
Casados	335.961	20,4	329.597	19,5	<b>664.997</b>
Viúvos	37.940	2,3	90.755	5,4	<b>128.695</b>
Estado Civil Incomum	3.349	0,2	2.973	0,2	<b>332</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.646.104</b>	<b>100,0</b>	<b>1.688.361</b>	<b>100,0</b>	<b>3.334.465</b>

**Fonte:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil:** realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1926. v. 4, 1ª parte.

Em relação aos casados, a diferença entre mulheres e homens era mínima, no Estado da Bahia, assim como em Salvador. A situação de viuvez era maior entre as mulheres, o que dialoga com a análise anteriormente feita, relativa ao movimento demográfico vegetativo: ao passo em que ascendia o número de mulheres (por nascimento e preservação da vida), no conjunto da população, aumentava a mortalidade masculina.

Já em relação ao estado civil identificado pelo censo como *incomum* ou *relações fora do padrão* (união civil), o índice era ínfimo, 0,2%, entre as mulheres, e 0,3%, entre os homens, o que não traduz a real situação conjugal das camadas populares (essencialmente pobres) com reais dificuldades de garantir a sobrevivência, quiçá de cobrir os gastos com casamentos, visto que “as uniões

consensuais eram bastante comuns, senão a regra entre os segmentos estudados” (SARDENBERG et al., 2002).

As uniões tradicionais passavam longe das aspirações populares (por razões de ordem institucional e econômica), dada a debilidade das experiências de vida, o encarecimento dos gêneros necessários à alimentação, roupas e transporte, assim como de moradia. Por outro lado, esse dado nos revela o receio em assumir, publicamente, uma condição ou estado conjugal, possivelmente diante da hegemonia e da internalização dos valores cristãos.

Grande era a responsabilidade das(os) chefes de família em virtude da situação de extrema exploração, pobreza e privação de meios de consumo, de bem-estar, de direitos à liberdade e à esperança. As condições objetivas colocavam as(os) operárias(os) frente a uma questão essencial à preservação da vida: os baixos salários, uma realidade encontrada nas indústrias e em toda parte, mas que nem por isso era encarada como uma consequência “natural” do universo fabril e dos dilemas provenientes das necessidades de se alimentar, ainda que pouco e mal, ou de morar num cortiço. (HALL; PINHEIRO, 1981).

Segundo o jornal *O Tempo*, de 8 de outubro de 1918, o Coronel Baptista Machado encaminhara ao Conselho Municipal um projeto para a construção de uma “avenida proletária” nos Mares, na qual cada casa deveria ser alugada com água e luz por, no máximo, 40 mil réis por mês, ficando pendente a aprovação.

No mês que antecedeu a greve geral de junho de 1919, os sindicatos e o Centro Operário da Bahia através de uma articulação com advogados e pessoas influentes, como Cosme de Farias e Philemon de Souza (relator dos estatutos e iniciador da entidade), começaram uma campanha de divulgação sobre a fundação de uma “cooperativa operária”, uma sociedade anônima que deveria ter por finalidade, praticar, entre os seus sócios, o cooperativismo de consumo de produção e de crédito, garantir acesso a gêneros de primeira necessidade, a preços mais baixos e exercer o controle sobre qualidade, peso e medida das mercadorias, proporcionando habitação (subvencionada pelo Estado), além de assegurar aos associados assistência, instrução e defesa social e propugnar por uma melhor produção e distribuição da riqueza (A HORA, 8 jul. 1919).

Mesmo não alcançando tais objetivos, já que o projeto de subvenção estadual para a entidade foi engavetado na Câmara dos Deputados, de finais de julho de 1919 até maio de 1925, sendo definitivamente rejeitado, nesse ano, a

sociedade, cuja propaganda defendia “princípios socialistas não revolucionários” na defesa do cooperativismo<sup>36</sup>, empreendeu ações no sentido de garantir melhorias da qualidade de vida do(a) trabalhador(a).

O *Diário da Bahia*, de 5 de junho de 1919, no ápice da greve, salientava a necessidade de políticas de habitação para o operariado baiano que, diante dessa situação, se via obrigado a diminuir os produtos de sua feira, já que o aluguel de um local para morar, que não passava de um cortiço, mal arejado e apertado e em ruas distantes, absorvia os seus limitados ganhos, tornando a vida do(a) trabalhador(a) bastante difícil e dispendiosa devido à necessidade de utilizar para locomoção os transportes urbanos (bondes), caros e em péssimas condições de manutenção.

Esses salários recebidos pelos(as) operários(as), que mal davam para garantir a sua sobrevivência – alimentação, transporte, moradia, etc. – podiam ser pagos por empreitada ou por diária. Na empreitada, se contratava o resultado, o fruto do trabalho, o que pressupunha a fabricação de peças padronizadas, geralmente, durante uma semana e, nesse caso, os salários, dentro de certos limites, poderiam ser alterados, conforme a produção individual.

Na “Companhia Empório Industrial do Norte”, assim como em outras companhias, o valor da empreitada variava conforme a qualidade do produto (tecido) e o “sexo” do trabalhador: em 1918, a mão-de-obra masculina valia mais que o dobro da feminina. Assim, as empreitadas, segundo *O Tempo*, de 29 de julho de 1919, eram de 5\$200 rs. a peça de pano de 120 metros, de qualidade superior, existindo outras de 2\$, de 3\$ ou 4\$, com o mesmo número de metros, gastando a(o) operária(o) cinco dias para fabricá-la em um tear. Já as diárias eram executadas por operários(as) menos qualificados(as) (mão-de-obra menos especializada), através de tarefas fixas<sup>37</sup>.

A intensificação do trabalho fabril e os baixos salários, associados ao problema da produtividade, resultaram na máxima de que a mecanização das fábricas e um sistema rígido de vigilância com disciplina atrelados a mecanismos de “incentivos” materiais, como o uso do sistema de “prêmios” para os trabalhadores(as) mais produtivos(as), e a violência (coação) no espaço de trabalho seria o caminho mais viável para alcançar resultados positivos.

---

<sup>36</sup> BAHIA. Seção Legislativa, Câmara dos Deputados. **Livro 195**. (apud CASTELLUCCI, 2001, p. 57).

<sup>37</sup> Sobre esse tema ver: FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: DIFEL, 1977.

No interior da grande indústria, para o controle e o pleno exercício do poder, havia uma diferenciação de funções, ou seja, uma nítida hierarquia social. Tomando por base os Estatutos da “Companhia Empório Industrial do Norte”, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, de 11 de julho de 1921, com referência à disposição do corpo administrativo, no topo, estava a direção, eleita por Assembléia Geral, que poderia ser auxiliada por um administrador com competência técnica ou de reconhecida prática das indústrias de fiação e tecelagem, nomeado pela Diretoria, de acordo com o Conselho Fiscal, competindo à mesma, gerir as ações necessárias para o bom andamento dos negócios, consultando, quando necessário, o Conselho Fiscal, além de nomear, suspender e demitir empregados.

O Conselho Fiscal tinha atribuições marcadas pelas leis que regiam as sociedades anônimas (SA), compondo-se de três acionistas eleitos e reelegíveis por Assembléia Geral<sup>38</sup>, anualmente, competindo-lhes reunir-se com a diretoria ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, por convite daquela ou quando achasse oportuno. A mesa era constituída por um presidente e dois secretários eleitos anualmente. Os acionistas menores ou interditos eram representados por seus pais, tutores ou curadores; as mulheres casadas, por seus maridos, excetuando-se as que tivessem livre administração de seus bens ou fossem divorciadas por sentença.

O Código Civil de 1916, no que se refere aos direitos femininos, representou o reconhecimento e legitimação dos privilégios masculinos; aqueles direitos de fato consistiam na organização coercitiva da dominação do homem na família e na sociedade. Através dele regulou-se e limitou-se o acesso das mulheres ao trabalho e a propriedade. (PENA, 1981, p. 146).

Já à Assembléia Geral, competia eleger, anualmente, a Diretoria, o Conselho Fiscal, suplentes, a Mesa e decidir sobre os destinos da Companhia. Como instância intermediária e atuando diretamente nas fábricas, o gerente, e, na base, o mestre e o contramestre, expressões máximas da pedagogia vigente, responsáveis diretos pela disciplina em geral e, principalmente, pela violência contra a criança e pela dupla opressão/exploração da mulher, como trabalhadora e objeto sexual, construída a partir das relações patriarcais de família.

---

<sup>38</sup> A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas habilitados, em número legal e regularmente convocada.

Não era à toa que se multiplicavam críticas ao comportamento de mestres e contramestres, origens das grandes explosões coletivas em unidades têxteis: “[...] os trabalhadores das fábricas Aliança e Cruzeiro deflagraram a primeira greve têxtil da capital da República (agosto de 1903) porque uma operária ao voltar da maternidade foi despedida pelo mestre com quem tivera um filho” (FAUSTO, 1977, p. 115). Além de receberem baixos salários e trabalharem em unidades de produção insalubres, mal iluminadas e com poucas condições de higiene, os(as) operários(as) ainda eram vítimas de abusos, em todos os sentidos, por parte da fiscalização dos mestres e contramestres que se utilizavam, por vezes, de sua posição de superioridade para distribuir multas e coagi-los(las).

*A Voz do Trabalhador* traz, em matéria de capa intitulada “Na fronteira da fome...”, de 5 de março de 1921, um artigo sobre o trabalho da mulher na fábrica, identificando-o como o mais explorado e definhador, exemplificando com o trabalho nas manufaturas de roupas:

Não há quem desconheça o que se chama, em gíria de costureiras – costuras de carregação. Pois bem: pagam os senhores proprietários de manufaturas de roupas feitas a uma pobre mulher, a insignificância quantia de 200 rs. Por uma calça pronta caseada e com botões. É preciso que uma mulher seja forte e ligeira, para trabalhando das 6 horas da manhã as 6 da tarde, costurar 8 calças ganhando deste modo, 1\$600 dos quais há ainda a descontar, as despesas de linhas agulhas e carreto.

Outro registro feito por essa mesma edição do jornal refere a exploração do trabalho nas camisarias e os baixos vencimentos para a confecção de mangas, peitilhos, punhos, presilhas, palas, bainhas e botões a serem pregados nas camisas, sem contar que, para todos esses trabalhos, as costureiras forneciam linha, além de existirem camisarias que descontavam um percentual, cerca de 300rs, por cada agulha quebrada, tendo as operárias que se sujeitar a tal situação em troca da garantia do mínimo para a sua subsistência, pois as que se negassem a tal sujeição não conseguiriam uma colocação. “O trabalho da mulher, nesta boa terra, é sempre mais explorado que o do homem, embora em igualdade de produção”, diz o jornal. Ainda no mesmo artigo, denunciava-se o assédio sofrido pelas mulheres nas unidades fabris, onde os proprietários, no âmbito das relações sociais desiguais de

poder entre os “sexos” e na vigência do exercício da dominação pelo superior hierárquico, são acusados de assédio sexual nos ambientes de trabalho.

Construiu-se, dessa forma, uma representação da fábrica como um espaço propício à “serpe da sedução” e pouco adequado à presença feminina (ingênua por natureza), por comprometer a sua honra. Daí a necessidade de afastá-la deste ambiente imoral, promíscuo, em que campeava, impunemente, a prostituição.

As denúncias publicadas pela imprensa operária sobre a exploração do trabalho das mulheres partiam sempre do “problema moral da sexualidade” e dos “obstáculos à realização da maternidade” e, nessas denúncias, elas apareciam como frágeis e indefesas e o espaço de trabalho como algo que colocava em risco a sua integridade física, sendo a fábrica a antítese do lar. Mais do que defender a honra feminina e preservá-la, com essas justificativas, buscou-se tirá-la da produção, com a intenção de defender o espaço masculino e valorizar a sua força de trabalho.

Era evidente a identificação da dupla função social da mulher, mãe e trabalhadora, como a responsável pela manutenção da casa e pela alimentação dos(as) filhos(as), no espaço doméstico, que ocorreu a partir da apropriação, no universo público, da sua condição, no espaço privado, de “segundo sexo”, legitimando a superexploração de seu trabalho (tido como menos qualificado), a usurpação de sua sexualidade e o aviltamento de sua dignidade pelo sistema patriarcal capitalista. Esse deslocamento feminino, aparentemente amigável e sem grandes conflitos, se deu a partir da lógica do capital; entretanto, os trabalhadores do sexo masculino trataram de defender os seus interesses. Assim como era interesse do capitalista comprar a força de trabalho pelo menor preço possível, cabia àquele que vendia se proteger de todas as formas e, com a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, os homens trataram de utilizar um conjunto de artifícios, do discurso à prática, para afastá-la da produção.

Na Fábrica da Boa Viagem, a administração de Otto Bittencourt era alvo de graves acusações por maus-tratos, por espoliação dos direitos e usurpação de parte dos já minguados salários dos(as) operários(as) que eram obrigados(as) a suportar calados(as) a exploração e opressão a que eram submetidos(as). O controle sobre a organização do trabalho, realizado por meio de iniciativas que buscavam impedir a formação de laços de solidariedade entre os(as)



trabalhadores(as), cabia aos fiscais das fábricas que, assim, buscavam assegurar eficiência e altos rendimentos. Com esse objetivo, o diretor dessa fábrica estabelecia relações “de confiança”, melhor dizendo, uma cooptação, para que alguns operários(as) servissem aos seus interesses, reforçando a pedagogia do opressor na distribuição de multas e extorsões, por vezes “denunciadas” pela imprensa operária, como *O Germinal*, de 19 de março de 1920, que compara as relações de trabalho impostas aos(as) tecelões(ãs) e fiadores(as) a uma verdadeira “casa de escravatura”.

Submetidos, de geração para geração, ao despotismo patronal, exaurindo-se num trabalho que quando não mutila e mata, nos acidentes a cada semana registrados, faz avultar o obituário pela tuberculose, se é que viviam os milhares e milhares de criaturas que mourejavam nas fábricas de tecidos da Bahia, mulheres e crianças, em sua maior parte, acorrentados as mais odiosas das escravidões, recebendo o estritamente necessário para não morrerem a fome, enquanto os seus senhores acumulavam, sem esforço, rápidas e vultosas fortunas.

O periódico *O Tempo*, que se intitulava “o legítimo órgão das classes populares”, “defensor da causa operária”, também destacou, em matéria, as condições de vida a que estava submetido o operariado, os milhares de trabalhadores que viviam à mercê de uma exploração sem limites, a trocar o produto de seu trabalho por um salário aquém das suas necessidades básicas, além de viver em apavorante expectativa no que concerne aos meios de subsistência da família e ao aumento crescente e assustador dos gêneros de primeira necessidade, com tendências a maiores altas, sendo a classe operária a principal atingida, pela falta de recursos para fazer face à carestia de todos os gêneros de alimentação. Em “campanha redentora pelo operariado” *O Tempo*, foi à “Companhia Empório Industrial do Norte” apurar como se encontravam as condições de trabalho. Ali chegando encontrou por volta de 2.000 pessoas de ambos os “sexos”, na maior parte feminino, e inúmeras queixas, principalmente, contra a agiotagem que pairava sobre as relações de trabalho e que acentuava o grau de miserabilidade e dependência do trabalhador(a) e em 29 de julho de 1918 denunciava.

Os agiotas, que são os empregados titulados, adiantavam pequenas quantias aos operários, mediante o lucro de 20% por semana, verdadeiro assalto a bolsa daqueles infelizes. Cumpre notar que se

por qualquer motivo, o operário não pode indenizar a quantia ao sugador do seu suor, é a importância imediatamente descontada a boca do cofre, a fim de forçá-lo a contrair novo empréstimo na semana seguinte.

As(os) operárias(os) da Companhia trabalhavam dez horas, diariamente, começando o serviço às seis e meia da manhã e terminando às cinco e meia da tarde, dispondo de apenas uma hora para almoço; eram considerados empreiteiros, recebendo pelo que faziam durante a semana, que nunca excedia a importância de 12 e 15\$, para os homens, e 5, 6 e 7\$, para as mulheres, e dessa quantia ainda era descontada a importância de 5\$ por semana, para o pagamento do aluguel da casa, além da importância relativa às multas que lhes eram impostas.

Dessa sorte, muitas vezes as(os) operárias(os) trabalhavam durante seis dias para, no fim da semana, se retirarem da fábrica de mãos vazias, conforme *O Tempo*, de 29 de julho de 1918, e continuarem sujeitos às multas, sem falar das extorsões impostas pelo escriturário Alfredo Figueiredo, que se aproveitava da situação de desespero por eles vivenciada, decorrente do desejo de satisfazer suas necessidades inadiáveis (alimentação, moradia, etc.) e do prestígio da posição que ocupava na hierarquia da empresa para usurpar-lhes o pouco que lhes restava dos poucos salários e, ainda, coagi-los para que negassem as acusações.

Para a efetivação do esquema de agiotagem, Alfredo Figueiredo, que tinha uma vida confortável e recebia pelos seus serviços a quantia de 400\$000, contava com o auxílio de seu filho, também funcionário da companhia. Juntos, faziam as folhas das(os) operárias(os) e as vias, uma para eles e a outra para a Companhia. Na folha encaminhada ao escritório, Alfredo colocava como presentes as(os) operárias(os) faltosas(os), vigorando, para efeito do pagamento aos operários, a folha que estava em seu poder. Um importante registro precisa ser feito haja vista que, segundo *O Tempo*, de 30 de julho de 1918, as extorsões não eram estranhas aos diretores da “Companhia Empório Industrial do Norte” que nenhuma providência tomaram no sentido de atenuar tal exploração.

Como resultado direto da carestia, a fome era uma dura realidade a ser enfrentada pelas famílias dos(as) operários(as), que viviam mal alimentados(as), com os(as) filhos(as), por vezes, em estado de completa nudez, pés descalços e doentes e, para piorar essa situação de penúria, em que tudo lhes faltava, de comida a moradia, ainda se viam tomadas(os) pelo terror perpetrado no espaço de

trabalho pelos regulamentos internos impostos pelos patrões, alheios à própria sorte, onde a “liberdade” se constituía na possibilidade de escolher entre morrer de fome ou trabalhar vendendo a sua força de trabalho e, ainda assim, morrer de fome ou de tuberculose pelo excesso de trabalho fatigante.

Nessa conjuntura totalmente adversa que atingia, sobretudo, a população marginalizada, a administração pública era acusada, pelos jornais de oposição, de omissão frente à causa do operariado, que havia muito se arrastava, e como incapaz de solucionar os problemas que atingiam o cotidiano da classe trabalhadora, principalmente, no que se referia às condições de moradia e à ausência de um projeto habitacional barato e confortável como no Diário da Bahia, de 4 de junho de 1919. Outra questão levantada por esse mesmo jornal, no dia 5 de junho de 1919, diz respeito aos surtos de moléstias, como a tuberculose, que se propagavam facilmente nas fábricas, cortiços, nos centros de população densa em que estava concentrada a maior parte do operariado e onde os serviços sanitários e higiênicos não correspondiam às necessidades de prevenção da disseminação de doenças.

Diante do cotidiano das(os) operárias(os) que residiam nas vilas operárias e tendo como finalidade analisar a dinâmica das relações sociais de gênero nas esferas de produção e reprodução (público e privado), chama-se a atenção para a estrutura de organização das Vilas Operárias, da União Fabril da Bahia, focando, em virtude do volume de informações encontradas, na análise da estrutura de organização da vida privada dos(as) operários(as) da “Companhia Empório Industrial do Norte”.

#### **4.4.2 As Vilas Operárias**

Tal como a “Companhia Empório Industrial do Norte”, a Progresso Industrial da Bahia e a União Fabril (composta por seis fábricas), conhecidas pelo “serviço de amparo e proteção”, também operaram o sistema fábrica-vila, sob a égide do paternalismo industrial, com uma estrutura de moradia para os(as) seus(suas) operários(as) na denominada “vila higiênica” e “racionalizada”. A construção dessas vilas insere-se no processo de industrialização, constituindo uma etapa de formação do operariado, uma iniciativa que visava a fixação da mão-de-obra no espaço de trabalho. De acordo com Palmira Petratti Teixeira: “Isso

significava dizer que o controle da moradia era um passo a mais em direção ao controle eficiente da mão-de-obra” (TEIXEIRA, 1990, p. 74).

Para o Diário Oficial do Estado da Bahia, essa ação empreendedora de construção de vilas para os trabalhadores caracterizava uma iniciativa filantrópica, pois não tinha como objetivo a obtenção de lucros. Entretanto, o conjunto das informações analisadas nos orienta por outro caminho, como podemos identificar na Vila Operária de Luiz Tarquínio.

A fábrica da Boa Viagem, juntamente com a Vila Operária, constituía o que o seu idealizador chamava de “A Cidade Trabalho”, o que, de antemão, nos leva a refletir sobre os objetivos de aprisionamento dos(as) trabalhadores(as) no cotidiano da produção fabril e do controle da reprodução no lar. O capitalista, ao forjar um regime em que delimita, em um mesmo espaço, os dois universos, o trabalho fabril e doméstico (família), exerce um intensivo controle sobre as condições de produção de bens e, essencialmente, de produção de seres humanos, com mecanismos de fiscalização em todos os momentos da vida social, já que o trabalho doméstico (criador de valor de uso) está no cerne da opressão e o casamento se constitui em um mecanismo formal através do qual os serviços são prestados gratuitamente e crianças são geradas, alimentadas e “educadas” para servirem ao capital.

“A construção das vilas operárias urbanas insere-se nos quadros de mudança de estratégia patronal em relação à disciplina do operariado. Passa-se então para um projeto racional de moldagem do novo trabalhador”, estabelecendo de forma sutil um “código de conduta” que necessita ser cumprido e que extrapola os limites da fábrica alcançando a intimidade da família e do lazer dos(as) trabalhadores(as). (TEIXEIRA, 1990, p. 74).

A Vila Operária idealizada por Luiz Tarquínio, que foi inaugurada em 1892, tinha como meta estabelecer uma relação harmoniosa entre os interesses do capital, em contrapartida à exploração da classe trabalhadora. Segundo foi noticiado pela imprensa, no período, foi projetada sob inspiração das *tenement-houses* inglesas (pelo menos, em relação à disposição física dos edifícios), contando com uma organização social própria às particularidades geográficas, socioeconômicas e culturais do operariado fabril têxtil baiano. Foi considerada, no período, por políticos e imprensa, pela sua importância social, como política habitacional popular, visto que “em meio à condição urbana brasileira, os pobres ocupavam bairros

normalmente quentes, úmidos e sujos e fétidos, focos de inúmeras doenças”, e assim, a vila, “entendida como grupo de famílias vivendo juntas sob a administração verdadeiramente paternal” (STEIN, 1979, p. 69) representava uma possibilidade de “socialização” e “integração” das esferas, pública e privada, além de ser um dispositivo estratégico de fiscalização e moralização dos(as) trabalhadores(as), por parte do patronato, como podemos identificar pelas descrições e pela análise a seguir apresentada.

Para atingir o bom funcionamento das fábricas têxteis, assegurar a disciplina, inibir a indolência e, sobretudo, exercer um intensivo e ostensivo controle moral e reprodutivo, ou seja, atender aos interesses dos industriais, criou-se um sistema de serviços sociais destinados a assistir à(ao) operária(o) desde o nascimento – como força de trabalho futura, já que essa estrutura foi projetada para formar, dentro dos padrões impostos, operárias(os) aptas(os) às necessidades de produção e reprodução do capital e da força de trabalho – até a morte.

O Conjunto Industrial da Boa Viagem continha a Vila, com 258 casas residenciais de três tipos, com dois pavimentos e jardins, contando, nas proximidades, com açougue, gabinete médico – sob a direção de Adriano dos Reis Gordilho –, farmácia, edifícios para lojas, armazém de abastecimento, salão de esportes, além de fornecimento “gratuito” de água e iluminação elétrica, inicialmente, por meio de um motor instalado na própria Vila e que, no início do século XX, passou a ser feito com regularidade pela bateria de acumuladores anexa ao grupo diesel elétrico.<sup>39</sup> A vila era cercada por portões, no intuito de promover uma *pseudo-segurança* e comodidade, com policiamento interno, assistência médico-hospitalar, dentária e pedagógica, práticas de esporte e lazer.

Segundo matéria feita pelo jornal *A Tarde*, em julho de 1923, a Companhia concedia às(aos) suas(seus) operárias(os) uma gratificação de 10% sobre os dividendos distribuídos com os acionistas, da qual retirava uma quota (parte) destinada à Caixa de Pensão dos trabalhadores, a fim de socorrer aqueles que se invalidassem por velhice ou por moléstias adquiridas no decurso do trabalho.

No centro da Vila, existia um espaço de “socialização e lazer”, uma praça arborizada (onde, em 1898, foi colocada a estátua de Luiz Tarquínio) com dois

---

<sup>39</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. Relatório da Direção: parecer do Conselho Fiscal apresentado aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 2 de abril de 1918, p. 7.

coretos, nos quais, aos domingos, se apresentavam filarmônicas compostas de operários da fábrica e a banda da polícia.

Para as(os) operárias(os) morarem nas casas da vila, pagavam, durante os primeiros cinco anos de trabalho, um aluguel mensal; passado esse tempo, se julgados eficientes, eles poderiam ser dispensados do pagamento de aluguel e, ao completarem 10 anos, recebiam uma casa fora da Vila (SAMPAIO, 1975). Em relação ao pagamento das casas na vila operária, o aluguel representava um grau percentual sobre os ganhos do trabalhador(a). Não era, portanto, uma moradia gratuita ou módica como se tentou difundir no meio político e em alguns órgãos da imprensa. Em 1918, o aluguel semanal correspondia a quase cinco dias da empreitada de um trabalhador adulto do sexo masculino. (FONTES, 1982, p. 55).

O assistencialismo social assentado na formação operária e na organização produtiva foi o objetivo do industrial Luiz Tarquínio, com a criação da Vila Operária, fonte indireta de lucros e de massificação ideológica. Percebemos o seu peso social, no Relatório da Companhia, de abril de 1897, no qual são feitas referências a uma comparação das faltas dos(as) operários(as) que moravam na vila em relação às faltas daqueles que habitavam fora ou eram de outras fábricas, registrando-se um percentual ínfimo de faltosos na Boa Viagem, que não chegou a 1%, em relação às outras fábricas, que atingiam uma média superior a 15%. “A fábrica da Boa Viagem possui, hoje, 490 teares e para cada tear parado o prejuízo real é de três mil reis diários: 15% de faltosos representam 150 contos anuais”.<sup>40</sup> O Relatório de 1897. O de 1899 caracteriza o perfil de operário(a) que se pretendia formar para que o trabalho fosse produtivo: “é preciso que o operário tenha tranqüilidade de espírito e vigor físico”. Com esse intuito teria que ser oferecido conforto, criando condições para que esses produzissem mais e melhor (apud SAMPAIO, 1975, p. 148).

Os “benefícios” fornecidos pela Companhia (alimentação, vestuário, lazer, etc.), que não compensavam os baixos salários, procuravam despertar sentimentos de lealdade em relação aos patrões, como instrumentos de controle (HALL; PINHEIRO, 1981, p. 139), na produção e reprodução social. Assim, a justiça social tão clamada por Luiz Tarquínio era expressão dos interesses de uma ascendente burguesia que defendia a adoção de medidas que elevassem o “nível do

---

<sup>40</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. *Relatório*. 1897.

trabalhador”, o seu consumo, eficiência e produtividade e que garantisse o crescimento econômico.

A Escola Rui Barbosa, considerada uma das mais importantes realizações, ocupava o maior edifício da vila e, nela, os(as) filhos(as) dos(as) operários(as) recebiam uma “educação elementar formal”, visando a formação do(a) futuro(a) operário(a): aprendiam artes – música, dança, teatro, desenho, pintura – e línguas estrangeiras, devendo ser enquadrados(as) em um modelo de comportamento socialmente difundido e identificado como do(a) trabalhador(a) padrão: sempre disposto(a), obediente, disciplinado(a) e resignado(a), atendendo aos interesses patronais de renovação da força de trabalho e à manutenção das assimetrias nas relações entre os “sexos.”

A educação na Escola ficava sob a responsabilidade de professoras formadas pela Escola Normal, da Escócia e EUA, tendo como diretora geral Anna Cheney, que também havia dirigido o *Hampton Institute*. A importância dada ao aprendizado das crianças era medida pela importação de profissionais de outros países, evidenciando a desvalorização do profissional em educação do Estado da Bahia. Outra constatação feita, que reforça essa posição, refere-se aos salários dos professores: o relatório destaca a superioridade dos salários pagos aos professores da Escola Rui Barbosa em relação aos valores recebidos pelos(as) professores(as) estaduais. Na vila, as escolas primárias tinham uma frequência média de 200 alunos e a escola de música, de 50 pessoas.<sup>41</sup>

Na vila operária, a educação também era uma valiosa ferramenta do processo de formação humana e profissional, essencial para a contenção dos conflitos inerentes à relação capital-trabalho e, sobretudo, para garantir a manutenção da “ordem” econômica e social, seja no trabalho na fábrica seja na família, na medida em que se procurava racionalizar a produção, exigindo-se uma mão-de-obra que fosse bem treinada, mentalmente disciplinada e adequada aos papéis sociais: a mulher como esposa, mãe (reprodutora) e operária, sendo o fruto de seu trabalho, o salário, socialmente identificado como suplementar à renda familiar; e o homem como o chefe da família, o provedor.

Além da unidade de ensino e da biblioteca, havia uma creche para os filhos das operárias que, segundo consta no Relatório, não havia entrado em

---

<sup>41</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. Relatório. *Diário de Notícias*, 1904. (apud SAMPAIO, 1975, p. 109).

funcionamento até o ano de 1899, devido às mães operárias preferirem deixar seus filhos(as) sob o cuidado dos parentes.

Mesmo as mulheres exercendo uma dupla jornada de trabalho, a responsabilidade dos cuidados e da educação das crianças continuava a ser das mães, recaindo sobre essas o peso da ausência no lar, daí a resistência em permitir que estranhos assumissem um papel que a sociedade lhes imputava. As mulheres, portanto, continuavam sendo consideradas baluartes, guardiãs da moral social, o que podia ser evidenciado no regime específico destinado às operárias grávidas, que recebiam salários integrais, ficando sem trabalhar durante 15 dias antes e 30 depois do parto. (DUMÊT, 1999, p. 81). Com tal política assistencial, mais do que garantir o bem-estar social da mulher, com as futuras gerações de trabalhadores(as) incorporados(as) ao processo desde a idade infantil buscava-se assegurar o controle reprodutivo e a renovação da força de trabalho.

Os habitantes da Vila Operária<sup>42</sup> obedeciam a um rígido regulamento que, segundo o engenheiro da “Companhia Empório Industrial do Norte”, José Simão da Costa<sup>43</sup>, tinha como finalidade “transformar em massa uniformemente obediente e passiva uma classe refratária por índole e por hábito, à ordem e ao asseio” (apud SAMPAIO 1975, p. 89) e para garantir a sua aplicação havia um corpo de polícia permanente.

“Os regulamentos internos de fábrica” que “definem modalidades do exercício do poder e traduzem a tentativa de universalização da racionalidade burguesa” eram, por princípio, um mecanismo de controle social exercido através de ações moralizadoras e disciplinares, uma espécie de adestramento dos dominados, a determinar comportamentos e regular o cotidiano de mulheres e homens, o que viabilizava maior produtividade e uma considerável extração de rendimentos, sem mexer nos condicionantes e estereótipos das relações entre os “sexos.” Como espaços próximos circundavam a moradia/trabalho doméstico, o trabalho extraluar e o lazer, essa dinâmica social de isolamento operário confundia, aparentemente, os espaços público e privado ficando, assim, mais fácil estabelecer mecanismos de padronização de comportamento sem, no entanto, mexer nos condicionantes das relações de gênero, em uma perspectiva de tornar as(os) operárias(os) presas

---

<sup>42</sup> Os Relatórios da Companhia Empório Industrial do Norte indicam um total de 800 moradores em 1896, aumentados para 1500 em 1899. (Cf. SAMPAIO, 1975).

<sup>43</sup> COSTA, José Simão da. A Fábrica de Luis Tarquínio. In: **Cidade do Bem-Estar da Vila operária**, 1899.



fáceis aos desmandos patronais. As concessões em forma de beneficência patronal como os abonos, as festas, os prêmios, etc. reforçam os laços de afetividade, trazendo ao trabalhador a idéia de que ambos – patrão e operário – pertencem a uma grande família.

O controle sobre o tempo invade os corações e mentes dos trabalhadores(as) e as instâncias de poder. As incessantes tecnologias de disciplinamento penetravam no inconsciente coletivo, desde o interior do espaço de produção até o percurso de volta para casa, influenciando e controlando a vida do(a) trabalhador(a) fazendo-se presente em todos os momentos. “O projeto de integração do proletariado e de suas famílias [...], da domesticação literal, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização; mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica e fora dela” (RAGO, 1985, p. 12).

As casas da Vila Operária eram agrupadas em oito blocos e os portões eram fechados pela polícia interna, às 21 horas, sendo estabelecidas restrições de acesso em horários inapropriados aos moradores assim como a presença de estranhos, que deveria ser previamente autorizada. Inspeções eram feitas aos sábados, devendo os moradores zelar pela higiene, moral e pelos bons costumes.

Visando a eficácia desses instrumentos de coação, nos primeiros anos da Vila Operária, foram criados o jornal *O Operário* e, em 1899, a revista dominical *Cidade do Bem*, direcionados aos operários e reunidos, por Luiz Tarquínio, numa publicação intitulada: “Preceitos Morais e Cívicos”, de 1901. Nos artigos do jornal, o trabalho era exaltado e considerado como único meio de alcançar a dignidade, a salvação humana e a conservação da família. Dessa forma, era estimulada e defendida a importância do trabalho, mais barato e mais adequado às ferramentas de trabalho, sobretudo, das mulheres, socialmente passivas e subordinadas:

Horrorizam-se diante da idéia de que suas filhas vão trabalhar em uma fábrica, mas não se lembram de que a maior garantia para a honra da mulher esta na sua independência, na ausência de privações, e que aquela que trabalha em uma fábrica, que ganha por si mesma os meios de subsistência, está mais garantida sobre os botes da sedução, contra os ataques da perversidade, do que a agregada, a necessitada e a protegida<sup>44</sup> (TARQUINIO apud DUMÊT, 1999, p. 128).

---

<sup>44</sup> TARQUINIO, Luis. **Preceitos Moraes e Cívicos**. Bahia, 1901.

A preguiça foi representada como: “uma mulher vestida de teia de aranha, andando, e apoiada ao braço da fome, tendo por séqüito as misérias” (TARQUÍNIO, apud DUMÊT, 1999, p. 128). Condenava-se, também, todos os comportamentos tidos como desagregadores da ordem social produtiva – tagarelice, vadiagem, embriaguez, mexericos, maledicência e orgulho – exaltando-se o patriotismo, em uma tentativa de negar o sentido conflitual da ação operária e de dissolver os laços que os unem no cotidiano familiar e no processo de trabalho.

A imagem paternalista presente no sistema fábrica-vila construído pelos industriais, na dimensão ideológica, visava confundir a autoridade patronal do pai, para assegurar a integração do trabalhador(a) ao aparato produtivo, resgatando a imagem da família, ao pensar na fábrica como uma extensão do lar, negando-se a existência do conflito capital/trabalho, legitimando e restringindo os papéis sociais entre os “sexos” nos limites da esfera de produção (público) e reprodução (privado), e sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre as pessoas, uma verdadeira irmandade.

A forte presença do discurso pedagógico dos industriais restringiu as formas de expressão e interferiu nos rumos da formação da classe operária<sup>45</sup>. Não foi por acaso que a primeira greve na Fábrica da Boa Viagem só veio a acontecer em 1907, após a morte do industrial Luiz Tarquínio. (RUBIM; RUBIM, 1982, p. 26). A greve contou com a presença de grande parte das(os) operárias(os) da fábrica que abandonaram as atividades durante alguns dias, fato que interferiu nos lucros da empresa os quais, mesmo assim, já ultrapassavam o do ano anterior. Embora essas ações operárias tenham marcado um período anterior à conjuntura de efervescência das lutas sociais na Bahia, evidenciam o despertar de um descontentamento e o sentimento de luta da categoria. Assim, as modificações das relações entre o patronato, os(as) operários(as) e a conjuntura refletiram na organização da classe operária.

#### 4.5 A HORA E A VEZ DA CLASSE OPERÁRIA

Como já foi identificado neste trabalho, a estrutura da indústria, em termos gerais, na Bahia, se caracterizou, quantitativamente, pela pequena empresa,

---

<sup>45</sup> Para maior aprofundamento, ver Rago (1985)

de pouca capitalização e base técnica artesanal. Entretanto, observavam-se grandes diferenças, de setor a setor, relacionadas ao tamanho da unidade de produção, à predominância ou não de força de trabalho especializada e ao perfil de maior ou menor concentração do operariado segundo o “sexo”, o que, invariavelmente, se refletiu nas formas de organização e na pauta de reivindicações, como dinâmica das relações de classe e gênero, que culminaram nas greves.

Até a véspera da greve geral, existia cerca de dezesseis sindicatos de resistência ativos em Salvador, parte deles fundados ou reorganizados a partir de 1910, enquanto outros haviam sido criados em período anterior e sobrevivido por mais tempo. Durante a paralisação outros três foram fundados e do momento posterior à greve geral até 1921, pelo menos outras catorze organizações sindicais, uma federação, um partido e dois jornais operários foram criados. (CASTELLUCCI, 2001, p. 83).

A greve geral de 1919 inaugurou um novo momento das lutas operárias em Salvador, principalmente, por proporcionar aos(as) trabalhadores(as) das manufaturas, têxteis, de roupas, chapéus, fumos e alimentos, em sua maior parte, operárias, meios de consolidação de instrumentos organizativos para o desenvolvimento de suas lutas.

É bastante provável que a maior parte das sociedades surgidas nesses setores, antes de 1919, mantidas através de descontos nas folhas salariais, tenham sido de caráter mutualista, beneficente ou cooperativista, podendo ser produto da iniciativa dos trabalhadores(as) ou dos patrões, da Igreja e mesmo do Estado, que “congregavam operários de um ou mais ofícios de uma empresa, fábrica ou oficina, de uma cidade ou bairro” (CASTELLUCCI, 2001, p. 90) e com caráter essencialmente assistencialista e “educativo”, sem falar nas entidades colaboracionistas de caráter imediatista, pragmático, que buscavam a satisfação de determinados interesses através da mediação/intervenção de políticos e das classes dominantes, como uma barganha eleitoral. “A partir da greve geral de junho de 1919, emerge uma nova corrente que disputa a liderança do movimento operário, o Socialismo, que procurava tornar o movimento mais independente, organizado e classista” (RUBIM; RUBIM, 1982, p. 31), muito embora tenha assumido um perfil personalista.

As sociedades que surgiram no processo da greve geral, ou mesmo em momento posterior, adquiriram um perfil combativo no enfrentamento da luta de classes. O movimento iniciado no dia 2 de junho de 1919 foi palco de uma intensa e crescente mobilização, produto das tensões entre o capital e o trabalho, que logo alcançou proporções inesperadas, conforme foi noticiado pelos jornais, no período, que contabilizou por volta de 15 mil trabalhadores(as) cujas atividades estavam paralisadas. Declara o *Diário de Notícias*, de 4 de junho de 1919 que “os operários baianos que até então tinham se conservado inativos e impassíveis ante o movimento de protesto que se nota em todo o mundo, levantaram-se para defender os seus direitos, pugnar pelas suas reivindicações”.

Uma nova dinâmica de atuação foi assumida frente à dura realidade de trabalho, exploração e opressão patronal. Pouco a pouco, eles foram se congregando, se agremiando (organizando-se, estrategicamente), unindo forças, entre as diversas categorias, até então dispersas em reclamações pontuais, manifestações desorganizadas, assistemáticas e espontâneas e, por isso mesmo, menos eficazes.

A greve de junho generalizou-se porque as lideranças envolvidas assim como os(as) grevistas, souberam equilibrar emoção e razão, concentrando-se em sindicatos, avaliando, de modo pertinente, a conjuntura do período e, daí, tomando iniciativas acertadas, sem falar da atuação ativa de militantes experientes, como o advogado Agripino Nazareth<sup>46</sup> que, propositivamente, atuou e orientou os rumos do nascente movimento operário na Bahia. Se, de um lado, a oposição seabrista oscilava entre apoios e tensionamentos durante a greve, do outro, de forma consciente, os(as) trabalhadores(as) se mantiveram de forma pacífica em suas manifestações, sem contar, na crise política, o que orientou para uma certa “neutralidade” do poder público.

As comissões de negociação foram iniciativas dele, ponte de diálogo com os empreiteiros, governo e imprensa. Mais adiante, percebendo a dimensão alcançada pelo movimento, mais uma vez, fez uma leitura acertada ao unificar/integralizar o movimento para o triunfo dos(as) trabalhadores(as) na greve, através da formação de um Comitê Central de Greve, cuja organização e atuação se constituíram em uma completa novidade para a vida do povo baiano, em se tratando

---

<sup>46</sup> Oriundo do Rio de Janeiro era um advogado socialista, ex-anarco-sindicalista, liderança nas lutas de classe na Bahia. RUBIM; RUBIM, 1982, p. 23.

das greves até então ocorridas, e de relações sociais de trabalho, ainda fortemente marcadas por relações “semi-escravistas” (TAVARES, 2001, p. 337).

À medida que a situação de arrocho imposta pelo capital ao trabalho se acentuava, acirrando-se o antagonismo entre as classes, os(as) trabalhadores(as) tomavam consciência da sua situação de exploração e, logo, não tardou a romper o grito de justiça com o despertar da consciência e o desenrolar da primeira greve geral da história da Bahia, que promoveu a paralisação de, praticamente, todos os serviços da cidade. O recém fundado Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, no final de maio convocava todos(as) trabalhadores(as), independentemente da categoria e do ofício, para uma conferência a ser realizada na sede social da entidade: “A todas as classes de trabalhadores. O mundo do trabalhador já não pode suportar a opressão dos sugadores e detentores do bem estar da humanidade” (O TEMPO, 30 maio 1919). Constava ainda do documento a importância do chamado às classes exploradas, pois esse seria o caminho por onde haveriam de se libertar do jugo da opressão patronal. Dias depois, a eclosão da greve já se tornava uma realidade.

A deflagração do movimento teve como vanguarda os pedreiros e carpinteiros que trabalhavam nas obras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, após uma reunião na qual deliberaram paralisar as atividades.

“Ontem às 13 horas, os operários das obras da Biblioteca Pública resolveram abandonar o trabalho saindo ao encontro dos seus companheiros empregados em outras construções”, relata o Diário da Bahia de 3 de junho de 1919, segundo o qual a categoria exigia a redução da jornada de trabalho para oito horas assim como 20% de aumento nos salários. Liderados pelo Sindicato, os operários concentraram-se na Praça Rio Branco para seguirem em passeata percorrendo diversas ruas da cidade, do centro da cidade à Ladeira da Barra, integrando a massa, operários com estandartes referentes aos seus direitos e dando vivas ao operariado. Foi assim que o movimento, pouco a pouco, foi ganhando volume, crescendo, progressivamente, com a incorporação de diversas categorias que se solidarizavam à luta comum do conjunto dos(as) trabalhadores(as) na reivindicação de seus direitos.

A Associação de Marinheiros e Remadores (que havia pouco enfrentara uma greve nacional) comunicou, aos seus associados, a adesão ao movimento, determinando que esses abandonassem o trabalho, um comunicado que foi feito aos tripulantes dos vapores Itapura, Aitaquera, Acre, Marahú, Jequitinhonha,

Comandatuba, Jaguaripe os quais, automaticamente, se retiraram de bordo, estacionando em frente ao prédio da Associação, no largo da Conceição da Praia. Os estivadores também paralisaram as atividades, de acordo com o *Diário da Bahia*, de 3 de junho de 1919.

Na sede do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes Operárias, que constitua um espaço de assembléia permanente em que eram pontuadas as motivações para o movimento e reafirmada a importância da unidade para a defesa e conseqüente conquista dos direitos dos trabalhadores, o entusiasmo era crescente, tomado de expectativas com as falas dos representantes dos sindicatos e das associações.

Com o intuito de dar suporte à mobilização dos(as) operários(as), foram feitos encaminhamentos e definidas algumas resoluções, como a greve geral pacífica, até que fossem satisfeitos os objetivos do movimento e tiradas três comissões: uma para se entender com os empreiteiros, formada por José Augusto Mendes, Abílio José dos Santos, Alfredo Tolentino do Espírito Santo, Fagundes João da Cruz, João Borges, Anacleto Eugênio dos Santos e Paulo Francisco de Almeida; outra, para se entender com os poderes competentes, integrada por Damázio Simões, Phelipino Gonzaga, José dos Santos Gomes, Thomaz Firmino da Silva, Ferreira de Moraes, Napoleão Mariani e Abílio Almeida, e que tinha à frente o advogado dos(as) grevistas, Agripino Nazareth que, após voltar de Itapagipe, comunicou que lá o movimento atingira o número extraordinário de cinco mil pessoas; e, por fim, a comissão de imprensa composta por Aurino Cavalcante, Anselmo Pereira Alves, Vicente Honório da Silva, Antonio Ferreira das Chagas e Adriano Alves da Silva.

A primeira dessas comissões, acompanhada de inúmeros(as) operários(as) saiu pelo Comércio parando em todas as construções e nos centros de trabalhadores, recebendo a adesão de todas(os) as(os) operárias(os) que estavam no trabalho. Dirigiram-se para a Fábrica da Boa Viagem, para convidar as(os) companheiras(os) a engrossarem as fileiras do movimento. Depois, foram em direção à Vitória e à Barra, onde se solidarizaram com as(os) trabalhadoras(es) da fábrica de Chalés Vitória e com os empregados da Linha Circular. (*Diário de Notícias*, 4 jun. 1919).

Após a deflagração, a greve foi tomada de proporções extraordinárias, generalizando-se por toda a cidade. A todo momento, eram registradas novas

adesões: dos padeiros, dos operários da “Linha Circular”, dos pintores, serventes e operários(as) da fábrica de chalés (na Ladeira da Barra); já eram mais de dois mil operários percorrendo as ruas da cidade. O jornal *Diário de Notícias* de 4 de junho de 1919 registrava em matéria:

Teve ontem a sua maior agitação o movimento das nossas classes operárias, em prol da fixação solicitada das oito horas de trabalho e aumento de seus salários, além das garantias para casos de acidente regulados por lei federal.

O Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros se tornou, efetivamente, um espaço de concentração dos(as) operários(as) cujas lideranças definiram uma tática consciente de ocupação das ruas através de concentrações e passeatas, sempre se direcionando aos locais de trabalho, para garantir novas adesões. Assim, uma grande e ruidosa massa de trabalhadores alçando estandartes com os dizeres “Viva às oito horas de trabalho! Viva o operariado!” chegou à Boa Viagem, a fim de incorporar as(os) operárias(os) das fábricas Boa Viagem, Mangueira, Beira Mar, Conceição, Fiais, Trocadeiro, Martins Fernandes, Leite e Alves, Guimarães e Cia, Industrial do Norte, das Oficinas da Linha Municipal, das Obras do Porto, dentre outras, que tão logo se declararam em greve, conseguindo um grande número de adesões, por entre manifestações, atingindo uma multidão de aplausos, informa a mesma edição do jornal.

Na Fábrica da Boa Viagem, uma comissão constituída no Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes foi se entender diretamente com o diretor Otto Bittencourt, que respondeu que agiria conforme a lei, que não faria pressão, mas que deveria ser garantido o direito de quem desejasse trabalhar, caso contrário, agiria conforme lhe aprouvesse. Em seguida, Agripino Nazareth, em nome da Comissão, convocou as(os) operárias(os) a aderirem à greve, até que suas reclamações fossem satisfeitas. A Comissão permaneceu, então, por um longo tempo em frente da fábrica, esperando a resolução das(os) operárias(os) que, ao retornarem, logo se incorporaram ao movimento. Depois, oradores expuseram os motivos da interrupção dos trabalhos, engrossando as fileiras de trabalhadores(as) na passeata que, ao longo do percurso, consolidou novas adesões. De volta, entre vivas à classe trabalhadora e às oito horas de trabalho, os grevistas pararam no largo Dois de Julho, na sede da Empresa de Asseio, cujos trabalhadores também

paralisaram o serviço. Por entre manifestações de aplausos, o movimento atingiu uma multidão de mais de 15 mil operários entre homens, mulheres e crianças. (O Tempo, 5 jun. 1919).

Durante todo o dia, grupos de operários(as), em grande número, percorreram várias ruas da cidade, em passeata que partiu da Praça 15 de Novembro ou de outros pontos da cidade, noticiou *O Imparcial*, de 4 de junho de 1919. Na volta, concentraram-se na sede do Sindicato, na Rua Maciel de Cima, número 24, de onde se fizeram ouvir o advogado Agripino Nazareth e vários outros oradores. À noite, partiram para o Palácio da Aclamação: eram cerca de duas mil pessoas cantando com as(os) operárias(os) das fábricas dos Fiais, da Boa Viagem e Tanque, onde, novamente, se pronunciou Agripino Nazareth e o Governador Antônio Muniz, que se colocou, estrategicamente, ao lado da causa do operariado, se comprometendo a interceder junto aos industriais e comerciantes para que as suas aspirações fossem atendidas, conforme as concessões feitas aos empregados das oficinas e obras do Estado uma alusão ao projeto apresentado por Cosme de Farias e aprovado na Câmara dos Deputados, que conferiu jornada de oito horas aos trabalhadores acima citados. Encerrou a sua fala reafirmando ao operariado o apoio do governo para as suas pretensões e dando seqüência a sua tática “conciliatória”, Antonio Muniz sancionou a lei, que considerou de utilidade pública o Centro Operário da Bahia.

Daí, as(os) operárias(os) voltaram ao Sindicato, onde muitas(os) outras(os) aguardavam a vinda de Agripino Nazareth para que fossem tomadas novas iniciativas. Aberta a sessão presidida pela diretoria da entidade, teve a palavra o advogado que, por mais de uma hora, falou aos operários, expondo-lhes a situação em que se encontravam, o que já se tinha feito e o que era emergencial por fazer.

Começou pela organização do Comitê Central da Greve que seria constituído por um representante de cada segmento. Assim o Comitê foi, imediatamente, organizado, encarregado de dirigir a greve (seria o meio de diálogo com o patronato e os poderes competentes) e promover a integralização das categorias na luta, sendo assim formado: Constâncio Pereira Victorio, pelos padeiros; Odilon Neves da Costa, pelos pintores; Abílio Faustino de Assis, pelos operários da Usina da Graça; Tibúrcio Luiz Souto, pela Carpintaria Palmeira; Eleutério Bispo Ferreira, pela Fábrica Boa Viagem; José Lúcio dos Santos, pela



Fábrica do Tanque da Conceição; Theophilo Felix do Nascimento, pelas Obras do Porto; Nathalio de Jesus, pela *Chemins de Fer*; Manoel da Costa, pelas Docas de Wilson; João dos Santos, pela Fábrica Victoria; Felix Bittencourt, pela Oficina Cezar Filho; Joaquim José Ferreira, pela Casa Germano de Assis; Damásio Simões pelos Estoucadores; Aristeu Pereira Santos, das obras do Asilo de Mendicidade; Guilherme Francisco Nery, Antonio Amaro Sant'Anna, Abílio José dos Santos, José dos Santos Gomes, Prudêncio Alexandrino de Sant'Anna, membros da diretoria do Sindicato; e Agripino Nazareth, advogado dos grevistas como informa o *Diário de Notícias*, de 4 de junho de 1919. Esse Comitê tomaria a si as responsabilidades de agir energicamente junto aos poderes constituídos, patrões e empregadores, lutando contra quaisquer retaliações por motivo da greve. O método de negociação utilizado pautava-se nas representações operárias, políticas, autoridades locais e poder público, além da “intermediação” da imprensa, que ora ressaltava o heroísmo da classe, ora satanizava as ações operárias (variando, conforme o oportunismo vigente).

Os representantes das diversas classes trabalhadoras também apresentaram um Memorial com as suas respectivas reivindicações, articulando as questões gerais com as especificidades das categorias. Ainda por proposição de Agripino Nazareth, tendo como base as suas experiências em greves, no Rio de Janeiro, que argumentou em relação à importância de se manter em sessão permanente o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros até que fossem resolvidas as questões dos(as) operários(as), revezando-se os seus sócios durante o dia e a noite.

Em seqüência, deliberou, passar telegramas com o objetivo de buscar apoio de autoridades, políticos e associações de trabalhadores de outros estados, suporte necessário para dar legitimidade ao movimento: dirigiram telegramas ao senador J.J. Seabra, requerendo a sua intervenção no Congresso para a aprovação e decretação imediata das oito horas de trabalho, isonomia salarial, proibição dos salários dos(as) menores, aumento geral dos mesmos e seguridade empregatícia aos grevistas (ou seja, que fossem feitas as reformas constitucionais necessárias, quanto aos interesses dos(as) trabalhadores(as) conforme a Conferência de Paz).

Idêntico telegrama foi dirigido ao seu oponente político, o também senador Rui Barbosa, e ao deputado Maurício Lacerda, reconhecido pela autoria dos primeiros projetos para a emancipação dos(as) trabalhadores(as), no qual era

requerido que promovesse os trabalhos de votação, no sentido de assegurar a aprovação das propostas. Os(as) operários(as) ainda solicitaram a declaração de apoio da Associação de Imprensa e da União Operária de Tecidos do Rio, segundo O Tempo, de 5 de junho de 1919.

Um importante registro precisa ser feito, pois, ainda no dia 3 de junho, a imprensa baiana noticiara que a União dos Operários de Fábrica de Tecidos do Rio de Janeiro havia decretado greve geral, exigindo, dentre outras condições, igualdade de salário para mulheres e homens, no caso de funções iguais, e abolição do trabalho noturno para as mulheres, questões também levantadas pelo movimento do operariado baiano.

Os operários condutores e motorneiros das companhias Linha Circular e Trilhos Centrais formularam as suas condições e as apresentaram ao Comitê Central: abolição completa de todas as multas, aumento de 200 rs. por hora de trabalho e garantias em caso de acidentes de trabalho. A direção das companhias atendeu parcialmente o requerido, o que não foi suficiente para os paredistas desistirem da greve, permanecendo o tráfego suspenso.

Os operários das docas de Wilson e Sons aderiram à greve e, tendo os patrões atendido a todas as exigências, foi lavrado um acordo, de conhecimento do Comitê Central, permanecendo os operários em atitude de solidariedade com os seus companheiros. Na fábrica da Boa Viagem, houve uma tentativa de negociação para a suspensão da greve, por parte dos diretores da “Companhia Empório Industrial do Norte” que resolveram atender às reivindicações no que se referia às oito horas de trabalho. Como isso não correspondia às suas demandas, as(os) operárias(os) do setor têxtil optaram por persistir em suas reivindicações e manter-se em atitude de greve, um indício da firmeza com que a categoria incorporara a greve, não retrocedendo em suas reivindicações. Na Boa Viagem, foi, então, organizado um Comitê formado por sete membros, de comum acordo com o Comitê Central para negociar junto aos diretores da fábrica. (*Diário da Bahia*, 7 jun. 1919).

Nos dias que se seguiram, o movimento só ascendia: o serviço telefônico foi suspenso, as telefonistas (categoria constituída por mulheres) aderiram às manifestações, assim como os sapateiros, alvarengueiros, coveiros e carregadores das Docas, que, além dos artistas, pintores, estoucadores aderiram ao movimento, engrossando as fileiras dos reclamantes em greve, segundo esse mesmo jornal. Com chuva ou sem chuva, numerosos grupos de grevistas percorreram e ocuparam

as principais ruas da cidade baixa e alta, conclamando os(as) trabalhadores(as) para servirem à luta, o que sucedeu quando as diversas camisarias do bairro comercial convidaram as trabalhadoras para aderir ao movimento:

Às 11 horas cerca de 200 moças da “Variedades” inclusive de outras fábricas ao saírem por entre alas dos grevistas eram recebidas com palmas pelos mesmos, dirigindo-se entre palmas as outras camisarias, fábrica de gravatas [...], sendo crescente o número de acompanhamento. (O IMPARCIAL, 5 jun. 1919).

A greve não teria tido a dimensão alcançada, se não houvesse a inserção de um conjunto de categorias, assim como a participação efetiva das trabalhadoras nas lutas, como registravam as matérias dos periódicos, dentre os quais *O Tempo*, de 4 de junho de 1919 que afirma:

Não é só o elemento viril, também o feminino, as pobres operárias, na delicadeza de seu sexo com as simpatias que despertam sempre, também unem as suas fracas vozes aos canglores das reclamações dos seus companheiros de luta.

A identificação e a determinação da presença feminina pela imprensa eram feitas a partir da condição de “frágil”, de “pobres infelizes” que se vêem obrigadas a encarar o universo da produção fabril, como auxílio para as despesas domésticas (caráter suplementar de seus salários), próprios da sua condição de “segundo sexo”.

De acordo com Boris Fausto, com algumas exceções, referir-se ao proletariado de fábrica nesse período e, no nosso entender, nas greves gerais desse mesmo período, significa, necessariamente, referir-se aos(as) trabalhadores(as) têxteis. Em 1919, ano da greve geral em Salvador, em todo o país, esse ramo concentrava 46% da força de trabalho industrial. Os componentes clássicos do sistema fabril se reproduziam, nitidamente, no interior da grande empresa têxtil, sem perder de vista que a introdução da máquina tendeu a reduzir o valor da força de trabalho, lançando no mercado, e em grandes proporções, mulheres e crianças.

A ação feminina nas greves foi sinalizada com a sistemática participação das operárias – já que essas que constituíam a maior parte da mão-de-obra das fábricas têxteis abandonaram o trabalho nas fábricas –, nos “apitaços”, cantorias e na incorporação às passeatas. Mesmo o espaço público sendo caracterizado como

uma arena de ação masculina, as entrelinhas das fontes empíricas analisadas evidenciam a inserção das mulheres trabalhadoras nas manifestações reivindicatórias, transpondo o espaço privado e garantindo visibilidade e força ao movimento. Na “Companhia Empório Industrial do Norte”, assim como nas fábricas Conceição e Fiais, a adesão das(os) operárias(os) à greve foi instantânea, como se pode ver no trecho da matéria do *Diário da Bahia*, de 4 de junho de 1919.

Ao chegarem os grevistas à fábrica Conceição foram recebidos com entusiasmo pelos operários e operárias desse estabelecimento silvando todos os seus apitos em testemunho evidente de solidariedade ao movimento, paralisando em seguida o trabalho [...]. Na Fábrica dos Fiais, já a massa era colossal e era crescente entusiasmo.

A participação da mulher em um movimento como esse rompe com a sua condição de invisibilidade pública, o que não é feito sem tensões, já que a decisão de se integrar a uma ação política é entendida como uma quebra do cotidiano doméstico e dos padrões morais sendo quase sempre acompanhada de resistência por parte da família: “a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível privado” (PINTO, 1992, p. 134). Em se tratando da composição da força de trabalho de Salvador, com seu forte traço feminino, uma greve, para se tornar geral, perpassa, necessariamente, pela integração de mulheres e homens trabalhadores que, abandonando as suas atividades, imprimem um caráter diferenciado à pauta de reivindicação em função de atender ao conjunto das categorias envolvidas.

O setor têxtil e de calçados, por exemplo, ao aderir à greve geral provocou a incorporação de elementos inteiramente novos à pauta de reivindicações, como a duração da jornada de trabalho, a abolição do trabalho infantil e a regulamentação da isonomia salarial, como podemos identificar no trecho da matéria do jornal *O Tempo*, de 5 de junho de 1919:

A entrada do operariado fabril na greve a partir dos dias 3 e 4 de junho, em particular o da indústria têxtil e de calçados, fez aparecer novas reivindicações. Agora, além da jornada de oito horas e do aumento de salários, os trabalhadores passaram a exigir outras duas bandeiras gerais da classe operária: a isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e a

abolição do trabalho infantil, problemas centrais do trabalho industrial.

A permanência de relações de trabalho assimétricas e a desigualdade salarial para homens e mulheres, no exercício das mesmas atividades, emanam de um eixo central que concerne à subalternidade feminina em uma sociedade patriarcal, refletindo-se em todas as instâncias da sociedade e, com efeito, na ocupação de postos no mercado de trabalho, dada a “preferência”, em determinados ramos da produção fabril, pela incorporação de mulheres, o que implicava em concorrência, desemprego e rebaixamento dos vencimentos. Daí a necessidade de proteger o “lugar” dos homens no mercado de trabalho e, assim, assegurar o cumprimento e a eficácia do trabalho doméstico e a preservação da família, transformando as mulheres em força de trabalho de “segunda classe”, portanto, cara, se equiparada à masculina, menos atraente e essencialmente “suplementar”.

Ao trazer essas análises, não é nossa intenção, em hipótese alguma, colocar as mulheres como passivas e, por regra, subordinadas. É provável que tenham existido (mesmo que de forma isoladas) ações ou atitudes de operárias que iam de encontro aos estereótipos sociais forjados pelo sentimento de identificação à origem e às relações de gênero comuns. Ao cruzarem os braços negando-se a trabalhar por uma causa, ao silvarem os apitos, ocupando as ruas, nas passeatas, e ao erguerem as suas vozes em cantorias, as mulheres estavam fazendo política e de forma consciente, dado que, depois da greve geral, fundaram uma associação e, no movimento posterior, de setembro de 1919, a greve das tecelãs, mesmo lidando com uma conjuntura totalmente adversa, sob todos os tipos de pressões e ameaças, as operárias foram até as últimas conseqüências, estabelecendo uma rede de solidariedade, com doações de comidas, roupas etc., o que possibilitou dar seqüência ao movimento, sem perder de vista o caráter patriarcal reproduzido em todas as esferas da sociedade e, evidentemente, das fontes investigadas.

Mesmo reconhecendo o papel das mulheres nas sucessivas paralisações de trabalho desencadeadas no decorrer da Primeira República, isso não nos impediu de pensar que “as figuras femininas deixaram traços anônimos nas ações coletivas, estando quase sempre ausentes do rol dos organizadores” (FAUSTO, 1977, p. 129). Foram raríssimas as exceções em que se registravam mulheres em papéis de direção nos movimentos ou em associações. No período, era prática da

imprensa operária divulgar ou nomear as associações de trabalhadores das mais variadas categorias, indicando a sede, integrantes e as respectivas funções, o que nos permitiu identificar a presença de uma dirigente feminina; Helena Soares dos Santos, Primeira Secretária da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia<sup>47</sup>. Helena S. dos Santos, ao subverter os espaços, ao fazer política (atuando numa arena hegemonicamente masculina), passou a representar, pelo menos de forma subliminar, as aspirações de um conjunto de mulheres.

Supomos que, além da dupla jornada de trabalho feminina, a ausência ou a baixa presença das mulheres nessas instâncias, se deva à mentalidade dominante para a qual assuntos burocráticos do cotidiano das associações ou sindicatos eram, essencialmente, da alçada masculina, o que, por outra via, não impedia que muitas dessas mulheres abandonassem as suas atividades nas fábricas fazendo-se presentes nos momentos de maiores conflitos. Sobre esta questão, Meredith Tax (1980) traz uma argumentação:

Não estavam organizadas porque tinham apenas começado a trabalhar; tinham muito trabalho para fazer em casa que não conseguiam nem andar; porque seus maridos, namorados e pais não as deixavam participar das reuniões; porque elas ganhavam tão pouco que não podiam incorrer em mais riscos; e porque ninguém procurava organizá-las. Quando alguém tentou fazê-lo, as mulheres mostraram que, não raro, apesar dessas barreiras, elas estavam prontas para isso. (apud SARDENBERG et al., 2002)<sup>48</sup>.

A ideologia de gênero hegemônica nas sociedades patriarcais e capitalistas, como já foi dito, associa a dicotomia casa/rua, aos “sexos”, sendo a casa identificada com a família, portanto, sob domínio feminino, e a rua, ao público, logo, sob o domínio masculino.

Num universo de manifestações e greves, em que existe a predisposição a conflitos, desordem e violência, esse seria o espaço legítimo de participação masculina, não sendo, portanto, compatível com a presença de mulheres (socialmente frágeis e essencialmente do lar). Tal comportamento segregador era algo imposto pelos padrões normativos da sociedade burguesa patriarcal. No

---

<sup>47</sup> Fundada em agosto de 1919, essa era a única entidade que possuía representatividade feminina, o que evidencia o apelo político da categoria têxtil para o desenvolvimento de uma greve de alcance geral, e a importância das mulheres no processo.

<sup>48</sup> Tradução livre. TAX, Meredith. **The rising of the women: feminist solidarity and class conflict, 1880-1917**. New York International Publishers, 1980, p. 32.

entanto, isso não deve ser visto de forma generalizada, até mesmo porque a ausência de lideranças não significou absentéismo nas manifestações populares, pelo contrário, essas participações se fizeram em defesa de interesses da classe operária. (PENA, 1981, p. 182).

Boris Fausto (1977) afirma que a capacidade de explosão, produto de tensões acumuladas no universo do trabalho, e o baixo grau organizatório das(os) operárias(os) do setor têxtil (uma característica que não era exclusividade dessa categoria) se relacionam às más condições de trabalho, aos salários insignificantes, à solidariedade impulsionada pela concentração industrial vinculada à inexistência de núcleos sindicais ou à sua capacidade de exercer mecanismos de articulação. Isso, no entanto, não impediu que um grande volume de greves em fábricas têxteis (ramo, preponderantemente, feminino) eclodisse, em todo o Brasil e na Bahia, durante a Primeira República, assumindo um perfil diferenciado, a partir de 1919.

A inserção das mulheres nas lutas sociais também remete à dificuldade do movimento operário em incorporar, em suas lutas, a especificidade da exploração a que estavam submetidas, existindo um abismo entre o discurso político e as questões próprias da incorporação feminina no mercado de trabalho fabril: a subordinação/opressão, a violência sexual, dentre outras, foram, por vezes, questões omitidas ou secundarizadas nas reivindicações. Na prática, esses movimentos eram controlados por homens que, pela sua condição, possuíam maior liberdade de circulação, acesso à informação e possibilidades de organização entre si. As mulheres, por sua vez, deveriam participar, mas, somente, enquanto filhas, esposas ou mães, na condição de subordinadas aos homens (REBÉRIOUX, 1980 apud RAGO, 1985, p. 64)<sup>49</sup>, até mesmo porque o trabalho feminino quando considerado, foi sempre encarado como uma ameaça à “estabilidade” do trabalho masculino, degradante para as mulheres e ultrajante para os maridos, principalmente, por implicar na desvalorização salarial e por comprometer os empregos daqueles que deveriam ser os provedores.

Assim como as operárias, os menores que trabalhavam nas oficinas, fábricas, etc. também participaram da greve, como não poderia deixar de ser, já que era um protesto geral face às condições de trabalho que eram insuficientes para a satisfação das necessidades de homens, mulheres e crianças. Logo, o movimento

---

<sup>49</sup> REBÉRIOUX, Madeleine. *L'ouvrière: misérable et glorieuse: la femme du XIX Siècle*. Paris: Fayard, 1980, p. 72.

atingiu um variado conjunto de categorias e os ramos em que esses(as) estavam concentrados(as). No entanto, no que concerne à abolição ou regulamentação do trabalho infantil, questões como idade mínima, natureza, jornada, condições de higiene, instrução não foram abraçadas pelo movimento.

Pensemos! Grande parte das crianças absorvidas na produção era filha(o) de operário(a), sendo essencial o fruto do seu trabalho para o complemento da renda familiar. “São os próprios operários que pedem a admissão dos filhos” segundo *O Tempo*, de 21 de maio de 1919, para o suprimento das necessidades latentes à sua condição de classe. Dado que era do interesse do capitalista, que compra essa mercadoria (força de trabalho), comprá-la pelo menor preço possível e do(a) operário(a), de acordo com a situação de gênero e geração, vendê-la em condições mesmo as mais adversas, na maior parte das vezes precárias, a omissão das questões referentes à especificidade do trabalho infantil se explica.

Durante a greve geral, a agenda de reivindicações foi se ampliando pela incorporação de novas demandas surgidas com a adesão de uma diversidade de centros de trabalho: Fábrica Paraguaçu, Oficina Belmonte, Palmeira, Empresa de Asseio, Fábrica de Cestos, Macarrão Progresso, todos os ateliês de moda da cidade, sapatarias, camisarias, açougueiros, etc. Os paredistas ocupavam, ostensivamente, as ruas. Dirigiram-se à Usina da Preguiça, pertencente à Linha Circular, paralisando o serviço, ao mesmo tempo em que outros grupos se posicionavam em frente à Estação de Sant’Anna (que apenas esperou a presença da Comissão para declarar a greve) e das oficinas da Graça, inviabilizando a saída dos bondes, assim como dos automóveis particulares, ficando a cidade (casas, hospitais, casas de saúde, jornais, etc.), sem energia elétrica e sem meios de condução (com o tráfego paralisado). Somente os automóveis da Assistência Pública ou de médicos com a bandeira de socorro tinham licença para trafegar livremente, notícia *O Imparcial*, de 6 de junho de 1919, enquanto o pessoal do tráfego, motoreiros, condutores e fiscais, em grupos numerosos, conferenciavam, em vários pontos, da Avenida. Segundo o *Diário da Bahia*, essas iniciativas tomadas por grevistas seriam contrárias às orientações do advogado da causa Agripino Nazareth, o que, possivelmente, teria originado descontentamento público, fato que foi posteriormente esclarecido.

Funcionários(as) dos setores de serviços, das pastelarias, restaurantes e hotéis, após aderirem à greve, saíram às ruas convencendo trabalhadores(as) de



estabelecimentos congêneres a fecharem as portas. Os planos inclinados e elevadores também paralisaram os serviços. “Na Praça Deodoro grande número de carroceiros e carregadores não deixavam transitar carroças ou quaisquer outros veículos, além de impedirem a passagem dos bondes de Itapagipe para a cidade” relata *O Imparcial*, de 6 de junho de 1919.

A cidade paralisada, o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade ficou totalmente comprometido. Carros conduzindo carne verde foram impedidos pelo povo de serem desembarcados no Bairro da Calçada, o que desmente a ocorrência de um possível descontentamento popular, como havia sido noticiado pelo jornal *Diário da Bahia*. O Comitê Central após certificar-se de que esses eram para o abastecimento dos hospitais, casas de caridade e navios da armada, prontamente, providenciava para que fosse garantido o desembarque.

A União Defensora dos Empregados das Estradas de Ferro que representava os operários da *Chemins de Fer* foi uma das primeiras entidades a se incorporar e encaminhar ofício se solidarizando com o movimento conforme publicado no *Diário de Notícias*, de 4 de junho de 1919.

A União Defensora dos Empregados das Estradas de Ferro, coesa e de comum acordo com as demais classes em levante tem a súbita honra de acompanhá-los na situação presente para fazer desaparecer os abusos que contra os operários existem.

Os operários de oficinas e de tráfego da *Chemins de Fer*, ao aderirem ao movimento, conduziram as locomotivas para Alagoinhas, na estação de Aramary. Postados em frente ao escritório da empresa, os grevistas reclamavam oito horas de trabalho, aumento de salários e reintegração dos companheiros demitidos em 1915. O General Inspetor da região, diante dos acontecimentos, enviou uma força de quarenta praças do Exército sob o comando de um capitão para guarnecer a garagem da Calçada e exigiu a entrega das locomotivas que estavam em Aramary.

A Sociedade M. dos Operários de Padaria, que representava os sentimentos da classe, antes de aderir à greve, enviou um ofício assinado por duzentos associados ao Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros comunicando que, em sessão do dia 3 daquele mês deliberara solidariedade ao movimento em prol dos direitos ultrajados pelos patrões ou, como constava na nota, “por todos aqueles que se julgam nossos donos” e confirmava a paralisação de todas as atividades, no caso

da parede geral, em defesa da causa operária. Com a deflagração da greve geral, os padeiros se enfileiraram na luta incorporando na pauta as reivindicações de oito horas de trabalho, revezamento noturno, aumento de salário (proporcional ao trabalho e à força da padaria) e a supressão da entrega de pão.

Segundo o *Diário de Notícias*, de 5 de junho de 1919, ao longo da greve, novas entidades representativas de diversos ramos fabris foram criadas, como a Sociedade dos Oficiais de Alfaiates da capital, em sessão que contou com o comparecimento de cerca de cem oficiais, que acordou lutar pela adoção de oito horas de trabalho e aumento de 30% para os empreiteiros e 20% para os diaristas, nas alfaiatarias, cujas funções só voltariam à normalidade após serem aceitas essas reivindicações.

Tão logo uma comissão de alfaiates, no bairro comercial, dirigiu-se a várias lojas e alfaiatarias, solicitando o fechamento, teve, na maioria das vezes, a solicitação atendida. Com o tráfego da Linha Municipal suspenso e a adesão massiva dos(as) trabalhadores(as) do comércio, a cidade, então, parou: “nenhuma casa de negócios, nem na cidade baixa, nem na alta, conservou abertas as suas portas” (BAHIA, 1920, p. 155).

Nesse cenário tensionado, a polícia partiu, de forma repressiva, para cima dos manifestantes grevistas. De acordo com o *Diário da Bahia*, no dia 6 de junho, atos de violência contra paredistas foram registrados na Praça Castro Alves, onde o civil 222 sacou de revólver, investindo contra um grupo de *chauffeurs*. Houve protestos da parte dos operários que, numa automática reação, tomou o rapaz das mãos dos policiais, colocando-o em liberdade. Diante disso, os soldados quiseram reagir, mas logo foram dominados pelos grevistas. (*Diário da Bahia*, 7 de junho de 1919). Embora os periódicos considerem esse acontecimento, um fato isolado, existiram registros de tensão entre a polícia e o movimento.

O Sindicato permaneceu em sessão permanente atendendo a novas adesões e tomando as providências necessárias. Durante a greve, foi extraordinário o movimento de operários(as) percorrendo as ruas da cidade: Maciel, Misericórdia, Praça Rio Branco, Rua Chile, Praça Castro Alves, São Bento, São Pedro, Cabeça, Piedade, Mercês, Rosário e Aclamação, vibrando, entusiasmadamente, e conclamando a adesão dos(as) trabalhadores(as) que ainda não haviam se incorporado à luta.

Os(as) grevistas se dirigiram até o Palácio da Aclamação, em frente ao qual uma comissão entregou ao Governador uma representação do operariado (com as reclamações recebidas de todas as classes em greve), tendo à frente o advogado Agripino Nazareth, que solicitou ao Governador que intercedesse junto aos industriais e comerciantes para que as reivindicações do operariado fossem atendidas. A passeata então deu a volta, retornou pelo Campo Grande, onde, de todos os lugares, pessoas se incorporavam. Segundo *O Tempo*, de 6 de junho de 1919, ao chegar à Praça Rio Branco, ali já se achavam cerca de quinze mil pessoas.

Como meio de estabelecer comunicação direta com os(as) trabalhadores(as), patrões e a população baiana, o Comitê Central de Greve divulgou e distribuiu boletins, cujo conteúdo evidenciava a consciência do momento histórico vivido pela classe operária, haja vista a unidade e a repercussão alcançadas em direção à vitória da causa, enquanto marco da trajetória e organização do movimento operário na Bahia: “estamos vitoriosos com a integralização da greve. Não devemos, porém generosos que somos, abusar deste triunfo, o primeiro neste gênero na história das classes operárias na Bahia, e talvez a do próprio Brasil registre”. Essas circulares serviam como convocatória para as reuniões: “convocamos, pois, os senhores industriais e todos os patrões a comparecerem, amanhã [...] para tomarem parte na discussão do acordo entre aqueles e os trabalhadores” (O TEMPO, 6 jun. 1919?). Nessa reunião do dia 6 de junho também estavam presentes os representantes do Governo do Estado, o Chefe da Polícia e todos os jornais da capital, como “mediadores” da negociação.

Além das propostas específicas de cada categoria, as(os) grevistas reivindicavam oito horas de trabalho, direito de associação aos sublevados, inaplicação de penas motivada pelo levante, igualdade de salários entre homens e mulheres e aumento de salário de 30 para 50%. (BAHIA, 1920, p. 112).

Dadas as circunstâncias vexatórias em que se lutava, cotidianamente, para viver, o aumento dos salários era questão emergencial, frente ao encarecimento dos produtos de primeira necessidade, conforme noticiavam jornais do período: a carne estava “pela hora da morte”; para ter acesso ao pão de cada dia, a população enfrentava problemas de alta do preço e de escassez, justificada pela Associação dos Estabelecimentos de Padaria da Bahia como resultante do aumento dos preços da farinha de trigo, sem falar nas roupas e botinas, que também tinham preços inacessíveis às condições do trabalhador(a).

Em virtude da proporção alcançada pelo movimento e da sua posição de órgão conservador, defensor dos interesses dos setores dominantes, a Associação Comercial da Bahia e o seu presidente o Senhor Rodolpho Martins realizou uma sessão com os representantes do comércio e da indústria (Centro Industrial do Algodão) para discutir a situação do comércio no Estado, além de relatar o teor da conferência ocorrida, anteriormente, com o governador Antônio Muniz, em que foi solicitada a garantia de liberdade de locomoção e comércio e recusado o uso da força, oferecido pelo governo.

Depois de prolongado debate, definiu-se como encaminhamento: enviar telegramas dirigidos ao Juiz Federal, ao Presidente da República, à Imprensa Nacional (Jornal do Comércio), à Associação dos Varejistas, à Associação dos Empregados do Comércio e à Sociedade Defensora da Propriedade Imobiliária. O conteúdo do texto, que era o mesmo para todas as instituições, relatava a incrível ascendência do movimento que, a cada momento, tomava proporções assustadoras:

Há dias que a cidade está em estado de anormalidade, devido à ação grevista, que impossibilitou o fornecimento de carne, luz, pão, tráfego de qualquer espécie. O comércio varejista sem garantias, havendo falta absoluta de grande número de gêneros de primeira necessidade. (BAHIA, 1920, p. 109).

A Associação, enquanto interlocutora no exercício da pressão frente ao governo pelo fim imediato da greve, ou melhor, pelo desgaste do governo, divulgou, na convocatória de reunião, ser do seu conhecimento os discursos inflamados e as práticas incendiárias dos grevistas, sendo os(as) operários(as) orientados(as) a saquearem o comércio, deixando a cidade completamente desprotegida de quaisquer garantias policiais. Por fim, enviou ao Governador do Estado e ao presidente da Câmara dos Deputados, Pâmphilo de Carvalho, o comunicado para que fossem tomadas as devidas providências:

Bahia, 7 de junho de 1919.

Ilm. Sr. Procurador.

Hoje, o Exm. Sr. Dr. Governador do estado, pelo operariado, para intervir na solução da greve, a fim de promover uma reunião entre o mesmo e os diretores e gerentes de fábricas e empresas, venho, em nome do S. Ex., convidar, V. S. para uma reunião, que se efetuará, hoje, às 4 horas da tarde no Palácio da Aclamação. (BAHIA, 1920).

Nessa reunião, foi solicitada a restauração da ordem pública já que as “funções sociais e econômicas da Bahia se achavam de todo ponto suspensas, e assim, se impunha que fossem tomadas medida enérgicas, que suprimissem a situação de insegurança e instabilidade [...]”, relata *O Tempo*, de 7 de junho de 1919. No ofício encaminhado pela Associação Comercial, essa instituição acusava os grevistas de coação e subversão por agirem contra a vontade dos(as) operários(as) que ainda não haviam se incorporado à greve, e as autoridades policiais de impotentes no garantir o restabelecimento da ordem. Em seguida, foram requeridas providências ao Governo do Estado para o pronto restabelecimento de todos os meios de condução, serviço de telefones, fornecimento de luz, e que fosse assegurado o funcionamento dos estabelecimentos que quisessem prosseguir com as atividades comerciais. Ou seja, o ofício pressionava a administração pública pelo fim imediato da greve.

Nessa reunião, foram apresentadas, ao Presidente e Secretário da Associação, as exigências formuladas pelos reclamantes e condensadas da seguinte forma:

1. Oito horas de trabalho, especialmente para algumas classes;
2. Direito de associação aos sublevados;
3. Inaplicação de pena aos mesmos, motivada pelo levante;
4. Igualdade de salários entre homens e mulheres;
5. Aumento de salário de 30 a 50%.

De acordo com o relatório da Associação Comercial, um impasse inviabilizou a tentativa de negociação, já que o presidente da Associação afirmava que os industriais e o comércio não reconheciam o Comitê Central da Greve e seus dirigentes como representativos da causa operária estando dispostos a ouvir somente os(as) operários(as).

Como uma parte significativa dos comerciantes e industriais era ligada à Associação Comercial (que congregava parte da oposição) e, portanto não partidários do grupo de J. J. Seabra, esses utilizaram todos os meios para desestabilizar o governo de Antonio Muniz, lançando os telegramas e afirmando, aos quatro cantos, que a anarquia e a subversão tomavam conta da cidade e que o comércio, a qualquer momento, poderia ser alvo de saques, amedrontando a sociedade civil e aterrorizando as autoridades nacionais. A campanha, então, era ostensiva e Agripino Nazareth era o alvo das principais acusações, inclusive de

orientar o saque e a desordem. O que estava por trás dessa postura das entidades patronais era a intenção de deslegitimar as instâncias de direção, fragmentar a luta e os seus instrumentos organizativos de classe, derrubar o potencial de combatividade na defesa e conquista de direitos trabalhistas e desestabilizar o governo de Muniz e a liderança política de J. J. Seabra.

Dessa forma, as propostas “conciliatórias” trazidas pela Associação não passavam de chamariz para atrair os(as) operários(as), distanciando-os de suas instâncias representativas, aproximando operários e patrões. Portanto, o intuito era afastar os(as) trabalhadores(as) dos comitês e associações, criminalizando-os e, assim, possibilitar a conciliação entre o capital e o trabalho. Acreditavam, ou queriam que a sociedade pensasse: “a classe operária foi iludida, na sua maior parte por especuladores, que tentaram plantar a intriga e o ódio entre os operários baianos e os industriais”. (BAHIA, 1920, p. 95). Para os representantes dos interesses patronais os(as) operários(as) não passavam de marionetes sujeitos(as) aos desmandos de lideranças infiltradas, vindas de outros estados, que influenciavam ou, como o texto indica, iludiam, com as suas idéias subversivas, os corações e as mentes dos(as) trabalhadores(as). A argumentação da Associação Comercial estava pautada na tentativa de criar a falsa ilusão de que operárias(os) trabalhavam em condições e ambientes adequados, com salários ajustados às suas necessidades, vivendo até então em harmonia com os patrões, não existindo qualquer motivação que justificasse as manifestações e a própria greve, como sugere o texto a seguir, retirado do jornal *O Tempo*, de 10 de junho de 1919:

Não houve, ao de mais, nesse arremedo de levante, prudência nem reflexão, sendo antes determinado pela propaganda anarquista maximalista, de elementos adrede introduzidos em nosso meio para a sua perturbação e o seu desatino abalo. Houvesse, no caso, critério ou comedimento, e os operários, antes de se insurgirem, levados pelos desavisados conselhos dos agitadores, e ou coagidos a desertar das suas fábricas por imposições e ameaças, teriam formulado a face de seus patrões os motivos das suas reclamações.

De acordo com a Associação Comercial, as delegações de rapazes e moças<sup>50</sup> segundo o jornal *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919, saídas do interior do operariado, estariam habilitadas, sem “interferências estranhas”, a resolver a

---

<sup>50</sup> O que comprova a participação feminina na negociação da greve.

crise com os seus patrões. O que não passava de sofisma frente à potencialidade e unidade de ação das categorias. Uns setores da burguesia resistiram mais, outros, menos, mas o fato é que a experiência foi positiva para a classe operária.

No dia 9 de junho, operários compareceram ao Centro Industrial do Algodão para se entenderem com os patrões, sendo firmada com os(as) operários(as) de tecidos, as Companhias “Progresso Industrial da Bahia”, “Empório Industrial do Norte”, “União Fabril dos Fiais”, “Valença Industrial” e “Fábrica Beira Mar”, proprietárias de fábricas de fiação e de tecidos, a partir das reclamações apresentadas diretamente pelas delegações de operários(as) uma convenção relativa às suas reivindicações. Foram então distribuídos pelo Centro Industrial do Algodão boletins com a pauta acordada:

1. Fica estabelecido o dia de oito de horas de trabalho regular em todas as suas fábricas;
2. Fica estabelecida a igualdade de salário para homens e mulheres em serviços idênticos;
3. São garantidas aos diaristas as diárias atuais apesar da redução da hora de trabalho;
4. Serão aumentadas 20% nas atuais tabelas de empreitadas;
5. Os operários serão mantidos em seus respectivos lugares, isentos de qualquer penalidade, mesmo porque as companhias não os consideram grevistas;
6. Todas as multas reverterão para os cofres das sociedades beneficentes dos operários das respectivas fábricas;
7. Ficam adiados outros pontos de recíproco interesse até a promulgação da lei federal do trabalho, aguardada sobre a atual legislatura, ficando aos operários permitido terem, dentro da legislação vigente, as suas sociedades. (BAHIA, 1920, p. 115).

Mesmo tendo grande parte das(os) operárias(os) têxteis assinado o acordo para voltar às atividades, o comércio ainda continuava com funcionamento parcial, já que na cidade baixa as portas se conservaram fechadas, apenas funcionando, regularmente, o comércio de vendas (leite, pão e carne), padarias bares e restaurantes.

De acordo com *O Tempo*, logo que o governador tomou conhecimento do fato, convidou Rodolpho Martins, presidente da Associação Comercial, ao Palácio da Aclamação, onde ocorreu uma prolongada reunião, na qual estavam presentes os

secretários Raul Costa Lino e Edgard Sanches. Encerrada a conferência, horas depois, Rodolpho Martins encaminhou uma carta ao governador com os termos do acordo firmado com as(os) tecelãs(ões) e um comunicado no qual informava que o comércio, as fábricas, trapiches, etc., estariam abertos no dia seguinte. A Associação Comercial também emitiu boletins aos comerciantes, oferecendo garantias do governo para o funcionamento de suas casas.

Também foi firmado o fim da greve entre os(as) operários(as), sapateiros(as) e os fabricantes de calçados, com um acordo assinado na Sede da Sociedade Italiana de Beneficência. Compareceram os industriais, trabalhadores(as) do ramo e o advogado Agripino Nazareth, que apresentou as reclamações referentes aos salários, preços de obras, horas de trabalho, direito de associação e que os trabalhadores não fossem dispensados por motivo da greve. Em seguida, os(as) operários(as) se retiraram da sala, permanecendo o advogado que apresentou as aludidas reivindicações. Então, foi deliberado, por maioria absoluta, e única discordância de Giovanni Barletta (que disse apenas poder pagar aos reclamantes 10% de aumento sobre as obras de primeira e 15% nas demais), conceder 10\$000 (dez mil reis), pelas obras de primeira, para os homens e 9\$000 (nove mil reis), para as obras de primeira, para as moças. Ficou igualmente resolvido que, quanto às outras obras, seria dado um acréscimo de 20% que seria extensivo aos diaristas de ambos os sexos, aos quais, também, se reconheceria o dia de oito horas. Com relação ao direito de associação e à retaliação por motivo das reclamações, ficou assentado o atendimento geral.

Levadas as resoluções ao conhecimento dos reclamantes esses se retiraram para analisar a contraproposta. Na hora indicada, presentes os reclamantes, os industriais, Agripino Nazareth e Fagundes João da Cruz, representante do Comitê Central da Greve, dentre outros, ficou resolvida a aprovação da mesma e que se abriria mão de alguns direitos que seriam em um outro momento pleiteados. Por fim, para sacramentar a execução do acordo, uma ata foi assinada. (O TEMPO, 11 jun. 1919).

É preciso registrar que, em se tratando de uma categoria formada por ambos os sexos, o quesito isonomia salarial nem sequer foi inserido para discussão, como proposta, na pauta de reivindicação da categoria, o que vem confirmar as dificuldades de incorporação das demandas específicas do mundo do trabalho feminino.



Em comunicado feito pela Sociedade dos Padeiros, foi dada por encerrada a greve da categoria, cujo acordo estabelecia aumento de 20%, assim como foram aceitas as demais condições reclamadas para a assinatura do acordo. Os bondes, os elevadores Lacerda e do Taboão, assim como o Plano Inclinado Gonçalves voltaram ao tráfego. Por outro lado, o serviço telefônico da cidade, cuja força de trabalho era essencialmente feminina, ainda não funcionava com regularidade informava *O Tempo*, de 11 de junho de 1919.

A Greve Geral teve início no dia 2 de junho de 1919, tendo como vanguarda o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros e, no decorrer, “abrangeu em seu seio todos os ramos da atividade operária. A viação foi paralisada, as fábricas fechadas, o serviço de iluminação interrompido, os telefones sem funcionamento, não havia abastecimento nem de pão e nem de carne” (BAHIA, 1920, p. 107). A cidade parou sob os brados das reclamações operárias que, assim como envolveu categorias com pontos congruentes, próprios a sua situação de classe, também incluiu pontos referentes à realidade e demandas específicas. Terminou por volta do dia 9 do mesmo mês e ano, de forma diferenciada, de acordo com as pactuações firmadas com as respectivas categorias.

O oficioso periódico do governo (mesmo de forma contrariada) trouxe outra versão sobre o fim da greve. Segundo *O Tempo*, de 10 de junho de 1919, Pedro Seixas expôs, em alto e bom som, em um bonde da cidade, que a abertura do comércio foi resultado de uma negociação acertada entre a Associação Comercial da Bahia e o Governo da República que colocou à disposição a força do Exército e da Marinha, dada a recusa do presidente da Associação de se entender com o Governo do Estado, ou que, ainda, o Governo Federal telegrafara ordenando-lhe que interviesse para manter a ordem.

Jornais (de oposição ao governo) acusavam o advogado Agripino Nazareth de pregar abertamente o saque ao comércio, atizando os(as) operários(as) com a intenção de criar caos na cidade. Uma comissão operária foi constituída para contestar o telegrama da Associação Comercial para o Rio de Janeiro, afirmando que o advogado nunca estimulara o saque.

O final da greve foi marcado por troca de acusações e agressões públicas por parte das forças políticas, numa acirrada disputa entre os periódicos. *O Tempo* exercia o papel de defensor do Governador do Estado, Antonio Muniz, cuja principal liderança era J. J. Seabra. Do outro lado, como oposição, estavam o *Diário de*

*Notícias*, dirigido por Altamirando Requião e o Deputado Marques dos Reis; *A Tarde*, de Simões Filho; e *O Imparcial*, de Lemos Britto. *O Tempo* que, como embuste, se colocara na defesa da classe operária e de suas lutas, teve, segundo o próprio jornal, a sua imagem “vilmente salpicada pelas putrefações dos citados escoadouros de torpezas”, acusados de depredação e perturbação da ordem pública e de todos os tipos de vandalismo, pelos excessos ocorridos durante a greve, na tentativa de criar um cenário nebuloso de repressão policial e violência. E ainda continuava, em 12 de junho de 1919:

Essa posição baixa e pequena que por todos os meios no combate tudo fez, para ver se conseguia promover conflitos e distúrbios, tendo mesmo uma distinta autoridade policial de repreender publicamente a um desses opositoristas inconscientes e espalhafatosos, quando de cima de um automóvel pregava satanicamente a alteração da ordem.

Com esses discursos inflamados, pretendia-se defender e/ou legitimar o campo político do qual se fazia parte. O grupo que circundava o Governador, possivelmente, havia avaliado (ineficazes que foram em firmar uma base social) que não seria uma postura inteligente, dada às circunstâncias, partir para cima, se colocar em um *front* de batalha, ficando à mercê de pressões de todos os lados: dos (as) trabalhadores(as) em greve e da imprensa, cuja linha editorial girava em torno das principais lideranças políticas baianas e que, portanto, buscava todos os meios de acumular força, prestígio, alianças e quem sabe se consolidar como uma hegemonia política.

Os jornais de oposição acusavam o governador de representar a encarnação do “marximalismo” oficial, de exercer autoridade passiva, permitindo intimidações, abusos e violência. *O Imparcial*, por exemplo, responsabilizou o governo por omissão: “a greve veio provar à sociedade que isto aqui é uma terra sem governo”. No fundo, todos os setores estavam engessados dadas às circunstâncias, colocando em prática a seguinte tática: a melhor defesa é o ataque. Avaliavam que a greve e as suas conseqüências resultariam num automático desgaste do governo, abrindo caminhos para a oposição.

O interessante é que, durante a greve, os jornais registravam o caráter ordeiro, pacífico e cordial das(os) operárias(os). No final, no entanto, acentuaram-se assintomaticamente as polêmicas, as trocas de farpas e ataques pessoais.

Acusações rasteiras dominavam o conteúdo jornalístico: se, de um lado, o Governador desejava mostrar a sua acertada condução no diálogo e sua prudência de ação com os grevistas, industriais e comerciantes, do outro, os opositoristas buscavam desgastar a imagem de Antonio Muniz e deslegitimar a autoridade governamental.

Simões Filho (em *A Tarde*) aparecia como um hábil articulador, aquele que conseguiu interceder pela favorável negociação entre indústrias e delegações operárias para a assinatura dos acordos e o conseqüente fim de greve. *O Tempo* a ele se referiu como “um gato mestre, furioso e indignado, contra tudo e contra todos, agredindo na sua linguagem, que bem pertencia o estado de desesperança e de loucura que lhe vai à alma”. Era, ainda, acusado de tentar impedir o restabelecimento do tráfego da Linha Circular, aconselhando atentados contra o funcionamento de sua usina e induzindo os operários à desordem.

Os ataques eram freqüentes e cada vez mais duros. A oposição era acusada de utilizar meios torpes, já que tudo fez para ver se conseguia promover conflitos e distúrbios na cidade. Dessa forma, cada qual criava uma versão para os últimos acontecimentos, no pós-greve, promovendo o desgaste das imagens, a desqualificação política, com ataques pessoais e, por fim, procurava distribuir, conforme lhe conviesse, os produtos finais da greve: entre os pares, os louros, e aos adversários, o ônus.

Para exemplificar o cenário colocado no pós-greve geral, vale relatar que o *Diário da Bahia* afrontara o advogado Agripino Nazareth, que desafiou o seu diretor interino, Macedo Guimarães, o qual, se sentindo insultado, convocou-o para um duelo com livre escolha das armas, o que foi pelo mesmo rejeitado.

Por fim a Câmara dos Deputados lançou uma moção, fazendo ecoar o resultado do movimento grevista congratulando, num preito de justiça, o Governo de Estado pela atitude criteriosa, esforçada e enérgica, por ocasião da greve do operariado, valendo-se de sua autoridade moral. No Senado, o movimento grevista também foi tratado, sendo feitas longas considerações, como meio de obter vantagens para os operários, considerado direitos que devem ser respeitados, o que evidenciou que o governo de Antonio Muniz não saiu tão chamuscado como desejava a oposição.

Assim como a insurgência da greve geral marcou um ineditismo do movimento operário, o seu final não imprimiu profundas alterações na dinâmica

política e na estrutura econômica e, mesmo, sobre a realidade social experimentada pelo operariado; no entanto provocou drásticas mudanças no modo de se fazer, organizar e travar as lutas sociais na Bahia.

#### 4.5.1 Algumas Considerações

Uma greve geral, quando os trabalhadores(as) organizados(as) e integrados(as) a uma causa resolvem lutar pelos seus direitos, como a de junho de 1919, que consistiu na paralisação de todos os serviços do meio social, orientando um raio de ação muito extenso, influenciando sobre a atividade de todas as classes, com o envolvimento massivo das operárias e uma ampla pauta de reivindicação leva a uma tensão generalizada e à atenção de todos os setores (político, imprensa, comércio e indústrias).

A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado. (FAUSTO, 1977, p. 159).

A significância deste momento histórico é percebida pelo papel exercido pela imprensa, na cobertura jornalística, na qual os conflitos de classe saltam das excepcionais aparições nas páginas internas para as principais matérias de primeira página. O movimento de junho forjou os meios necessários à estruturação e organização das instâncias de representação da classe operária. Segundo o jornal *A Voz do Trabalhador*, de março de 1921: “Da greve de junho à fundação da Federação, o sindicato veio exercendo a missão de uma verdadeira federação: assim, formaram-se sociedades de classe na capital e ramificou-se em sucursais pelo interior”.

O operariado em campanha reivindicava o estabelecimento daquilo que consideravam como direito: a) o dia de oito horas de trabalho, porquanto trabalhavam 10 horas por dia com uma remuneração miserável que, quando descontadas nove horas para o sono, restavam-lhes apenas cinco horas, em cada dia, para o almoço, jantar, descanso e lazer; b) aumento salarial, questão primordial devido às circunstâncias vexatórias que enfrentavam para viver frente às freqüentes

oscilações (aumentos) do preço da carne, pão, dos gêneros de primeira necessidade, sem falar no vestuário, botinas, remédios etc.; e c) abolição e/ou regulamentação do trabalho infantil (com instrução, idade mínima, jornadas específicas etc.) para crianças que quando se tornavam adultas(os) se encontravam, quase sempre, frágeis, debilitadas, expostas(os) às doenças mais fatais, passíveis a todas as atribuições de uma vida de alimentação precária, trabalho estafante e péssimas condições de higiene.

E em relação à isonomia salarial entre homens e mulheres, em igualdade de trabalho, o que estava por trás ou à frente dessa questão? A desvalorização salarial, produto da incorporação feminina no mercado de trabalho, justificada pelo seu lugar na família, que submetia a mulher a uma condição de trabalhadora complementar, naturalizando o papel de mãe, “patrimônio” maior para a preservação moral da família, identificando o seu trabalho nas fábricas como desvirtuante, pautando-se na partição dos sexos, na produção e na reprodução para, assim, legitimar a divisão sexual do trabalho, que tinha como designação prioritária para as mulheres as atividades domésticas (reprodutivas).

É partindo dessa concepção que *O Tempo*, de 7 de junho de 1919, indaga: “Qual a razão dos homens ganharem mais que as mulheres, essas infelizes mulheres que abandonam o lar, o conforto da família para poderem ganhar o pão com que alimentará a existência torturada”. A intenção não é resgatar, no espaço de produção, o trabalho das mulheres para tratá-lo como igual; pelo contrário, o que está por trás é o desconforto moral pela não aceitação do deslocamento das mulheres do lar para a fábrica e os produtos disso para a sociedade.

Podemos considerar que a questão do trabalho feminino reside no processo de incorporação e nas relações de produção e trabalho impostas aos homens, mas, essencialmente, às mulheres, na primeira fase do capitalismo industrial que se estruturou a partir do modelo patriarcal de família, nivelou os salários por baixo e não ofereceu condições humanas de trabalho – estrutura física, manutenção das máquinas, higiene – e, mais, um trabalho realizado com jornadas estafantes, abuso de poder e violência moral, física e mental.

Assim, o trabalho das mulheres nas fábricas deve ser compreendido na perspectiva de três categorias sociais: dos capitalistas (industriais) – aqueles que exploram a força de trabalho; dos operários – que vendem a força de trabalho em troca de um salário, que deveria garantir o sustento da família – socialmente

identificados como os responsáveis em gerir as condições materiais necessárias para o suprimento das necessidades da mulher e dos filhos(as), os provedores; e, por fim, das operárias – que também vendem o produto de seu trabalho, mas, pela sua condição histórica de subordinação (segundo sexo), recebem, pelo mesmo trabalho, salários inferiores (por vezes menos da metade); mulheres deslocadas do lar para o espaço de produção fabril que continuaram com as responsabilidades domésticas, como mantenedoras da conservação e renovação da força de trabalho – marido e filhos(as) –, baluartes da moral e excluídas do campo político.

Dessa forma, desde o primeiro momento, as mulheres foram vistas como intrusas, no trabalho fabril, constituindo uma ameaça à estabilidade do emprego masculino e à hierarquia dos sexos. Devido às condições que lhes foram dadas, elas não poderiam ser as responsáveis prioritárias pelas atividades produtivas. Não lhes cabia competir com os homens: isso era “injusto” e “ultrajante” para aqueles que eram dotados de inteligência superior, força, habilidades e, portanto, os mais habilitados para assumir integralmente todas as tarefas inerentes ao espaço público (de produção).

Para o capitalista, era fundamental, através da exploração da força de trabalho, extrair a mais-valia, que é o valor produzido apropriado pelo capitalista sem contrapartida. Nesse sentido, abriu-se, para as mulheres, oportunidades no mercado de trabalho (principalmente, em alguns ramos da produção) e, assim, elas foram se deslocando do âmbito privado para o público, sem com isso alterar a sua condição na família (como esposas, mães e “donas” de casa) que se refletia no interior das fábricas sob todas as formas de opressão, assédio moral e exploração. Num certo sentido, o trabalho das mulheres era visto como uma forma de concorrência desleal que promovia a desqualificação e o rebaixamento de salários e elas, sujeitos de uma “guerra” entre os sexos, na luta pela sobrevivência, já que no inconsciente coletivo pairava que elas ocupavam o lugar destinado aos homens no mercado de trabalho.

A intensa utilização de força de trabalho feminina nas primeiras etapas do processo de industrialização, no Brasil, nos auxilia a compreender o processo ocorrido na Bahia, especialmente, no setor têxtil, o que, segundo Valeria Pena (1981), não deve ser analisado a partir dos mesmos elementos com que o fenômeno foi tratado por Marx, primeiro, porque:

a implantação do capitalismo industrial no Brasil não passou da etapa manufatureira o que implicou em termos de controle operário sobre o processo de trabalho. A instalação das unidades industriais no Brasil foi realizada sob o padrão da grande indústria, através da importação de equipamentos europeus e americanos. (PENA, 1981, p. 122).

Assim, “a introdução de mulheres como trabalhadoras na indústria não pode ser entendida como uma forma de quebra da resistência que os trabalhadores teriam oposto ao processo de desqualificação” (PENA, 1981, p. 122)<sup>1</sup>. Nessa conjuntura econômica, essa era a alternativa viável para enfrentar a escassez de mão-de-obra, na condição clássica de exército de reserva. Na Bahia, as condições objetivas criadas por um estado agrário, ainda com profundas características escravocratas (do ponto de vista das relações), viabilizou o forte incremento produtivo da força de trabalho feminino.

Ao refletirmos sobre o quesito isonomia salarial entre os sexos no exercício das mesmas funções, um conjunto de questionamentos surge: sabemos que a adesão das trabalhadoras têxteis e do setor calçadista à greve geral acarretou a incorporação dessa bandeira de luta. A pergunta que fica no ar ou, melhor dizendo, nas entrelinhas é: sobre quais condições o movimento apropriou-se dessa reivindicação, já que essa questão não era uma demanda específica das mulheres, pois condicionava a desvalorização salarial como um todo. Seria, então, uma iniciativa do próprio movimento (chamariz), antenado com as lutas e debates nacionais e as resoluções internacionais ou mesmo produto de uma reivindicação da própria categoria? Enfim, questões como essas ainda necessitam de respostas para compreendermos o contexto da opressão/exploração operária, o acirramento das lutas de classe e as conquistas daí oriundas.

## 5 OPERÁRIAS(OS) EM AÇÃO: A GREVE DAS TECELÃS(ÕES) DE SALVADOR (SETEMBRO DE 1919)

A greve das tecelãs(ões) deve ser analisada a partir do acúmulo de forças proveniente do movimento anterior (greve geral), da consolidação das entidades representativas, das particularidades conjunturais, da dinâmica política e da conseqüente correlação de forças entre os setores da elite e o operariado, mas, sem dúvida, foi o caráter particular da categoria têxtil, essencialmente feminina, que projetou uma identidade, mesmo que subliminar, de gênero, graças aos laços de apoio e solidariedade construídos ao longo da greve. Os conflitos e as disputas políticas vão imprimir um novo tom a esse movimento, e é a partir desse princípio que se torna importante refletir sobre as relações entre as forças políticas no contexto da greve.

Para começar, no campo da política, buscava-se consolidar uma frente única de oposição – Luís Viana, Rodrigues Lima, Leão Veloso, João e Otávio Mangabeira, “a ala seabrista” –, em torno de Rui Barbosa, para fazer frente à situação. Com essa finalidade, foi convocada uma reunião entre os diversos grupamentos esparsos que se reuniram no Politeama, sob a presidência do senador baiano. A “Convenção Estadual do Povo Baiano”, visava referendar a candidatura antecipada das classes conservadoras para o Governo do Estado, a do juiz federal Paulo Martins Fontes. Do outro lado, a convenção oposicionista, reunida no salão de *O Democrata*, homologou a candidatura de Seabra que, após as especulações, surgiu como a única liderança capaz de recuperar o prestígio do PRD e apaziguar os coronéis do interior<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> “A convenção, na verdade, carecia de vínculos com as massas. Era uma entidade formada pela identidade de interesses da burguesia comercial-financeira e dos doutores oposicionistas da capital”. (SAMPAIO, 1998, p. 147-148).



A conjuntura política de 1919 foi permeada por uma série de nuances e conflitos interoligárquicos. O recrudescimento das violentas disputas nos municípios do interior (dada a falta de habilidade política e as desastrosas intervenções armadas, enviadas por Antonio Moniz) coincidiu com a ascensão e os desdobramentos do movimento paredista de setembro desse ano. Para agravar a situação calamitosa da população, os surtos epidêmicos assolavam todo o Estado (febre amarela, no interior, e varíola, na capital) e, nas vésperas da eleição governamental, era bastante elevado o índice de mortes: (523) por varíola, em apenas 15 dias, só em Salvador, segundo o Diário Oficial do Estado da Bahia, de 13-16 de janeiro de 1920 (apud SAMPAIO, 1998, p. 146).

Dessa forma, a campanha sucessória estadual, aconteceu de forma bem peculiar. A postura de neutralidade adotada pelo então presidente eleito, Epitácio Pessoa, de não intervir nas questões políticas estaduais, deu margem a diversas interpretações acerca da manutenção da velha política dos governadores, fazendo com que “a campanha para sucessão governamental fosse a mais ferrenha que se conheceu na ‘Velha República’”. Todos os recursos e práticas (fraudes, intimidações, violência) foram utilizados, por ambos os lados, para garantir a vitória dos respectivos grupos políticos nas eleições de 29 de dezembro. Assim, a disputa foi travada em um verdadeiro campo de batalha. “No sertão, a anarquia e a revolta generalizaram-se. A oposição explorava em seu favor o descontentamento dos chefes sertanejos em relação à ingerência do governo”, relata Sampaio, e acentuando a instabilidade política, Seabra buscava preservar a sua imagem e garantir o seu retorno ao governo e, com esse intuito, “introduziu substanciais transformações no partido” dissociando-se politicamente de Moniz. (1998, p. ??)

Para os industriais, essa conjuntura trouxe profundos contratemplos, como crises generalizadas, a redução da atividade produtiva fabril para quatro dias de trabalho na semana, a epidemia de varíola (com centenas de mortos), assim como a greve geral de junho de 1919 e a greve têxtil de setembro do mesmo ano, que fizeram com que, por exemplo, a “Companhia Empório Industrial do Norte” paralisasse os serviços durante quatro semanas, provocando baixas na produção, muito embora, os relatórios da empresa registrassem lucros satisfatórios em relação ao capital investido<sup>52</sup>, mesmo diante desse cenário adverso. Esses resultados vêm

---

<sup>52</sup> COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. *Relatório da Direção*. 1920, p. 6-7.

comprovar o alto nível de exploração do trabalho da categoria têxtil, já que, com a redução dos dias e das horas de trabalho, imprimiu-se um ritmo ainda mais acelerado às atividades cabendo às(aos) operárias(os) produzirem tanto ou mais do que o considerado “normal” em tempos sem crise, recebendo em troca salários incompatíveis com a sua subsistência; e tudo isso sem atingir os lucros patronais, pois a diferença entre o capital investido na produção e o valor do trabalho gasto garantia a extração da mais-valia.

Assim, a greve de setembro de 1919, promovida pelas(os) operárias(os) das fábricas de fiação e tecelagem, foi a culminância da insatisfação pelo não cumprimento das cláusulas do acordo firmado com os patrões na greve geral de junho do mesmo ano, e resultado da ação de mulheres que trabalhando sob condições totalmente desfavoráveis levantaram as suas vozes em protesto contra o opressivo regime de trabalho de intensa fiscalização, multas, extorsões e violência física e moral.

Para a melhor compreensão do cenário em que ocorreu o movimento, acreditamos ser fundamental identificar o perfil da categoria em ação. Para começar, o ramo da produção têxtil era eminentemente feminino, portanto, sem expressão eleitoral, sem apelo aos interesses políticos das oligarquias, dado que as mulheres não participavam das decisões sobre os rumos políticos do Estado, primeiro, em virtude do “sexo,” socialmente enquadrado como segundo sexo, e, também, por serem, em sua maioria, analfabetas.

Na análise dos dados dispostos na Tabela 10, chama a atenção o fato de que entre os(as) operários(as) que sabiam ler e escrever, o número de mulheres enquadradas nessa categoria era relativamente superior, tanto na faixa etária de 7 a 14 anos como entre as(os) maiores de 15 anos. O curioso é que entre aqueles(as) que não sabiam ler e escrever o índice feminino também era superior ao masculino: na faixa entre 7 e 14 anos, era de 52,1% e a partir dos 15 o índice aumentava para 63,3. Ao avaliarmos as informações referentes ao conjunto populacional, percebemos que 44,0% não sabiam ler nem escrever e, desse percentual, 25,2% eram constituídos de mulheres. Entre os que tinham instrução “básica” (saber ler e escrever), estavam possivelmente concentradas as mulheres das camadas médias e altas, estando a massa operária feminina totalmente à margem dessas oportunidades.

Tabela 10 – Estrutura populacional segundo instrução<sup>53</sup>, idade e sexo – Salvador, 1920

IDADE	SABEM LER E ESCREVER					NÃO SABEM LER NEM ESCREVER				
	Homens		Mulheres		TOTAL	Homens		Mulheres		TOTAL
	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	
0-6	625	52,6	564	47,4	1.189	19.659	49,8	19.821	50,2	39.480
7-14	12.573	49,2	12.959	50,8	25.532	9.869	47,9	10.735	52,1	20.604
15 e +	65.619	49,8	66.155	50,2	131.774	23.783	36,7	41.060	63,3	64.843
<b>TOTAL</b>	<b>78.817</b>	<b>49,7</b>	<b>79.678</b>	<b>50,3</b>	<b>158.495</b>	<b>53.311</b>	<b>42,7</b>	<b>71.616</b>	<b>57,3</b>	<b>124.927</b>

**Fonte:** Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. v.4, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1929.

Assim, essa movimentação operária diferenciou-se, substancialmente, da greve de junho, primeiro, por ser de uma categoria industrial (têxtil, ramo de produção constituído majoritariamente por força de trabalho feminina e mestiça); segundo, porque não foi “apoiada”, ou melhor, disputada, pelos jornais e pelos políticos da oposição anti-seabrista; terceiro, porque coincidiu com o recrudescimento das violentas disputas interclãs nos municípios do interior (SAMPAIO, 1998); quarto, por não ter conseguido a adesão do conjunto das categorias envolvidas nas greves de junho; e, por fim, porque foi, sistematicamente, reprimida pela união do governo com os patrões (TAVARES, 2001).

No entanto, como registrou em matéria *O Germinal*, a greve geral de junho inspirou o operariado baiano e as suas lutas, atraindo-o para as grandes questões sociais que somente ele, por sua condição de classe, seria capaz de resolver. “A grande massa operária de fiação e tecelagem despertou então para a defesa dos seus direitos”.<sup>54</sup>

Ainda de acordo com o periódico operário, a greve geral alterou, sensivelmente, a situação dos trabalhadores da categoria têxtil. Pelo menos, a princípio, a vitória do movimento de junho trouxe algumas melhorias de ordem material e moral às(aos) tecelãs(ões): aumento dos salários, diminuição da jornada de trabalho, reconhecimento da igualdade, para efeito de remuneração, entre

<sup>53</sup> A utilização do termo instrução no recenseamento populacional de 1920 refere-se exclusivamente ao fato de saber ou não saber ler e escrever.

<sup>54</sup> Em 1 de maio de 1920, o periódico operário confirmava a garantia do quesito isonomia salarial para mesmas funções, não sendo encontrados novos registros acerca dessa questão. Entretanto, uma nova greve das tecelãs ocorridas em janeiro de 1921, motivada por multas diferenciadas por sexo, nos inclina a pensar que num determinado momento os patrões retrocederam a esta conquista.

mulheres e homens<sup>55</sup>, o que, entretanto, representava uma parte do que ainda poderia ser conquistado.

Para fortalecer ainda mais a luta das operárias do ramo têxtil, em agosto de 1919, foi fundada a Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, afiliada à Federação dos Trabalhadores Baianos, unificando e integrando a categoria para a resistência. Em sua sede, localizada na Calçada, eram realizadas sessões duas vezes por semana: às quintas-feiras, às 19 horas, e aos domingos, às 15 horas. Na estrutura administrativa da entidade, formou-se uma Comissão Executiva constituída por Francisco Paulo de Vasconcelos, na Secretaria Geral; Helena Soares dos Santos, Primeira Secretária; José Eugênio de Oliveira, Segundo Secretário; Archimedes Polycarpo Fernandes, Tesoureiro. Das associações de trabalhadores(as) registradas pelo jornal operário *O Germinal*, essa era a única a ter na direção executiva a participação de uma mulher.

A Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia representava a primeira afirmação de força e do despertar de uma identificação e, porque não dizer, de uma consciência de classe. Se, por um lado, o operariado começava a se organizar de forma mais combativa, aguerrida, por outro, se agitaram os industriais em movimentos que visavam estrangular e paralisar qualquer nascente manifestação dos socialmente explorados e oprimidos, começando pelo combate a suas principais lideranças e associações.

Os industriais, articulados em torno da Associação Comercial da Bahia e do Centro Industrial do Algodão, percebendo a potencialidade da entidade na representação dos interesses dos(as) trabalhadores(as), de acordo com o jornal operário *O Germinal*, partiram para boicotar a organização nascente, e em pleno exercício do direito de associação, passando a agir sob ameaças e perseguições (suspensões) aos(às) operários(as).

Após o término da greve geral de junho de 1919, a diretoria da “Companhia Empório Industrial do Norte” estabeleceu, em acordo com a categoria, as seguintes cláusulas: oito horas de trabalho, pagamento de mil réis por meada de fio e mais 20% de aumento, para os operários antigos, \$ 300 e mais 20% para os novos operários, ficando, nessa última situação, os trabalhadores antigos dispensados por qualquer motivo, que voltassem novamente ao trabalho segundo O

---

<sup>55</sup> O que parece ter sido adiante contrariado, de acordo com *O Germinal*, de 1 de maio de 1920.

*Tempo* de 4 de setembro de 1919. No entanto, a intransigência patronal e a intenção de intimidar os(as) demais trabalhadores(as) levaram à dispensa de um contramestre que, não por acaso, era delegado da União Geral dos Tecelões da Bahia. Dadas às circunstâncias, essa era a motivação que faltava para que irrompessem as manifestações e a greve da Boa Viagem.

As informações analisadas indicam que esse foi o “estopim”, ou seja, a gota que faltava para explodir o caldeirão de descontentamento das(os) operárias(os) pelo descumprimento dos acordos firmados durante as negociações. Em princípio, a direção da “Companhia Empório Industrial do Norte” cumpriu à risca o estabelecido, porém, decorridas algumas semanas do término da greve geral de junho, a direção se desviou das cláusulas do acordo, sobretudo no que se referia às horas de trabalho, pois, foram sendo acrescidos, diariamente, cinco minutos na jornada de trabalho, já estando as(os) operárias(os) a trabalhar nove horas). Assim, já não tolerando mais as arbitrariedades, a demissão do contramestre da fábrica da Boa Viagem, Daniel José do Nascimento, fez explodir a revolta operária contra as relações opressivas e de exploração no trabalho.

Na tarde do dia 4 de setembro de 1919, o contramestre da Boa Viagem que, de acordo com *O Tempo*, de 5 de setembro de 1919, era uma pessoa bastante conceituada e benquista entre os(as) trabalhadores(as), se levantou do espaço de trabalho para se dirigir ao banheiro, sendo por esse motivo censurado e multado pelo fiscal Polycarpo, que lhe impôs uma multa de 2\$000. Indignado com a violência sofrida protestou, dirigindo-se ao administrador da fábrica, João Tarquínio, para se justificar, tendo como resposta a sua demissão. A imprensa operária denunciou a atitude da fábrica da Boa Viagem condenando-a, por considerá-la uma retaliação à organização dos movimentos operários, já que Daniel do Nascimento era dirigente sindical e participara ativamente da greve geral de junho de 1919. Ou seja, além de não cumprir os acordos, perseguia-se as lideranças, punindo-as.

Após a demissão, o contramestre se dirigiu à sala dos teares no intuito de se despedir e de comunicar aos(às) demais operárias(os), o ocorrido: “Um brado de revolta uníssono, repercutiu em todos os departamentos da fábrica porquanto a violência fora feita a pessoa de um dos operários mais estimados, motivando assim o abandono imediato do trabalho”, relata *O Tempo*. Em vista disso, explodiu a greve da Boa Viagem, que amanheceu com suas atividades suspensas, tendo as(os) operárias(os) paralisado todas as atividades.

A fábrica Conceição, pertencente à “Companhia Empório Industrial do Norte”, após aderir ao movimento, nomeou uma comissão para se entender com o diretor-gerente para expor as razões que acarretaram a paralisação do serviço. Otto Bittencourt, ao ter conhecimento do fato, se dirigiu à fábrica Luiz Tarquínio, na tentativa de “dialogar” com as(os) operárias, ao tempo em que a polícia, formada por vinte praças do corpo da cavalaria, sob o comando de um sargento, também seguiu para lá. Enquanto isso, as(os) operárias(os) das fábricas Paraguaçu e Plataforma, ao tomarem conhecimento do fato, prontamente, se integraram à greve, sendo a última fechada por Álvaro Catharino, de acordo com *O Tempo*, de 5 de setembro de 1919. No dia seguinte, todas as fábricas de tecido da capital baiana aderiram à greve, principalmente, pela identificação à causa comum do operariado têxtil (em sua maior parte, mulheres, violentadas em todos os sentidos, pela condição de gênero, classe, raça e geração), reforçando a disposição em garantir a unidade e afirmando o retorno ao trabalho, caso ficasse sem efeito a demissão do contramestre.

A diretoria permanecia intransigente na ameaça de fechar as fábricas da Cia. Empório do Norte, frente à força que alcançava o movimento. Assim, desde o primeiro momento, forças policiais foram encaminhadas aos estabelecimentos fabris, e lá se postaram piquetes da cavalaria, a cargo do Delegado Lustosa e Durval Trindade, com a finalidade de assegurar o direito à propriedade e reprimir qualquer perspectiva de greve geral. Da parte dos industriais, a reação também foi contundente. Reunidos no Centro Industrial do Algodão, segundo a mesma edição de *O Tempo*, deliberaram pelo fechamento de todas as fábricas em greve, além de dirigirem ofícios ao Governador e ao Secretário de Polícia agradecendo as providências tomadas.

Logo no primeiro dia do movimento, o Sindicato dos Pedreiros, presente na Assembléia dos Tecelões, foi indicado para compor a comissão para a entrega do memorial de reivindicações. O *Jornal de Notícias*, de 5 de setembro de 1919, informa que na assembléia do Sindicato dos Produtores de Marcenaria, realizada no dia 4 de setembro, foi aprovada uma moção de censura aos proprietários das fábricas da Boa Viagem, Tanque e Plataforma, em face da intransigência patronal, além de encaminhados telegramas solicitando a solidariedade dos(as) operários(as) cariocas.

Segundo as estimativas feitas, chegavam a oito mil as(os) operárias(os) paradas(os) que, tomados de grande expectativa, aguardavam a deflagração de uma nova greve geral, o que, por outro lado, também mobilizava os setores conservadores da sociedade, governo, comércio e industriais, para conter, de forma sistemática, mesmo com o uso da força, qualquer iniciativa que se encaminhasse nesse sentido e, assim, assegurar a propriedade e o “livre” exercício do trabalho.

No Centro Industrial do Algodão, os industriais das diferentes fábricas de tecidos de Salvador se reuniram para tratar dos assuntos referentes à greve operária. Nessa conferência, dentre outros assuntos, definiu-se o envio de ofícios ao Governador do Estado e ao Secretário de Polícia, agradecendo as providências tomadas para garantir o patrimônio privado (as fábricas) e a permanência preventiva da polícia, até que a atividade de produção fosse retomada. O documento expunha o mal causado à organização operária pela infiltração no movimento de elementos estranhos, que pregavam, ostensivamente, a dissolução da família (que já se encontrava socialmente segregada e marginalizada), a supressão das autoridades constituídas e a instabilidade social. Nesse sentido, conclamavam a todas(os) que voltassem ao trabalho dentro do regime definitivo de harmonia e cooperação, para o progresso do Estado segundo *O Tempo*, de 6 de setembro de 1919, progresso esse pautado na exploração humana, em extorsões e na existência de um regime de trabalho coercitivo que não garantia o direito de livre associação.

O que é interessante notar no documento é que o Centro Industrial do Algodão construiu um discurso em nome da unidade e da moral da família e que para tanto convocava o Governo – a política voltada aos interesses dos grandes agricultores, comerciantes e industriais – e a segurança pública – responsável pela forte repressão exercida sobre os(as) trabalhadores(as) – para preservá-la, ou seja, convocavam os expropriadores do excedente (os proprietários das fábricas), aqueles que ditavam, autoritariamente, as regras nas relações de trabalho, os responsáveis pela opressão física e mental dos homens e, essencialmente, de mulheres e crianças operárias, para “zelar” pelo “bem estar social”.

Assim, no dia 5 de setembro, em frente ao edifício da União dos Tecelões foram realizados vários comícios e, em especial, um às 17 horas, em frente à sede da Sociedade dos Tecelões, na Boa Viagem, que contou com a participação de, aproximadamente, 400 operários. Na ocasião, discursaram Agripino Nazareth, o representante do Sindicato dos Marceneiros, Asterio dos Prazeres, e Jorge Manoel

da Rocha, secretário do Sindicato dos Pedreiros. O Secretário de Polícia, Álvaro Cova, em nome do governo pronunciou-se, através de um boletim, cujo conteúdo reiterava as providências tomadas pelo poder público para garantir o direito pleno da propriedade e o livre exercício daqueles que quisessem trabalhar, relatou o *Diário de Notícias*, de 6 de setembro de 1919.)

Reunidos, também, à rua Vilela, na Boa Viagem, os sócios da Sociedade União dos Tecelões, com a presença de Agripino Nazareth, advogado da classe, os membros constituintes da entidade construíram um Memorial para ser enviado ao Centro Industrial do Algodão, estabelecendo as seguintes condições:

1. Readmissão de todos(as) os(as) trabalhadores(as) despedidos(as) por motivo de terem tomado parte na greve de junho ou por não aceitarem trabalhar além das oito horas por dia (trabalho extraordinário não remunerado).

2. Readmissão de Daniel do Nascimento, que foi despedido da Fábrica da Boa Viagem por haver repellido dignamente o fiscal que o havia repreendido em termos insultuosos.

3. Demissão e entrega do fiscal Augusto que, na Fábrica Paraguaçu maltratou fisicamente uma menina, machucando-a, covardemente, com um punhal.<sup>56</sup>

4. Fixação definitiva da jornada de oito horas devendo o trabalho em todas as fábricas começar às 7 da manhã e terminar às 16 horas, com intervalo de uma hora entre as 12 e as 13 horas para o almoço.

5. Respeito absoluto ao direito de associação, ficando, desde então, reconhecida como única intermediária entre os(as) operários(as) de tecidos e os respectivos patrões a Sociedade União Geral dos Tecelões.

6. Nenhuma punição aos operários que por delegação dos(as) companheiros(as) paralisaram o trabalho nas fábricas. (O TEMPO, 5 set. 1919).

Relata *O Tempo*, de 7 de setembro de 1919, que a Comissão Executiva da Sociedade, acompanhada de dois delegados de cada fábrica e da diretoria do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, aliada da União Geral dos Tecelões, ficou com a responsabilidade de entregar, ao Centro do Algodão, o Memorial. O documento “sentenciava” que, caso, no prazo de 48 horas a partir da entrega do Memorial, não fossem tomadas medidas que se encaminhassem no

---

<sup>56</sup> No período, diversas eram as denúncias de agressões e maus-tratos cometidos por fiscais (mestres e contramestres), sendo as mulheres e crianças, as principais vítimas das relações sociais de poder assentadas nas desigualdades entre os “sexos”, que legitimavam a condição de subordinação feminina.



sentido do cumprimento satisfatório da pauta definida e reivindicada pela categoria, a Comissão Executiva da União dos Tecelões convocaria as demais associações operárias solicitando apoio e a decretação da greve geral das classes operárias da Bahia.

A União Geral dos Tecelões da Bahia ainda lembrou à imprensa e à população que as reclamações acima referidas e as relativas à recorrente covardia de agressão a uma menina na unidade de produção, visavam chamar a atenção da sociedade, principalmente, dos patrões, para o cumprimento do acordo por eles subscritos, mas, no entanto desrespeitado. O memorial foi assinado pela Comissão Executiva da Entidade.

No domingo, ainda no dia 7 de setembro, outro grande comício foi realizado no Largo da Boa Viagem, contando com a presença de uma verdadeira multidão – cerca de três mil operárias(os) – e onde falou Agripino Nazareth, que propôs a prorrogação dos prazos para os patrões (para o dia 8 de setembro) e reafirmou que caso as reclamações dos grevistas fossem atendidas, os mesmos voltariam ao trabalho. Falaram ainda representantes dos padeiros, dos bondes, dos metalúrgicos e outras categorias que declararam apoio e solidariedade ao movimento, como refere O Tempo, de 9 de setembro de 1919.

Os diretores da companhia, como uma provável tática “conciliatória”, resolveram pagar a folha de todas(os) as(os) operárias(os) sem nenhum desconto, o que nos permite avaliar ser esse um chamariz, um engodo para atraí-las(os) ao espaço de trabalho de forma a retomar as atividades, o que, no entanto, não teve efeito na categoria.

A greve geral abalizou uma reorientação dos rumos do movimento operário baiano, construindo as bases para as greves futuras, tanto que, a intenção de intimidar e coagir a categoria através do Manifesto dirigido pelos industriais baianos à sociedade não alcançou os objetivos esperados; ao contrário, unificou e fortaleceu ainda mais a categoria. Se não fossem as vivências e experiências adquiridas pela classe no contexto da greve de junho possivelmente esse movimento teria caminhado em outro sentido; entretanto, mesmo frente às fortes pressões sofridas, o operariado partiu para o enfrentamento, não cedendo às intimidações.

No dia 9 de setembro, o movimento amanheceu com maior intensidade, se comparado aos dias anteriores. A resposta foi imediata: o operariado fez circular

um boletim anunciando pela cidade que conforme se encaminhasse o “diálogo” com os poderes competentes seria decretada a greve geral. O documento, distribuído pela Sociedade União Geral dos Tecelões, “O Manifesto dos Tecelões” conclamava as demais “classes” a se incorporarem ao movimento, caso não fossem atendidas as reclamações, para, no prazo máximo de 48 horas deflagrar a greve geral.

Em face do aumento dos preços já exorbitantes dos gêneros de primeira necessidade, as(os) operárias(os) informavam, no Manifesto, que foram forçadas(os) a incorporar às primeiras, novas reivindicações, que entendiam necessárias como a elevação dos salários, para a melhoria da qualidade de vida e do trabalho, melhor preparação e distribuição do serviço nos vários setores das fábricas, assim resumidas e dispostas pelo jornal *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919:

1. Aumento de 50% sobre as diárias e as empreitadas atuais;
2. Entrega de cinco pacotes a cada uma das caneleiras e enroladoras;
3. Distribuição diária de 30 quilos de fios às enroladoras e caneleiras nas fábricas em que a mesma é feita a peso;
4. Distribuição eqüitativa das tarefas;
5. Melhoramento da reparação;
6. Abolição das marcas de peça de pano, sendo os mesmos feitos por metragem.

Conclui o Memorial avaliando que, para se traduzirem em realidade essas reivindicações, esperava-se a solidariedade das(os) companheiras(os), das demais “classes”, igualmente tratados com indiferença e hostilidade, para que se integrassem à luta comum do operariado, no intuito de que fossem atendidas as reclamações de todas(os) que acompanhassem o movimento, unidos para a vida e para a morte, bandeiras de luta que desfilaram durante o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, ocorrido em 14 de julho de 1919 (culminância de um processo de fortalecimento da estrutura sindical na Bahia, que contou com 16 sindicatos e 26 delegados).<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> “Defendiam a substituição das sociedades mutualistas pelas sociedades de resistências, regulamentação do trabalho feminino e infantil (abolição do trabalho dos menores de quatorze anos), instituição do salário mínimo, habitação popular, a necessidade de um jornal popular, aliança operária em caso de greve etc. Das reivindicações conquistadas na greve geral, que já começavam a ser burladas, apenas a questão dos demitidos por causa da participação na greve é discutida e algumas medidas são tomadas em relação

Ao se recusarem a obedecer às normas vigentes de trabalho e aos ritmos impostos pelo capital, as operárias definiram uma contra-organização buscando estabelecer ou determinar novas regras no interior das fábricas, assumindo o controle e postulando uma autonomia no espaço de produção, o que perpassava a apropriação da fábrica e da organização do processo de produção, a destruição ou mudança das funções diretivas, a supressão da diferenciação salarial e a transformação das condições materiais de trabalho. (RAGO, 1985, p. 57).

Ao passo em que o movimento operário ganhava espaço na sociedade, na defesa de direitos, quaisquer que fossem, a todo instante, a imprensa reforçava a necessidade de que se evitassem os excessos de toda ordem, caminhando em harmonia com as aspirações democráticas, registrando o apoio da opinião pública ao movimento, desejosa de que às várias classes, fosse feito justiça.

Mas que opinião pública era essa a que tinha acesso esse meio de comunicação? A quem mais interessava a conservação da ordem, sem qualquer tipo de mudança ou atitude radical? A quem se pretendia atingir e/ou convencer?

Algumas alterações até poderiam ser passíveis de acontecer, numa dinâmica de instabilidade generalizada como foi a greve geral, contanto que não sinalizassem ameaças ou representassem rupturas estruturais. Há um momento conjuntural em que a elite tem a percepção de que, para garantir o controle, exercer o domínio e ir além, consolidando uma hegemonia, não basta apenas o exercício da força através da repressão, é preciso promover concessões. No cenário colocado, essa foi a alternativa encontrada pelo poder público e pelos patrões, para pôr fim ao movimento, numa tentativa de restabelecer a “ordem” social. Para isso era necessário assinar acordos e se comprometer a cumpri-los. No entanto, aos poucos, quando já acreditavam estar no controle da situação, endureceram o regime de fiscalização e opressão e retrocederam nas pactuações firmadas. (RAGO, 1985, p. 57).

Os setores da elite utilizaram uma sistemática ofensiva ideológica na imprensa, através da divulgação do Manifesto dos Industriais que, dentre outras questões analisadas, trazia a tentativa de desqualificar as instâncias de direção, organização, luta e as reivindicações operárias, expondo, de forma burlesca, a ineficácia da greve geral, negando que os frutos ou conquistas do pós-greve tenham

---

a esta questão. O Congresso define a orientação do movimento operário independente, como socialismo coletivista”. (RUBIM; RUBIM, 1982.

sido resultado da unidade e ação dos(as) trabalhadores(as), como afirmaram em um trecho do Manifesto divulgado por *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919:

Até o presente momento a greve nada conseguiu para o operário baiano. Na passada, os industriais não consideraram os seus operários grevistas [...]. O que ali foi concedido aos mesmos resultou de idéias previamente debatidas [...]. A prova está que nunca cedemos as ameaças, obedecendo só e só, ao espírito de justiça que aconselhava fosse a indústria ao razoável encontro das razoáveis aspirações do operariado.

Já que estava tudo a ser operacionalizado, no sentido de resolver várias das questões reclamadas pelo operariado, porque tardou tanto a ser selado um acordo? Porque tamanho desespero da Associação Comercial que, em conferência com o Centro Industrial do Algodão, emitiu telegramas ao Presidente da República, juizes, imprensa nacional e associações varejistas e de comércio expondo o “caos”, a “anarquia”, em que se encontrava a cidade com a paralisação de, praticamente, todos os serviços e cobrando providências? Então, se tinham a chave para o desfecho do problema (a greve) que, segundo eles, só prejuízo trouxe, por que tardaram em fazê-lo? Por que optaram pelo “sacrifício” de uma classe despossuída, totalmente marginalizada?

O que eles não quiseram aceitar ou admitir era que o operariado estava se organizando em entidades que cresciam e potencializavam as suas ações no movimento, forjando uma identidade de classe e fortalecendo a sua representatividade frente às categorias. A construção desses instrumentos organizativos (associações) da luta de classes causou verdadeiro pânico aos setores dominantes, aos interesses patronais. Logo, era o adversário a ser combatido e aniquilado, de forma a destruir qualquer possibilidade de organização da luta operária.<sup>58</sup> Mesmo com o descumprimento dos acordos, a greve de junho representou uma grande vitória política, pois dentre outras coisas, criou as condições para a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos em julho de 1919.

---

<sup>58</sup> Em 13 de fevereiro de 1920, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Baianos, sob controle das correntes sindicais dominadas pelo grupo “socialista” e sobre liderança de Agripino Nazareth e tendo o Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros como vanguarda. (Cf. CASTELLUCI, 2004).

O Manifesto do Centro Industrial do Algodão conclamava as(os) operárias(os) à disciplina, afirmando que essa nada tinha a ver com humilhação, rejeitando qualquer vinculação com a violência física e moral sofrida no interior das fábricas. Fazia, ainda, um paralelo com as Forças Armadas, corporação digna na qual descansa a missão gloriosa de honrar a pátria, a defensora do território, da bandeira e dos lares de cada povo, símbolo de uma rígida e necessária disciplina, sendo, assim, considerados(as), os(as) operários(as) que conduzem à rebelião, à anarquia e à indisciplina os piores inimigos das Forças Armadas e, portanto, da Pátria, e procurava estabelecer o convencimento, na sociedade, de que os grevistas eram os verdadeiros inimigos da harmonia social, como se fosse possível viver com tranqüilidade sem condições de garantir o mínimo para si e seus familiares. Em tom de ameaça, responsabilizava as(os) operárias(os) por aprofundarem a crise da indústria de tecidos na Bahia, pelo capital investido, pelos dias parados mas, mesmo assim, fazia questão de frisar que as(os) operárias(os) seriam as(os) principais prejudicadas(os) pelos dias de trabalho perdidos, dada a desorganização, as freqüentes paradas perturbando a “normalidade” do trabalho e perdendo terreno para a produção nacional, por não poder suportar a concorrência.

O conteúdo do Manifesto dos Industriais Baianos se colocava na “defesa do direito da greve”, não sob qualquer pretexto, mas afirmando que a greve em Salvador ocorreu sem motivo algum aparente, que as(os) operárias(os) colocaram em risco a produtividade, por motivos frívolos, e continua em *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919: “atendam os operários e com eles, as altas autoridades do país, e colocará a penosa situação da indústria baiana de tecidos exposta à vontade de um simples grupo de homens a prejuízos ncalculáveis” já que aqui, por “qualquer pretexto um grupo reduzido entra na fábrica, anarquiza o serviço, coage a grande maioria a desertar de seus postos”, insuflando uma rebelião.

Seria de uma imensa ingenuidade acreditar que as(os) operárias(os) colocariam em risco o seu trabalho, não fosse por uma necessidade concreta de amenizar ou mesmo resolver os problemas que atingiam a classe trabalhadora, logicamente, a partir da tomada de consciência e da luta. O argumento dos industriais que, devido à sua situação de classe, assim precisavam agir para garantir a manutenção da “ordem” social, não fazia o menor sentido, pois de nada adiantaria perpetrar “idéias anarquizadoras” no conjunto das(os) operárias(os) se, de fato, a insatisfação não fosse generalizada, até mesmo porque se esse pequeno grupo

tinha os seus métodos de “sedução”, de convencimento, o patronato tinha os seus mecanismos de repressão, e se, mesmo assim, os trabalhadores levaram a cabo o movimento, colocando em risco a garantia do pouco que lhes restava, era porque a situação era de fato insustentável.

Como não poderia ser diferente, a greve era vista pelos industriais como inoportuna, produto da intervenção abusiva de elementos estranhos à Bahia, uma clara referência ao advogado Agripino Nazareth, uma das principais lideranças da greve geral e com histórico de militância, como dirigente sindical, como se pode ver em *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919.

Tendo sido repellido do Rio, por promover graves agitações e pregar teses absurdas e não aceito em outros estados aqui aportou, vai por alguns meses um destes semeadores da discórdia, o qual sem qualquer ligação com o operário desta terra, logo passou a minar o seu espírito, apresentando-lhe os seus patrões como perversos inimigos e vulgares exploradores.

O jornal denunciou em suas páginas o acirramento proposital entre patrões e operárias(os) despertado pelo manifesto que tinha como finalidade provocar a desarmonia e a desordem servindo à política de quem é sectário, numa referência a Lemos Britto, então diretor de *O Imparcial*.

Reunidos no sindicato e sob a liderança de Agripino Nazareth, os grevistas resolveram, por unanimidade, não tomar conhecimento do manifesto dos patrões e, ao mesmo tempo, conclamar as demais categorias a declarar greve geral na cidade, assim como ampliar as reivindicações. Mesmo diante do cenário colocado e já não contando com a predisposição de muitas associações em apoiar o movimento, numa reunião realizada no dia 8 de setembro foi aprovada a greve geral, e, ainda assim, iniciada uma campanha de mobilização para a incorporação de novos setores.

Várias associações estiveram em Assembléia Geral, a fim de tomar conhecimento do apelo que lhes fora dirigido pela Sociedade União dos Tecelões para a decretação da greve geral. Mesmo assim, um grande número de sociedades resolveu não aderir ao movimento, como a Sociedade Beneficente dos Pintores, o Centro Automobilista da Bahia, a Sociedade dos Condutores de Veículos, a Associação dos Empregados de Hotéis e Restaurantes, a Sociedade dos Açougueiros, Associação dos Eletricistas, Associação dos Condutores e Motoreiros

de Bondes, União dos Condutores de Carroças, assim, como os operários da *Chemins de Fer* e em consequência dessa decisão deliberaram lançar um Manifesto mostrando as razões pelas quais não declararam a greve geral. (O TEMPO, 8 set. 1919).

Mesmo com algumas baixas anunciadas, o dia 9 de setembro foi tomado de grandes expectativas, dado ser essa a data limite estipulada para a deflagração da greve geral, portanto, decisiva para definir os rumos do movimento. Por isso, desde cedo, um grande número de operários(os) se dirigiram à sede da Sociedade União dos Tecelões, lá reunidos e organizados (formando um contingente de mais de três mil pessoas) e realizaram, por volta do meio dia, uma grande passeata em direção à Cidade Baixa. Dali se encaminharam a Itapagipe, percorrendo as fábricas, oficinas e conclamando as categorias a se incorporarem à greve na perspectiva de consolidar novas adesões ao movimento. Ao final da tarde, operários(os) da fábrica de Calçados Gama & Gama, de fábricas de vidros, de várias obras de construção e dos estaleiros da Companhia Transportes Marítimos suspenderam as suas atividades. A União Defensora dos Sapateiros solidarizou-se à “situação de extrema exploração” vivida pelos(as) operários(as) das fábricas de tecidos aderindo à greve e comunicando sua reivindicação de aumento salarial de 50% “dado o aumento dos gêneros de primeira necessidade autorizado pelo “Comissariado de Alimentação Pública”, (O TEMPO, 8 set. 1919) além de exigirem respeito e providências dos poderes públicos.

Confirmaram, também, adesões os Sindicatos dos Pedreiros e Carpinteiros, grande parte dos Padeiros e dos Produtores de Marcenaria, que reivindicavam a abolição das empreitadas, aumento de 50% semanal e nenhuma dispensa em função da greve e o reconhecimento do Sindicato dos Produtores de Marceneiros como intermediários nas questões de interesse recíproco segundo o *Diário de Notícias*, de 10 de setembro de 1919. Durante o percurso, os grevistas conseguiram que algumas casas comerciais fossem fechadas, alcançando a adesão de seus respectivos funcionários. Logo depois, foram para a cidade alta e lá Agripino Nazareth falou aos(as) operários(as), resolvendo nomear comissões operárias para negociar com os patrões.

Seguindo a caminhada reivindicatória, o advogado Pacheco de Oliveira entregou, no dia 10 de setembro, pela manhã, em nome do operariado, a Alberto Catharino, as reivindicações da greve. Após o encontro e a troca de idéias ficou

resolvida uma reunião no Centro Industrial do Algodão. À tarde, uma comissão de operárias(os) dirigiu-se ao Palácio da Aclamação para solicitar a intervenção do governador que aconselhou moderação, devendo as(os) operárias(os) acreditarem na justeza da causa; assim ficaram aguardando as providências. (O TEMPO, 11 set. 1919).

A formação de um grupamento representativo misto, ou seja, constituído por mulheres e homens, deve ser entendida a partir do perfil essencialmente feminino da categoria, mas, também, como resultado do acúmulo de forças oriundo de um processo anterior, que permitiu a transposição dos espaços, ocupando lugar de destaque nas negociações. Diferente da greve geral, em que o Comitê Central era, em sua totalidade, masculina, aqui, evidenciamos as mulheres como “sujeitos” em todo o processo e, por assim ser, decorrências foram sinalizadas, em se tratando de resgatar a trajetória política das relações entre os “sexos” numa sociedade patriarcal. As fontes históricas e, em especial, os jornais, orientavam-se nessa perspectiva: os homens como “o eixo” ou “centro” de poder em torno do qual orbitavam todas as relações de prestígio e dominação, independentemente da classe social.

Assim, mesmo o setor têxtil tendo 67,3% da sua força de trabalho formada por mulheres e estando na vanguarda do movimento, havia uma omissão por parte dos órgãos de imprensa quanto à sua participação, tratando de deslegitimar sua ação no processo, condicionando as mulheres a um “papel” secundário de facilmente manobráveis e influenciáveis, dada a sua “incapacidade” de pensar e agir em movimentos políticos. Para circunscrever as tecelãs “em um lugar comum” como dóceis, passivas e ordeiras, reforçava-se, cotidianamente, a autoria do movimento grevista (de forma profundamente acintosa) a indivíduos alheios e, portanto, infiltrados na categoria, como os verdadeiros responsáveis pela quebra da “ordem” e pela eclosão da greve.

No dia seguinte, as(os) operárias(os) da fábrica São João, em Itapagipe, e Mira-mar, da firma Peixoto & C., resolveram voltar ao trabalho; as demais fábricas permaneceram em greve, embora guardadas por forte contingente policial. Delineou-se, assim, um recuo da parte de algumas fábricas que declinaram diante das fortes pressões.

A primeira reunião de negociação foi realizada na casa do Secretário de Polícia, Álvaro Cova, então, “mediador”. Nesse primeiro encontro, não houve



avanços, a não ser a substituição do mediador por Pacheco de Oliveira, que buscou os industriais e o presidente do Centro Industrial do Algodão para novos entendimentos, numa tentativa de resolver a questão. Os dias que se seguiram foram de grande tensão: o serviço policial se manteve firme e integrado no intuito de manter a “ordem” e não permitir que as manifestações ultrapassassem a estação de Roma em direção ao centro comercial, como informa o Diário da Bahia, de 11 de setembro de 1919.

Nos dias 11 e 12 de setembro, realizaram-se reuniões no Centro Industrial do Algodão, das quais participaram os industriais, o senador Manuel Duarte, o deputado Pacheco de Oliveira (ligado ao Diário de Notícias), Rodolpho Martins, presidente da Associação Comercial e, até, Antonio Muniz. No mesmo dia, em assembléia na sede da União dos Tecelões, deliberaram pela continuidade da greve, segundo *O Tempo*, de 13 de setembro de 1919, e permaneceram em sessão permanente no Sindicato dos Pedreiros aguardando um acordo entre patrões e trabalhadores(as), para retornarem ao trabalho, mas mantendo-se com a mesma atitude assumida desde o primeiro dia de greve, ou seja, resistindo às pressões.

Os industriais utilizaram todos os recursos para garantir a suspensão da greve e esperavam vencê-la por meio da fome, pois “famintos seriam vencidos” retornando ao trabalho. No entanto, a tática dos patrões naquele contexto já era esperada pelas(os) tecelãs(ões) que reafirmavam que não voltariam humilhados e famintos, mas sim “triunfantes e cada vez mais fortalecidos na convicção de que a grandeza do operariado dependia única e simplesmente de uns para com os outros” informa *O Tempo*, de 13 de setembro de 1919. Contra atacando as investidas patronais, as(os) operárias(os) estabeleceram, no conjunto das categorias, uma rede de solidariedade com recebimento de auxílios para as necessidades básicas, de forma a se manterem ativos na luta.

Essa característica do movimento, no momento de acirramento da luta de classes, associa-se às fortes relações construídas pelas operárias e pela identificação das condições comuns, mesmo com os regulamentos internos, que visavam limitar as formas de expressão das(os) operárias(os), buscando “bloquear toda troca que pudesse reforçar a solidariedade e a formação da consciência de classe” (RAGO, 1985, p. 24). Nesse momento, existiu uma característica no movimento que precisa ser registrada: a capacidade das tecelãs de ousar, fazer diferente (consolidando relações), radicalizando as suas ações. Os auxílios

recebidos, como o fornecimento de contribuições econômicas (de origens variadas) com a finalidade de fornecer alimentos às famílias, possuíam uma significância e uma origem identitária classista, mas, essencialmente, de gênero. Enquanto as elites e suas instâncias agiam no sentido de assegurar a suspensão da greve, as(os) operárias(os) realizavam uma série de atividades programadas para arrecadar fundos para sustentar os grevistas e o movimento, articulando, com as sociedades diretamente envolvidas, ações para garantir a sua manutenção, com listas de contribuição e sessões cinematográficas (FONTES, 1982, p. 190), dentre outras.

No dia 14 de setembro, a Comissão Executiva da Sociedade União dos Tecelões distribuiu um boletim sinalizando a situação geral em que se encontrava o movimento, publicado no Jornal de Notícias, de 16 de setembro de 1919.

Aos Tecelões:

Não tendo logrado êxito completo, a mediação oferecida pelo Exm Sr. Dr. José Álvaro Cova, no sentido de serem atendidas as reclamações apresentadas aos industriais pelos operários das fábricas de tecidos desta capital, à Sociedade União dos Tecelões da Bahia resultou consultar o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, o Sindicato dos Produtores Marceneiros, a União Defensora dos Sapateiros e a União dos Operários em Ferrovias, sobre a nova atitude a assumir em face da intolerância dos patrões.

Ouvidos os companheiros dessas associações e escutada a palavra do Dr. Agripino Nazareth, ficou resolvido que os tecelões se mantivessem em greve até que os industriais manifestassem, diretamente, o desejo de reabrir as fábricas com o atendimento às reclamações já conhecidas.

Como podemos perceber, o documento era dirigido a estimular a categoria que, em sua maioria, era formada de mulheres, na luta diante de toda a adversidade, porém as referências eram feitas no masculino, colocando-as à margem do processo, revelando o perfil essencialmente patriarcal da entidade. O Sindicato dos Pedreiros também conclamava todas as categorias a se enfileirarem e se manterem solidárias ao movimento e aos grevistas.

No dia 15 de setembro, após conferência no “Centro Industrial do Algodão”, a sua diretoria propôs o seguinte acordo:

1. Aumentar em 5% os tarefistas de modo que, em vez de receber 20%, como estavam recebendo, passassem a receber 25%;
2. Estabelecer o trabalho extraordinário, quando necessário, dando-lhes a vantagem de 50%, em vez dos 25% fixados para o trabalho ordinário; e

3. Conceder aos diaristas, no caso de trabalho extraordinário, 25% sobre o salário da hora do trabalho normal. (O TEMPO, 16 set. 1919).

A proposta patronal, no entanto, não correspondeu às expectativas das(os) operárias(os) que, tão logo a rejeitaram, permanecendo em greve. Através de um folhetim, a União dos Tecelões justificava a recusa das propostas patronais, ao passo em que rebatia as ameaças feitas (FONTES, 1982, p. 189) pois “voltar ao trabalho mediante o mesquinho aumento de 5% [aliás, somente oferecido para os tarefistas] importaria em aprofundarmos com as nossas próprias mãos o túmulo que de há muito vêm cavando para nós pelo egoísmo patronal” como publicado em *A Tarde*, de 17 de setembro de 1919, que infirma que diante da recusa, “cessou a ação dos interventores, continuando a polícia a ‘guardar’ os estabelecimentos fabris em que o trabalho estava paralisado, aparelhada para manter a ordem”.

Prontamente, a Secretaria do Centro Industrial do Algodão distribuiu notas à imprensa eximindo-se de responsabilidade pelos possíveis desdobramentos, dado que o Chefe de Polícia considerou terminada a sua mediação, desobrigando-se, por intermédio de João Pacheco de Oliveira. De acordo com o conteúdo do documento, todas as concessões foram feitas, sendo a solução da greve rejeitada por imposição do agitador dos(as) operários(as), (novamente o advogado Agripino Nazareth era responsabilizado pela situação de impasse criada) não cabendo quaisquer acusações de que não tinham buscado o caminho das negociações. Os industriais agradeceram as medidas repressivas adotadas por Antonio Moniz, por intermédio do Secretário de Polícia, e pedia que dessem continuidade às ações adotadas coibindo as manifestações e os piquetes de greve registra *A Tarde*, de 15 de setembro de 1919.

Nova reunião foi articulada com a participação da diretoria do Centro Industrial de Algodão, Pacheco de Oliveira e o Senador Manuel Duarte, em uma tentativa de firmar algum entendimento, sob algumas negativas: no que se referia às demissões (da greve de junho), à readmissão de Daniel do Nascimento e ao pedido de demissão do vigia que agrediu covardemente com um punhal uma menina, não houve concordância. No entanto, aceitou-se fixar a jornada ordinária de oito horas, reconhecer as entidades operárias, desde que não interferissem nos assuntos internos das fábricas, sem qualquer tipo de punição aos grevistas (o que não englobava as(os) operárias(os) que danificaram máquinas ou que tenham tido

comportamentos totalmente oposicionistas, considerados, por eles, incompatíveis informa o *Diário de Notícias*, de 17 de setembro de 1919.

### 5.1 UMA DIFÍCIL REALIDADE: A REPRESSÃO

O Governo do Estado, face ao “fracasso” de deflagração da greve geral, se posicionou no sentido de reprimir as manifestações e os piquetes feitos pelos grevistas, resultado da significativa alteração da correlação de forças. Assim, foi articulado um plano de ação dirigido pela Secretaria de Polícia, que tornou público o apoio da força policial da cidade para o pronto atendimento das solicitações feitas pelas associações no cumprimento das deliberações tomadas em Assembléia, guarnecendo as fábricas até o término da parede das(os) tecelãs/ões. (O TEMPO, 11 set. 1919).

Ao tomar conhecimento de que os grevistas estavam ocupando as ruas da cidade em passeata, imediatamente, o Secretário de Polícia se dirigiu para Itapagipe, acompanhado de uma força policial para “garantir a ordem”. Outra medida adotada pela polícia, diante das ameaças de greve geral, foi a distribuição de um boletim (datado do dia 8 de setembro de 1919) em que afirmava que agiria energicamente caso se concretizem os “boatos” de que alguns grevistas mais exaltados(as) viriam a promover manifestações e provocações nas associações que resolveram não aderir à greve.

É interessante destacar uma situação, no mínimo, inusitada: o Secretário de Polícia, ao tempo em que reprimia o movimento, servia como mediador, atuando nas negociações. Essa situação decorria de uma dada conjuntura, de uma correlação de forças desfavorável, da indisposição de um conjunto de categorias em se envolver diretamente na greve (aderindo massivamente, à luta), as pressões de todos os lados, inclusive de dentro do movimento, numa tentativa de alcançar as reivindicações das trabalhadoras têxteis.

Salvador estava guarnecida por um intenso serviço de polícia, feito por patrulhas de cavalaria, infantaria e guarda civil, superintendendo o serviço o Secretário de Polícia, auxiliado por Lustosa de Aragão e Durval Trindade, respectivamente, segundo e terceiro delegados. Na Baixa dos Sapateiros, houve uma tentativa de paralisação de padarias, logo controlada pela polícia, que dispersou o grupo, garantindo o funcionamento desses estabelecimentos. Mesmo

assim, com as medidas preventivas adotadas pela polícia, faltou pão em algumas padarias da cidade. A ação da polícia permanecia violenta, sob ameaças de espancamento ao advogado Agripino Nazareth e de que os operários seriam varridos pelas patas dos cavalos, segundo *A Tarde*, de 3 de setembro de 1919. Esse era o discurso que correspondia à prática das autoridades policiais.

Se, de um lado, o operariado persistia na luta, mesmo com a não incorporação de um conjunto de categorias, por outro, a força pública, através de um forte serviço de policiamento, reforçava seus mecanismos de prevenção e controle, coibindo as manifestações ou qualquer possibilidade de generalização das mesmas.

Não há dúvidas com relação à direta conexão entre a jornada têxtil e o movimento anterior (de junho). A conjuntura histórica definiu a emergência de movimentos sociais de base operária, nos centros urbanos do país, a partir de 1917<sup>59</sup>, e que se estendeu, cronologicamente, até 1920. (FAUSTO, 1977). No entanto, ao traçarmos um paralelo, percebemos as particularidades e adversidades encontradas pelo setor para a consagração do movimento, na perspectiva da greve geral. Para começar, mesmo diante da crise política ainda vigente (ausência de uma força hegemônica), tanto a oposição quanto a situação, envolvidas em um intenso acirramento político com as disputas pela sucessão estadual, não estavam dispostas a assumir o ônus de uma nova insurgência operária, paralisando a cidade e os seus serviços. É possível que tenham avaliado que os prejuízos seriam maiores que os ganhos políticos e que, naquele cenário turbulento, não tinham tempo a perder. Assim, os setores dominantes tenderam cada um a defender o seu interesse, mas, ninguém “apoiando” a greve, polarizando uma oposição. O longo Memorial lançado pelo Centro Industrial do Algodão (Manifesto dos Industriais) foi a maior ofensiva patronal, no sentido de desgastar, desqualificar e fragilizar a organização operária e a própria luta de classes.

---

<sup>59</sup> “Na Bahia, os movimentos de protesto dos trabalhadores haviam sido freados, em agosto de 1917, por violenta intervenção policial. Em 1919 os movimentos paredistas do Rio de Janeiro e São Paulo repercutiram mais intensamente”. (SAMPAIO, 1998, p. 144). Sem falar que cada sociedade, responde aos processos de acordo com as suas especificidades históricas e regionais.

## 5.2 O MOVIMENTO E A IMPRENSA TRADICIONAL

A imprensa tradicional, em um primeiro momento, foi tomada de expectativas, aguardando os desdobramentos para logo se posicionar contrária à greve, utilizando o espaço dos jornais para realizar campanhas diárias e ostensivas pelo fim do movimento, justificando tal posição como uma defesa dos interesses da classe, já que essa não representava a vontade de uma maioria e sim de uma minoria infiltrada: “registramos o fato de que inúmeros operários não desejaram, manifestamos também a nossa franca opinião contra ela”, declara *O Tempo*, de 10 de setembro de 1919, que se pronunciou opondo-se à greve geral para zelar pelo “bom nome e bom crédito do operariado baiano e, assim, evitar que a justa causa perdesse as simpatias gerais, evitando que os inimigos, no caso a oposição, das(os) operárias(os) lançassem contra elas(es) a pecha degradante de anarquistas.

Diferente da linha editorial seguida pelos periódicos, na greve geral de junho, em que o movimento foi abraçado e até defendido por eles, dessa vez as(os) operárias(os) foram acusadas(os) de comportamento anárquico, o que não se alinhava às suas pretensões.

O *Diário de Notícias*, do dia 9 de setembro, assim se manifestou:

O operariado baiano, quase na sua maioria é bom e ordeiro, cordato e trabalhador. Há porém uma minoria desnorteada [...], guiada por almas perniciosas. E essa infeliz minoria se deixa embair na sua credulidade, pelas promessas ilusórias, inexecutáveis de seus falsos amigos, impostores que são.

Continuaram afirmando que a anarquia começou na fábrica Boa Viagem, seguida por outros atos de indisciplina e desrespeito em Plataforma, que ameaçavam tomar conta da cidade. O *Diário da Bahia*, no mesmo dia, exprimiu duras críticas às manifestações:

Não há motivo para esse movimento irritante de operários contra patrões bondosos [...], nesse momento por que atravessa o mundo, precisamos de ordem e de trabalho, para que possamos assegurar perante os povos a nossa estabilidade econômica e financeira.

E, por fim, o jornal *A Tarde* que, em 8 de setembro de 1919, afirmava ser imprescindível a harmonização das forças vitais do aparelhamento econômico através da conciliação entre capitalistas e trabalhadores para se colher o supremo bem da fraternidade social, complementando que

[...] a questão trabalhista no mundo tem sido criminosamente desvirtuada pelos elementos anarquistas que a sombra das reivindicações operárias pretende romper a civilização no que ela tem de mais precioso, que é a própria sociedade organizada.

Havia assim um consenso entre os periódicos acima mencionados que se posicionaram contrários à greve ao afirmarem que a causa das manifestações e a deflagração da greve não tinha sido resultado do espírito de luta por direitos de um coletivo operário, mas, sim, produto do reconhecimento de figuras que, sob a influência nociva de pessoas estranhas à própria causa, ali só estavam para promover anarquia e trazer desarmonia às relações entre o capital e o trabalho, comprometendo os frutos da produção e o crescimento econômico do Estado.

Ao afirmarem que “a classe, com naturais exceções, está tranqüila e satisfeita”, contradizem as próprias impressões e diagnósticos da realidade operária feitos durante a greve geral de junho, em que esses conclamavam os patrões a cederem às tão necessárias e emergenciais reivindicações, realizando campanhas redentoras em prol da causa, já que se tratava de uma categoria que teve as suas conquistas retrocedidas, e que, portanto possuía motivações reais para deflagrar a greve.

Quanto mais o tempo passava, maiores eram as dificuldades enfrentadas pelas(os) operárias(os) e o acirramento das críticas feitas pela imprensa. Sem muitas perspectivas, no dia 22 de setembro de 1919, a mando da diretoria, a fábrica da Boa Viagem foi aberta e a ela compareceram cerca de 250 operárias(os). No dia posterior, a União dos Tecelões organizou piquetes tentando impedir-lhes a entrada.

Diante da ação da Sociedade, a polícia interveio com violência para dispersar os piquetes, que foram recebidos sob vaias, e partiu a cavalo para cima dos grevistas que, constantemente, ameaçados, foram obrigados a se dispersar relata o *Diário de Notícias*, de 24 de setembro de 1919. No dia 25 do mesmo mês, ante todos esses acontecimentos, a fome, a repressão policial, as pesadas críticas da imprensa e as pressões internas (da categoria) e externas (patronal), esgotadas

todas as possibilidades de resistência, a suspensão do movimento grevista tornou-se inevitável, voltando, praticamente, todas as fábricas a funcionar.

A diretoria da Sociedade União dos Tecelões, no dia seguinte, em reunião com a participação de vários delegados das fábricas e de Agripino Nazareth avaliou que, naquele momento, o melhor caminho para a categoria seria o recuo, ou seja, o término da greve, mas que os empresários deveriam cumprir os acordos da greve de junho, assegurando o aumento prometido e sem demissões e o congelamento dos preços da tabela do Comissariado da Alimentação registra o Diário de Notícias, de 27 de setembro de 1919 (RUBIM; RUBIM, 1982).

Em relação aos acordos firmados, o parecer do relatório interno da “Companhia Empório Industrial do Norte” referente ao ano anterior, registrou:

[...] o movimento de junho e a greve de setembro fizeram com que a empresa paralisasse todos os serviços durante quatro semanas, ficando definido por acordo mútuo e geral a redução do trabalho diário de dez para oito horas e mais o aumento de 25% nos salários de empreitada e de 50% em todo o trabalho extraordinário. (COMPANHIA..., 1920, p. 6).

Nessas circunstâncias, estava terminada a greve das tecelãs, iniciada em 4 de setembro de 1919 e encerrada por volta do dia 27 do mesmo mês e ano, ou seja, após 23 dias de muita luta, resistência e enfrentamento a todos os órgãos das elites baianas.

O operariado retornou às atividades sem muitas garantias de que seriam cumpridos os acordos, sobretudo em relação às perseguições e demissões. Partindo das informações dos jornais em relação aos demitidos, há indicativos de que um grande número tenha ficado nessa situação (as associações continuavam programando atividades para arrecadar dinheiro para os demitidos), dado que muitos industriais iniciaram campanhas de contratação de operárias(os) de outros estados, atitude que teve uma contra-ofensiva do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros que logo comunicou o ocorrido às principais organizações operárias do país, intervindo nacionalmente para impedir a onda de desemprego que se apresentava em Salvador, conforme noticiou o jornal *A Tarde*, de 7 de outubro de 1919.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma longa caminhada foi percorrida por homens e mulheres, “trabalhadores livres”, mas com origem no processo de escravidão, que tanto resistiram e lutaram por liberdade, melhores condições de trabalho, salários condizentes com as suas necessidades e contra os dispositivos internos de controle social (coaçoão, multas, assédio, etc.) e que contribuíram, através de seu trabalho, para a riqueza do Estado, que nunca lhes retribuiu, impondo-lhes, ao contrário, uma dinâmica econômica pautada em relações sociais de desigualdade, fruto de uma contínua exploração e concentração do excedente em mãos de uma minoria: latifundiários, comerciantes e industriais.

“Livres”, sob determinadas condições, foram incorporadas(os), diferenciadamente, ao mercado de trabalho, na produção fabril. No bojo dos conflitos inerentes às relações de classe, pouco a pouco, trataram de reclamar por direitos, primeiro, de modo pontual, contra o atraso dos pagamentos e/ou aumento de salários e, em seguida, o acirramento das contradições, instrumentalizou a tomada de consciência e a necessidade de construir instrumentos organizativos mais combativos para reivindicar direitos, no contexto das lutas sociais por mudanças nas condições e relações de trabalho.

A greve de setembro de 1919 teve como vanguarda a Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, uma entidade em processo de consolidação, mas em plena organização das suas bandeiras de luta, que, após o movimento de junho, assumiu a dianteira das lutas sociais na Bahia pela unificação do setor têxtil e buscou o apoio dos demais ramos de produção, numa iniciativa que visava incorporar um conjunto de categorias e, mais uma vez, deflagrar uma greve na Bahia de âmbito geral.

Não há como negar que a conjuntura interferiu nos rumos do movimento, que deve ser analisado através da relação com outros fenômenos sociais, a greve de junho, o acirramento das lutas de classe, a correlação de forças desfavorável, a polarização das forças políticas e o perfil do setor vanguardista (o têxtil), essencialmente feminino. A presença marcante de Nazareth, do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, não só contribuiu para dar consistência orgânica e teor ideológico ao movimento, como foi indispensável na relação com os demais setores envolvidos na greve (FONTES, 1982, p. 192). Assim, a greve contou com um conjunto de articulações de outras categoriais.

Outra tática característica adotada pela direção do movimento foi ter partido, prontamente, após a deflagração da greve na Boa Viagem, para a ampliação do movimento, primeiro, viabilizando a adesão das demais fábricas têxteis para, em seguida, tentar consolidar o apoio de um conjunto de categorias e assim deflagrar a greve geral.

A atitude na greve demonstra que direção e operariado estavam conscientes de suas ações e dos prováveis desdobramentos, sinalizando o caráter ideológico e político das ações femininas, sem falar que, nessa conjuntura de efervescência das lutas operárias, essa foi, sem dúvida, a mais reprimida e combatida. Mas nem isso fez das tecelãs uma categoria de baixa combatividade; ao contrário, segundo Pena (1981), foi uma das mais elevadas e resistentes, dado o contexto de pressão a que foi submetida pelo governo estadual, na figura de Antonio Muniz, que buscava re-estabelecer e consolidar relações com os industriais e setores oligárquicos, através da repressão policial, das violentas críticas feitas pelos jornais em circulação no período, das ameaças (coação) dos patrões, sem contar as dificuldades sofridas na família para manter o mínimo necessário à sobrevivência, ou seja, pressões no interior da categoria e no âmbito do lar.

Se, por um lado, os industriais e as suas entidades representativas utilizavam mecanismos (artifícios) para fazer retroceder as conquistas da greve geral de junho e defender os seus interesses de classe, por outro, houve a luta do operariado que, através da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, encontrou forças para resistir, saindo engrandecida e consolidada dos combates a que fora propelia para salvaguardar a sua própria existência, como afirma O *Germinal*, de 1 de maio de 1920, fortalecendo a luta e integrando a categoria através dos mecanismos de solidariedade construídos ao longo do processo.

Mesmo que, do ponto de vista mais geral de seus objetivos (de confirmação de suas reivindicações), a greve não tenha saído vitoriosa, foi um movimento que criou condições para que uma categoria de mulheres se apresentasse como agente social e político, atuando em todo o processo e de forma diferenciada, radicalizando as suas ações e definindo um comportamento distinto do anterior, com o estabelecimento de uma rede solidária de provisão de alimentos, vestimentas e contribuições financeiras.

Sob inspiração anarco-sindicalista, *O Germinal*, que se declarava de tendência socialista, trouxe em suas páginas um artigo em que questionava a tática utilizada nas inúmeras greves que irromperam no ano anterior (1919), segundo o qual, o resultado não fora dos mais satisfatórios em virtude da inaplicação eficaz e efetiva da sabotagem ou, pelo menos, da ameaça, por parte dos grevistas. E conclui afirmando que as greves são perfeitamente inúteis quando não são iniciadas pela sabotagem, cuja prática não só daria imediatamente resultado como até mesmo evitaria a greve em si.

Para os libertários anarcos-sindicalistas, as lutas cotidianas efetivadas no espaço de trabalho, principal meio de resistência política, deveriam ser travadas através da “ação direta”: contestação dos regulamentos internos, questionamento da hierarquia e das relações fabris, assim como a sabotagem (também considerado como método, ou tática alternativa, no caso da impossibilidade de paralisação total da produção nas fábricas), em contraposição à ação indireta preconizada pelos marxistas e socialistas. (Cf. RAGO, 1985).

O movimento das tecelãs(ões), dentre outras questões, foi capaz de questionar a organização interna do trabalho nas fábricas, o comportamento de superiores (fiscais) e, por extensão, das relações hierárquicas de poder, além de lutar pela garantia do direito de associação. Por tais questões, suspenderam todas as atividades do ramo têxtil. Aguerrido, apesar das circunstâncias totalmente adversas, foi a força e a necessidade de sobreviver através do fruto de seu trabalho que o fez reivindicar os direitos trabalhistas e as melhorias das condições de vida, elemento crucial para garantir sobrevivência e resistência ao movimento, mas que, face ao endurecimento das forças de pressão, aos poucos, foi perdendo fôlego, possivelmente engolido pelas mesmas necessidades que lhe deram origem, fazendo com que os(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) retornassem às suas atividades.

Uma importante questão a ser considerada em relação a essa greve diz respeito à pouca cobertura jornalística dada em seus momentos cruciais fazendo com que muitos dos órgãos de imprensa deixassem de noticiar ou de dar importância devida aos seus desdobramentos finais.

Para além dos direitos reclamados, as greves trouxeram para o operariado o sentimento de unidade e organicidade. A Federação dos Trabalhadores Baianos, no ano seguinte (1920), promoveu uma série de conferências às sextas-feiras, em cada uma das associações federadas, instrumentalizando o cotidiano do operariado com teorias do sindicalismo e utopias revolucionárias.

No ano subsequente às intensas movimentações de greve, o governo brasileiro envidou uma feroz reação às organizações operárias “contra todo e qualquer tipo de propaganda dos ideais de emancipação, falada ou escrita”. Com o fortalecimento das instâncias representativas das(os) operárias(as), aprofundou-se a repressão, as associações passaram a ser assaltadas, os domicílios dos militantes arrombados, sem esuqecer que muitos foram presos, espancados, processados e expulsos arbitrariamente.

A crise no interior do movimento operário e o início de seu declínio ocorreram num momento em que também se desencadeava, na Bahia, uma reaproximação entre o governador J. J. Seabra e as elites de Salvador, em uma tentativa de recuperar o prestígio do PRD, de repactuar as relações com os grandes comerciantes e os industriais (iniciativa que também visava apaziguar as tensões com os coronéis do interior), o que ainda não impediu que irrompessem novos movimentos.

No dia 27 de setembro, declararam-se em greve os operários de várias fábricas e os carregadores das Docas, assim como, em janeiro de 1921, ocorreu outro movimento das(os) tecelãs(ões). Segundo os diretores, como era de praxe, as fábricas da Companhia Progresso, em Itapagipe e Plataforma, não trabalhavam no dia de segunda-feira (segunda-feira gorda da Ribeira) após a festa do Bonfim, atitude habitual do operariado (baseada nos costumes), “tacitamente aceita” e, portanto, tolerável aos empresários como declara o *Diário de Notícias*, de 26 de janeiro de 1921: “Tradicionalmente, o povo prolonga-se das nove noites de orações e cânticos no templo, das cerimônias do culto no domingo pela segunda-feira afora, avançando pela terça e pela quarta”.

Uma parte das(os) operárias(os) da São João, no Porto dos Mastros, e da Paraguaçu (movimento originado pelos foguistas), no Largo do Papagaio, em Itapagipe, não compareceram ao trabalho na terça-feira só se apresentando na quarta, silenciando, durante dois dias, os teares das fábricas, o que provocou total descontentamento dos industriais que, prontamente, adotaram medidas por eles consideradas “disciplinares”, já que tinham demandas e prazos de encomendas a serem cumpridas. Diante disso, distribuíram multas diferenciadas por “sexo” (homens, dois mil reis (2\$000) e mulheres, mil reis (1\$000)<sup>60</sup>.

As(os) operárias(os) da São João após voltaram ao trabalho na quarta-feira, apelaram pelo cancelamento da punição, enquanto as(os) da Paraguaçu se declararam em greve, paralisando as atividades e buscando a Sociedade União dos Tecelões, tão logo se dirigiram à Boa Viagem para garantir apoios e adesões. Do outro lado, o patronato e o poder público receberam, de forma intolerante, o movimento, reprimindo, duramente, a greve, através de piquetes de cavalaria e de infantaria de polícia postados nas fábricas. A Sociedade União dos Tecelões foi cercada pela polícia ocorrendo prisões e deportações de vários líderes (caso de Agripino Nazareth e José Domiense) segundo *O Tempo*, de 29 de janeiro de 1921. Após esses acontecimentos, o movimento operário entrou em um processo de desarticulação e refluxo (se comparado à conjuntura de 1917 a 1921, já descendente), encerrando um ciclo de grandiosas manifestações de luta da classe trabalhadora.

No que diz respeito à classe operária na Bahia e ao seu processo de constituição histórica, o seu estudo perpassa, necessariamente, pela articulação das relações de classe, de gênero e raça, para, a partir daí, compreendermos a trajetória, a dinâmica e as particularidades assumidas por uma categoria com um forte traço feminino e eminentemente mestiça.

Os costumes e as tradições culturais devem ser analisados como estruturantes para a organização do movimento e dos instrumentos por esse assumidos para seguir em frente, seja passeatas, em que as operárias cantarolavam e silvavam os seus apitos no espaço público, seja ao construírem, com identificação à causa e à condição comum, os laços de solidariedade e apoio, ou mesmo ao burlarem as normas vigentes (no caso da greve têxtil de 1921), não comparecendo

---

<sup>60</sup> O que comprova a permanência da diferenciação salarial por sexo, em mesmas funções, num momento posterior às greves de 1919.

ao trabalho fabril no dia subsequente à segunda-feira (pois, com base nos costumes, existia, na informalidade, um acordo simbólico, que lhes assegurava “folga” nesse dia), como acontecera já em outros momentos.

A festa do Senhor do Bonfim era tradicional, o momento dos festejos, dos cânticos, das orações, dos pedidos e de apaziguar, pelo menos por um instante, as dores de uma difícil realidade. Assim, conhecer o movimento operário na Bahia implica identificá-lo a partir de sua composição, da conjuntura, dos instrumentos organizativos e de luta e, mesmo não tendo sido objetivo desse trabalho estabelecer, de forma mais profunda, relações com outros movimentos, é importante frisar que não podemos isolá-lo do conjunto das movimentações operárias ocorridas no Brasil no período.

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ANDRADE, Elisiário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho**. Salvador: UCSAL, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001. p. 13-70. Gênero e Cidadania. 286 p.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAHIA. Diário Oficial. **Edição Especial do Centenário**, 1923.

BAHIA. Dados da Diretoria de Estatísticas do Ministério da Fazenda. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, 20 fev. 1919.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. *Relatório*. Bahia, 1920.

BATALHA, Cláudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78p. Coleção Descobrimdo o Brasil.

BESSE, Susan. Redefinição do trabalho das mulheres. In: \_\_\_\_\_. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Adusp, 1999. Cap. 6.

BODEA, Miguel. **A greve de 1917**: as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: Proarte, s/d.

CARDOSO, Céli Rosana. **Arquitetura e indústria**: a Península de Itapagipe como sítio industrial da Salvador moderna. [s.l.]: São Carlos, 2004.

CARONE, Edgard. **A Primeira República**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914 – 1921)**. Salvador: FIEB, 2004.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. **Salvador dos operários**: uma greve geral de 1919 na Bahia. Salvador: UFBA, 2001.

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. (Org.). **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23-43.

COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos; Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: [s.n.], 1971.

DEDECCA, Cláudio et al. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora; LIMA, Maria Ednalva; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero e trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. v.1; p. 21-52.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

DIAS, Maria Odília. **Cotidiano e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odília. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

DUMÊT, Eliana Bittencourt. **Luiz Tarquínio**: o semeador de idéias. São Paulo: Gente, 1999.

EISENSTEIN, Zillah. Hacia el desarrollo de una teoria de patriarcado capitalista y el feminismo socialista In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. México: Siglo XXI, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1820-1895)**. São Paulo: Global, 1985.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: DIFEL, 1977.

FERREIRA, Maria Nazaré. **A imprensa operária no Brasil 1880/1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres, injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.



FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS–CPE (Bahia). **A inserção da Bahia na evolução nacional: segunda etapa: 1890 – 1930**. Salvador, 1980.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado (1889 – 1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARAWAI, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, jan./jun. 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 93-100, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOLLONTAI, Alexandra. **A crise da família: marxismo e revolução sexual**. São Paulo: Global, 1982.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A operária metalúrgica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

LÓWI, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. Contexto: São Paulo, 2005. P. 111-153.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partido e sindicato**. São Paulo: Kairós, 1979.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos; Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (1818 – 1883)**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, Maria Izilda. **Gênero em debate**. [s.l.]: Global, 1997.

MATTOSO, Kátia M. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MATTOSO, Kátia M. **Bahia, Século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NYE, Andréa. Liberté, égalité et fraternité: liberalismo e direitos das mulheres no século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. cap. 2, p. 18-47.

PAMPLONA, Marco. A historiografia do protesto popular e sua contribuição para o estudo das revoltas urbanas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 215-238, 1996.

PELEGRINI, Sandra de Cássia. Movimentos sociais: algumas considerações. **Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História**. UNESP, v. 3, p. 27-40, 1995.

PENA, Maria Valéria Juno. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos; Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

ROSALDO, Michele Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120. Coleção O mundo, hoje.

RUBIM, Antonio Albino; RUBIM, Jorge Canelas. As lutas operárias na Bahia (1917-1921). **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 1, n. 80, p. 22-34, jul./ago. 1982.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. A mulher a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185-231.

SADER, Emir (Org.). **Gramsci: sobre poder, política e partido**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SAMPAIO, Jose Luis Pamponet. **Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1930)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

SAMPAIO, José Luís Pamponet. **A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa: 1850-1889**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1978.

SAMPAIO, José Luís Pamponet. Origem e evolução da indústria na Bahia (1850-1889). In: SEPLANTEC/CPE. A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões. Salvador: SEPLANTEC, 1981, p. 33-64.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na primeira república: uma política de acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A república do povo: sobrevivência e tensão: Salvador (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SARDENBERG, Cecília Maria B. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ivya; MACEDO, Márcia. **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Coleção Bahiana, v. 3. Salvador: NEIM/ UFBA, 1998. p. 147-164.

SARDENBERG, Cecília Maria B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 1999.

SARDENBERG, Cecília Maria B. Classe, gênero e raça: lidando com a diferença e combatendo as desigualdades. In: WATANABE, Célia Hissae; CORREA, Maria dos Prazeres Valença; ALMEIDA, Roseny de (Org.). **Identidades culturais**. Recife: CUT/Nordeste, 2000. v. 1, p. 23-36.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. **Feminismo, ciências e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 89-120.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida; BINGHEMER, M. Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 81-114.

SARDENBERG et al. Mulheres e sindicatos: presença feminina no sindtextil-Ba nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecília; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina Maria Brandão de. (Orgs.) **Fazendo gênero na historiografia baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. v.1, p. 133-159.

SCOTT, Joan Wallach. El problema da invisibilidade. In: ESCANDON, Carmem Ramos (Org.). **Gênero e história: la historiografia sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992a.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1992b.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992c. p. 63-95.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas/ SP, n. 3, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. Cap.1.

SILVA, Ligia Osório. A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República. **Revista Semestral do Centro de Estudos Everaldo Dias**, ano I, n. 2, jul./dez. 1979.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo (ORG.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, São Paulo, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP, 2001.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia.** Salvador: UFBA, 1966.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica do sonho:** trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## APÊNDICE A

### FONTES CONSULTADAS

#### Jornais

A Tarde: Salvador /Ba      janeiro a dezembro de 1918;  
    janeiro a dezembro de 1919;  
    janeiro a dezembro de 1920;  
    janeiro a março de 1921.

A Cidade: Salvador/Ba -    fevereiro a abril de 1918.

A Hora: Salvador/Ba -      janeiro a dezembro de 1919.

Diário de Notícias: Salvador/Ba - janeiro a novembro de 1919;  
    janeiro a março de 1920;  
    janeiro a março de 1921.

Diário da Bahia: Salvador/Ba - janeiro a dezembro de 1919.

Diário Oficial do Estado da Bahia; Edição especial do centenário, 2 de Julho de 1923.

O Tempo: Salvador/Ba -    maio a dezembro de 1918;  
    maio a dezembro de 1919;  
    janeiro a abril de 1920;  
    janeiro a março de 1921.

O Democrata: Salvador/Ba - janeiro a novembro de 1919.

O Imparcial: Salvador/Ba- maio a dezembro de 1918;  
    janeiro a novembro de 1919.

Jornal de Notícias:            janeiro a dezembro de 1919

#### Operários:

O Germinal: Salvador/Ba - março, abril e maio de 1920.

A Voz do Trabalhador: Salvador/Ba – outubro de 1920 a outubro de 1922.

## **Estatutos/ Atas / Relatórios**

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Estatutos**. Assembléia Geral Extraordinária, 11 jul. 1921.

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Relatório da direção e parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 2 de abril de 1918.

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Relatório da direção e parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária de 31 de março de 1920.

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. Relatório da direção. Parecer do Conselho Fiscal. Assembléia Geral Ordinária, 20 fev. 1923.

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. **Relatório da direção e parecer do Conselho Fiscal** apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral Ordinária, 21 fev. 1925.

COMPANHIA UNIÃO FABRIL DA BAHIA. Relatório da Direção: exercício de 1918. Diário Oficial do Estado, 25 mar. 1919.

COMPANHIA UNIÃO FABRIL DA BAHIA. **Relatório da direção**. Para ser apresentado a Assembléia Geral dos Srs. Acionistas, no dia 29 de abril de 1920. Referente ao exercício de 1918. Diário Oficial do Estado, 25 mar. 1919.

COMPANHIA FABRIL DO FIAIS. **Relatório**: exercício de 1918 Assembléia Geral Ordinária, 2 fev. 1919.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMERCIO, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório**: Governador do Estado. Bahia, 1920

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório**: Governador do Estado. Bahia, 1921.

## **Estatísticas Oficiais – IBGE**

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Sinopse de Recenseamento do Brasil**, realizado em 1 de setembro de 1920; população do Brasil. Rio de Janeiro, 1926a.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**, realizado em 1 de setembro de 1920; população do Brasil. v. 4, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1926b.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: 1922, 1925, 1930. v. 4, 2ª parte.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**, realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: 1922, 1925, 1930. v. 4, 4ª parte.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1922, 1925, 1930. v. 5, 1ª parte.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**, realizado em 1º de setembro de 1920; população do Brasil. Rio de Janeiro, 1929. v. 4, 4ª parte.

## Arquivos

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - UNICAMP).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Associação Comercial da Bahia (ACB).

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB).

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHBA).



## ANEXOS

<b>ANEXO A</b>	<b>MARCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA BAHIA: A PRIMEIRA GREVE GERAL (JUNHO DE 1919)</b> .....	<b>177</b>
Figura 1	Multidão de operárias(os) em passeata nas ruas de Salvador, entre apitaços e brados de “Viva o operariado!” .....	177
Figura 2	A voz das operárias. A luta contra a exploração e a opressão .....	178
Figura 3	Operários em frente ao Sindicato dos Marceneiros e Pedreiros .....	179
<b>ANEXO B</b>	<b>FÁBRICA DA BOA VIAGEM (CIA. EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE)</b> .....	<b>180</b>
Figura 4	Fachada principal. Entrada das(os) operárias(os) .....	180
Figura 5	Fachada lateral .....	180
Figura 6	Salas das fiadeiras .....	181
Figura 7	Sala dos teares .....	181
Figura 8	Sala dos teares .....	182
Figura 9	Sala dos teares .....	182
<b>ANEXO C</b>	<b>FÁBRICA SÃO BRAZ (COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DA BAHIA)</b> .....	<b>183</b>
Figura 10	Fotografia frontal .....	183

## ANEXO A

MARCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA BAHIA:  
A PRIMEIRA GREVE GERAL (JUNHO DE 1919)

Figura 1 – Multidão de operárias(os) em passeata nas ruas de Salvador, entre apitaços e brados de “Viva o operariado!”.  
Cerca de 15 mil operárias(os) paralisaram as suas atividades.

**Fonte:** APEB, O Diário de Notícias, 11 de junho de 1919.

**ANEXO A – MARCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA BAHIA:  
A PRIMEIRA GREVE GERAL (JUNHO DE 1919) (continuação)**



Figura 2 – A voz das operárias. A luta contra a exploração e a opressão  
Após a deflagração da greve, operárias/os em frente à entrada da fábrica têxtil da Boa Viagem: cartazes (reclamando direitos), silvando apitos e cantorias.

Fonte: *O Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919.



**ANEXO A – MARCO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO DA BAHIA:  
A PRIMEIRA GREVE GERAL (JUNHO DE 1919) (continuação)**



Figura 3 – Operários em frente ao Sindicato dos Marceneiros e Pedreiros.  
Fonte: *O Imparcial*, 5 de junho de 1919.



**ANEXO B****FÁBRICA DA BOA VIAGEM (CIA. EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE)**

Figura 4 – Fachada principal: entrada das(os) operárias(os)  
Fonte: DUMÊT, 1999.

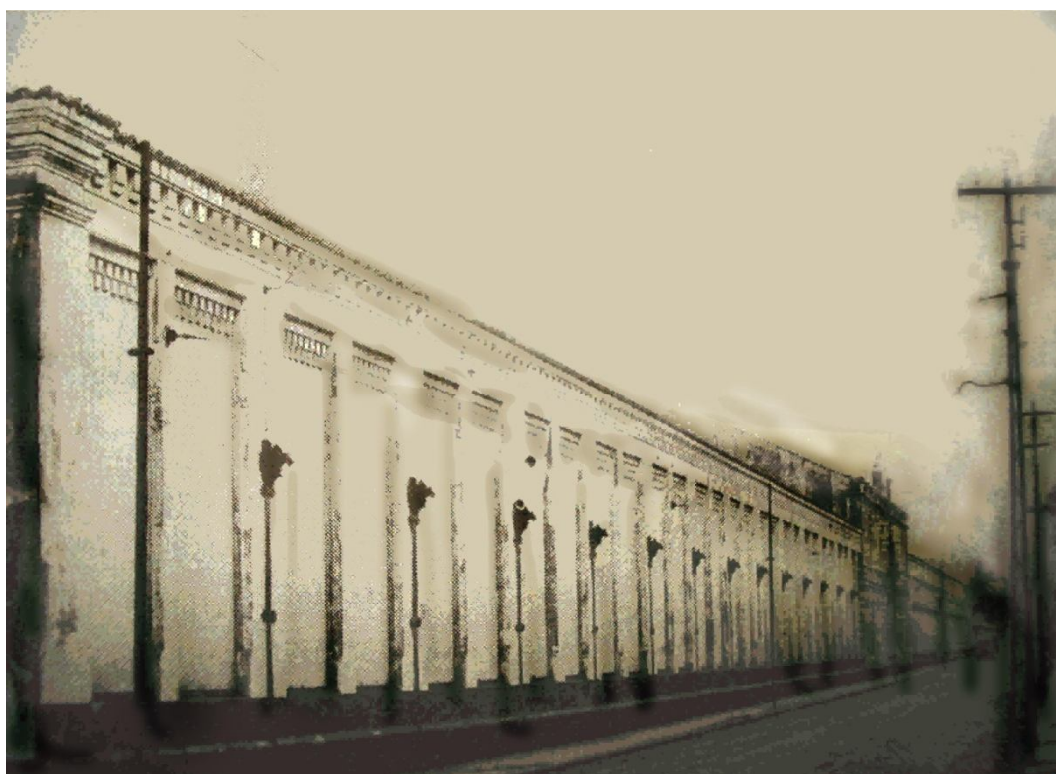


Figura 5 – Fachada lateral  
Fonte: DUMÊT, 1999.



**ANEXO B – FÁBRICA DA BOA VIAGEM (CIA. EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE) (continuação)**

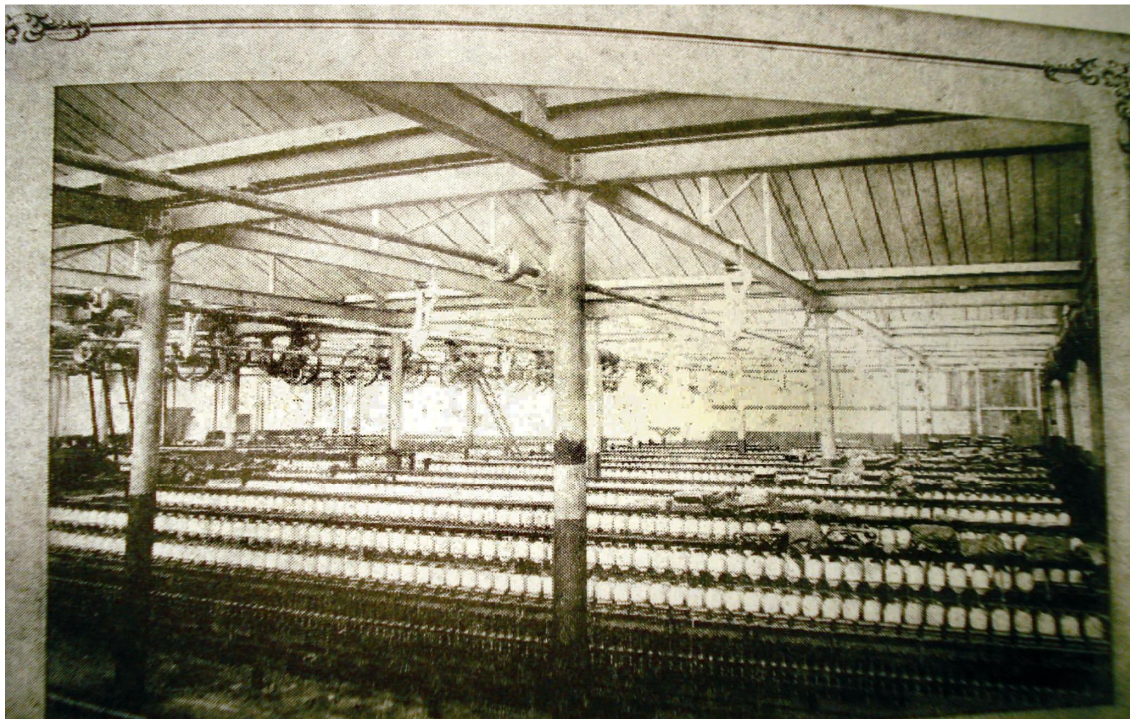


Figura 6 – Sala das fiadeiras

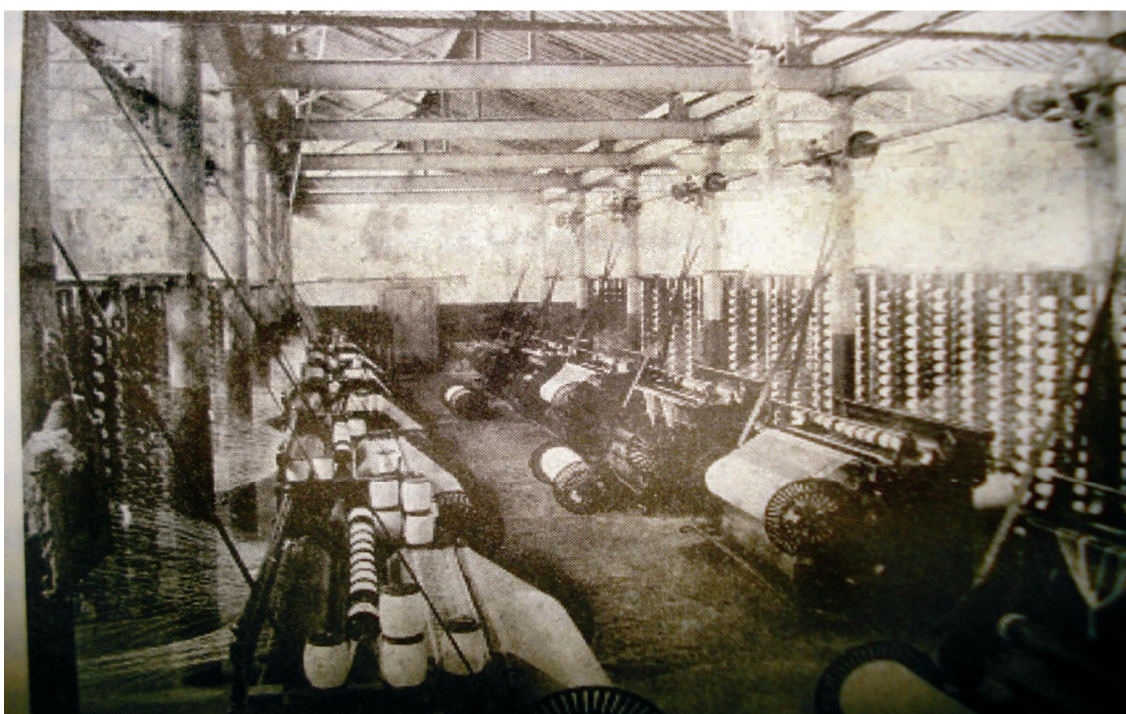


Figura 7 – Sala dos teares



**ANEXO B – FÁBRICA DA BOA VIAGEM (CIA. EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE) (continuação)**

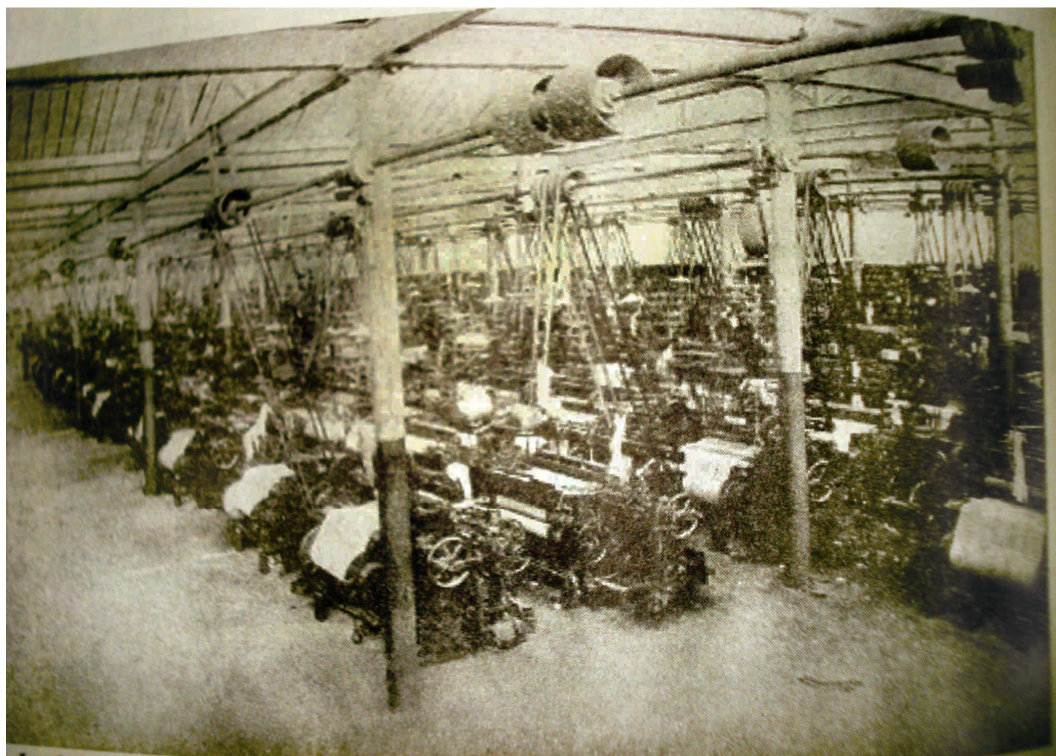


Figura 8 – Sala dos teares



Figura 9 – Sala dos teares

Fonte: CASTELLUCCI, 2004.



## ANEXO C

## FÁBRICA SÃO BRAZ (COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DA BAHIA)



A FABRICA DE S. BRAZ

Figura 10 – Fotografia frontal

Fonte: *O Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1919.